

**A LIBERDADE (IM)POSSÍVEL NA ORDEM DO CAPITAL
REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E PASSIVIZAÇÃO**

EDMUNDO FERNANDES DIAS

Departamento de Sociologia
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Estadual de Campinas

2ª EDIÇÃO

REVISTA E AMPLIADA

textos Didáticos

nº 29 – SETEMBRO DE 1999

TEXTOS DIDÁTICOS

IFCH/UNICAMP

Setor de Publicações

Caixa Postal: 6110

CEP: 13081-970 - Campinas - SP

Tel. (019) 788.1604 788 1603 - Fax: (019) 788.1589

**SOLICITA-SE PERMUTA
EXCHANGE DESIRED**

Diretor: Prof. Dr. Paulo Miceli

Diretor Associado: Prof. Dr. Rubem Murilo Leão Rêgo

Comissão de Publicações:

Prof^a Amneris Angela Maroni - DCP, Prof. Italo A. Tronca - DH, Prof. Márcio Bilharinho Naves - DS, Prof. Oswaldo Giacóia Jr. - DF e Prof. Rubem Murilo Leão Rêgo (Coordenador).

Setor de Publicações:

Marilza A. da Silva, Magali Mendes e Maria das Graças Almeida

Gráfica

Sebastião Rovaris, Marcos J. Pereira, Luiz Antonio dos Santos, Marcilio Cesar de Carvalho, José Carlos Diana e Leontina Marques Segantini.

Capa - Composição e Diagramação - Revisão - Impressão

IFCH/UNICAMP

PARA ANGELA

Este texto é um momento de uma investigação em curso. Notar-se-ão certos desequilíbrios e certas carências. Os desequilíbrios se expressarão de modo mais visível no desenvolvimento desigual das partes desta publicação. Um peso ainda insuficiente, para nossas pretensões, está localizado em especial na 2ª parte. Aí deverão ser trabalhados os itens referentes às lutas de classe nos Estados Unidos (ainda não presente), a questão do fascismo, do *welfare state*, das novas práticas de gestão e das novas tecnologias. Contudo creio já estarem presentes os elementos fundamentais da tese. Resta aprofundar a demonstração. Também o capítulo de conclusões está apenas esboçado. Vejo, no entanto, a necessidade e a oportunidade de divulgar nossa reflexão para que ela possa, em conjunto com outras pesquisas em andamento – em especial aquelas que estão sendo produzidas por membros da Rede de Pesquisadores Marxistas (RPM), associados ao Centro de Estudos Marxistas do IFCH-UNICAMP – trabalhar no sentido de constituir uma leitura não-determinista sobre as transformações que estão ocorrendo neste final de século.

Queremos agradecer os comentários que os pesquisadores da RPM fizeram ao texto. Angela Tude de Souza, Ruy Braga Neto e Maria Amélia Ferraciú Pagotto, participaram, cada um a seu modo, no debate intelectual. Resgata-se, assim, aquilo que deveria ser o patrimônio de todo processo teórico: a sua construção coletiva.

Quero agradecer também à Ana Elizabete Mota e Angela Santana do Amaral, pesquisadoras do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho da Universidade Federal de Pernambuco.

Aos companheiros da Revista Outubro, em especial, agradeço a Márcio Naves e Álvaro Bianchi. Ao Ruy também pelo cuidadoso cuidado de revisão do texto.

Por fim, mas não menos importante, um agradecimento especial deve ser feito a Antonio Ponciano Bezerra, editor responsável por Universidade e Sociedade (1994-1996) que com sua generosa inteligência e insistência, tornou possível a reflexão aqui contida. Quero, por fim, e isso é absolutamente justo, afirmar que os erros e as responsabilidades são, no entanto, pessoais e intransferíveis.

“Os economistas têm uma maneira de proceder singular. Só existem para eles dois tipos de instituição, as da arte e as da natureza. As instituições feudais são instituições artificiais, as da burguesia são instituições naturais. (...) Ao afirmar que as relações atuais – as relações de produção burguesas – são naturais, os economistas fazem entender que aí estão relações nas quais se cria a riqueza e se desenvolvem as forças produtivas em conformidade com as leis da natureza. De onde estas relações são elas próprias leis naturais independentes da influência do tempo. São leis eternas que devem sempre reger a sociedade. Assim, houve história, não há mais.”

Vamos desafinar o coro dos contentes
Torquato Neto

Vamos afinar o coro dos descontentes
Itamar Assunção

¹ Karl Marx, *Misère de la Philosophie. Réponse à la Philosophie de la Misère*, p. 129. Na prática o discurso liberal sempre supôs – e necessitou de – a tese do fim da história.



SUMÁRIO

Introdução.....	11
Sobre questão da leitura	12
Fim da sociedade do trabalho ou nova dominação?.....	23
Uma tentativa de periodização.....	27
O economicismo e as classes subalternas	33

I PARTE:

SOBRE A INSTITUCIONALIDADE CAPITALISTA

A Institucionalidade capitalista: condição de possibilidade da revolução industrial	39
O Estado Capitalista: a construção da hegemonia	44
Os Intelectuais e a vida estatal	52
O conteúdo da cidadania burguesa.....	60
Democracia valor universal ou regra do jogo?	65
Sobre o uso do conceito de sociedade civil.....	75

II PARTE:

O LABORATÓRIO DO SÉCULO XX

O Trabalho na Ordem do Capital	79
1917: a possibilidade de uma nova ordem	87
O americanismo como hegemonia	99
A crise do capitalismo e as transformações na Ordem do Capital.....	109
Estalinismo: a miséria crítica	112
O economicismo e o reformismo: o caminho da derrota	117
Vitória do Capitalismo?	119
As saídas capitalistas para a crise	123
Revolução tecnológica ou apropriação do saber e do trabalho?	131

CONCLUSÃO?

O desconhecimento da política	139
A crise política e a integração passiva à ordem.....	142
Da integração passiva à aceitação do possível.....	143
Reinventando a política: as possibilidades estratégicas	145
Reapropriação do saber – construção de uma nova cidadania.....	147
BIBLIOGRAFIA	155

Introdução

“O tema da ‘verdade’ e da relação entre verdade e política é um terreno crucial: é necessário libertar-se seja da inércia niilista do relativismo e do progressivo empobrecimento do pensamento, seja da fascinação das sínteses totalizantes e das conciliações definitivas. Enfrentar o tempo da modernidade como tragédia das contradições irresolúveis, como responsabilidade da decisão que separa’, produz conflito, seleciona interesses e valores. O campo da pesquisa está definido por esta tensão; a partir dela pode ser redefinida uma identidade dos intelectuais que não os dissolva na apologia do existente ou os constitua em ‘órgãos’ do processo econômico-social.”¹

¹ Pietro Barcelona, *Diario Politico. Il vento di destra e le ragioni della sinistra*, p. 79.

Sobre a questão da leitura

“Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou modificar a apropriação política dos discursos, com os saberes e os poderes que trazem consigo.”

MICHEL FOUCAULT²

“Jamais se acaba de aprender a ler, isto é, de desaprender de recitar e constatar”.

FRANÇOIS CHÂTELET³

Um dos maiores problemas com os quais nos deparamos na abordagem de qualquer investigação sobre o real refere-se à leitura, ou seja, sobre o modo pelo qual as pessoas entram em contato com os textos que expressam a(s) problemática(s) a serem analisadas. Normalmente se toma o conjunto de textos/informações como já prontos e acabados. Tal procedimento ignora a complexidade da questão. Em uma sociedade mercantil-capitalista a leitura é, como todas as relações sociais, objeto do fetichismo específico dessa sociedade. Para nós a leitura é um processo de produção, que exige a superação das aparências. Aqui também se revela o embate de projetos vigentes hoje na nossa sociedade.

Segundo a concepção imediata, e imediatista, da leitura somos remetidos desde o início à uma posição empirista-humanista que contamina todo o seu conjunto, e torna impossível o conhecimento do seu processo. O texto é pensado como uma unidade acabada, em direção à qual se pede que um *sujeito*, ra-

² FOUCAULT, Michel - *L'Ordre du discours*, Éditions Gallimard, Paris, 1971, p. 46.

³ CHÂTELET, François - *“A propos des ‘erreurs’ de Marx”*, in *En partant du “Capital”*, Editions Anthropos, Paris, 1968, p. 81

cional por definição, o leitor, dirija o seu olhar, sua *visão*. Tal *visão-do-sujeito*, pelo próprio ato de olhar, *vê*. E o que é ver (no caso identificado ao ler)? Ver (ou ler) é *tomar conhecimento do conteúdo*. Ou seja *penetrar o sentido de*. Assim existe um *conteúdo*, que possui um *sentido*, que pode ser desvelado por uma *visão*, que é atributo de um *sujeito*. O *sentido* seria desvelado por uma *conjunção de sujeito, visão, código* (entendido aqui como o conjunto de signos que permite a interpretação). *Penetrar o sentido* passa a ser sinônimo de *compreender*. E mesmo de *interpretar*. Tudo já pronto e acabado, desde o início.

Não é necessário ir muito longe para demonstrar a ligação entre ver-compreender-interpretar-ler e a ideologia liberal do século XVIII que construiu a noção de *Homo œconomicus, politicus...* Concepção que permite construir uma duplicação da prática dos homens, pela sua representação mítica, que não poderá permitir a construção de conceitos, que por seu turno tornassem possível o descentramento entre representação e teoria. O discurso fetichizado é, desde logo, abstrato, a-histórico. Somente no âmbito dessa representação mítica (que é a representação própria de uma classe em uma sociedade classista) se poderia articular um homem plenamente racional e a-histórico.

É no âmbito dessa racionalidade (enquanto representação postulada) e dessa condição de a-historicidade que se pode ver a leitura como um ato "natural", desligado do contexto da escrita e da fala, tornadas, por essa representação, atos "naturais" também. Aqui se coloca claramente a questão da hegemonia. Quando um discurso torna inaudível as demais formas de pensar/escrever/elaborar nós estamos frente à impossibilidade de que formas discursivas antagonônicas, ou mesmo apenas diferenciadas, articulem práticas sociais diferenciadas. Significa subtrair a racionalidade e a afetividade das demais classes, significa colocar-se como o horizonte do possível, do pensável, do praticável. Quando se diz, por exemplo, que o capitalismo é a única realidade existente, possuidor de uma "naturalidade" específica se está afirmando, a um só tempo, a impossibilidade do socialismo como teoria e projeto. Tudo isto ancorado na reafirmação dessa representação mítica, tornada, agora, verdade científica.

Essa *representação mítica da leitura* (desvelamento/interpretação) se fará, portanto, pelo empirismo sensualista. Ou seja, a *visão* (critério dito objetivo)

entra em contato com o *texto* (também objetivo). O texto é então composto por palavras e por sentidos (que se expressam nas palavras). A *tarefa da visão* (do sujeito-leitor) é, nada mais nada menos, do que *olhar*. Assim a leitura se reduz a um processo de atenção e inteligência.

O que é interpretar? Podemos dizer que é pôr-se em “*relação com o original*”, texto que não é apenas o que se há de ler, mas também é o único que se pode ler. Na medida em que o original é a fonte última da possibilidade de esclarecimento de uma vontade a do autor, torna-se automaticamente seu ponto de referência absoluto. Assim, a leitura (e agora também a escritura) se torna um *dado*, algo já aí, na sua forma fixa e fixada (de uma vez por todas). O texto (que já contém em si mesmo todas as possibilidades de desenvolvimento) passa a ser então inquirido. Ele está aí e basta lê-lo (entrar nele). Assim, o texto é a fonte da verdade e o processo de leitura se reduz a uma interpretação (a mais fiel possível), uma duplicação do mesmo, uma divulgação do mesmo. O texto é o ponto de partida e o de chegada da leitura. Neste processo, constata-se, repete-se, enfim domina-se uma verdade já expressa de uma vez por todas.

A leitura admite então duas possibilidades: a) é um “*vínculo neutro*” entre dois sujeitos (autor e leitor) e suas motivações e b) é um deciframento de sentido (de uma vontade e de um sujeito: o autor). Não há, fora dessas possibilidades, senão uma outra: a da captação equivocada do sentido. Assim, se duas interpretações são dadas, uma é *necessariamente* a mais fiel (a interpretação verdadeira). A outra se reduz *necessariamente* a um equívoco. *Porque sempre há uma interpretação mais fiel e mais correta*. Basta repeti-la, comentá-la, para que possa ser melhor consumida.

Essa leitura, que nada mais é do que uma relação intersubjetiva – o sujeito-leitor lê o sujeito-autor – por seu próprio caráter de intersubjetividade só pode ser aplicada por uma teoria que coloque o sujeito, seus desejos, vontades e razões no centro de sua análise (tornadas invisíveis pelo *fetichismo*). Para isso ela parte do suposto de que um sujeito (o autor) tem algo a dizer (mensagem: articulação de desejos, vontades, motivações e/ou razões). Dizer é dizer algo, dizer para. Dizer implica, mediata ou imediatamente, ouvir. Ouvir significa entender, captar o sentido de, perceber, interpretar. E já estamos no outro lado da relação intersubjetiva: o ouvinte. Assim, falar (escrever) e ouvir (ler) é uma

relação pensada como fala, como visão, ou seja, no interior do processo de captação puramente sensorial. Falou e disse (ouviu e entendeu). Se o texto é uma verdade, a leitura é uma *tomada de consciência*. Da consciência da verdade daquele texto. Assim, evidentemente o processo de leitura se dá sob a forma de *comentário, que tem por função repetir, manter, reforçar a verdade*. No entanto, o comentário pode ser (e freqüentemente o é) uma traição ao texto.

Falamos até agora na concepção dominante do processo de leitura: a leitura literal. Para completarmos este quadro, diríamos ainda que tal leitura, para realizar-se, supõe a seguinte pergunta: "o que disse o autor?". Ou seja: *o original é o que o autor disse*. E nada mais. *Fazer a pergunta sobre a existência do original é perguntar pela legitimidade (e mesmo a legalidade) da leitura literal*. Afinal, se o original é o que o autor disse, isto leva, necessariamente, a identificar-se a letra ao discurso. Não poderá admitir-se a tese de que *o original (o texto) só existe e só pode existir no interior de uma relação teórica*.

Uma relação só pode existir na unidade sempre instável e determinada dos elementos que a compõem. Assim, a leitura (do original) e o próprio original só ganham existência no processo criador de uma *relação de produção*. Nesta perspectiva, perde sentido a concepção anterior de que a leitura seria uma relação de empatia entre o sujeito-leitor e o sujeito-autor, pela mediação do objeto-lido. A leitura é uma relação entre produtores (definidos por um conjunto de relações sociais, sejam econômicas, políticas ou teóricas) e não uma relação entre consciências. A leitura definida como prática (relação social) só pode ser entendida como prática (transformação) teórica.

Não são, então, sujeitos abstratos que escrevem e/ou lêem. E a própria relação da leitura nada mais é do que uma outra produção, na medida em que, ao nos depararmos com um *texto* (e suas possibilidades), nós o leremos a partir de um conjunto de *questões* (desejos, interesses, problemas, representações, etc.), que determinam o tipo de leitura feita.

O próprio fato de que a escrita é um processo de produção já nos mostra que é necessário levar em consideração os elementos dessa produção: a matéria prima, os instrumentos da produção e o produtor. Elimina-se, assim, de princípio, um outro elemento fundamental da leitura literal: a noção ideológica

da continuidade. Por meio desta, somos (queiramos ou não) coagidos a pensar a obra de um autor particular como uma evolução.

Em uma teoria evolucionista, a verdade está ou no início do processo (leitura *genética*) ou no final (leitura *teleológica*). As duas colocam o problema nuclear do desenvolvimento. Esse tipo de leitura é, na realidade, uma *redução do desconhecido ao conhecido e, portanto, um empobrecimento e uma deformação. Supõe necessariamente que são impossíveis cortes no processo do conhecimento. E, se o conhecimento é cumulativo não há como entender um discurso realmente novo (visto como desvio, erro e/ou absurdo) que questione o saber anterior.*

Não se trata de tentar descobrir o que o autor disse, mas ver as possibilidades abertas pelo seu discurso (diferente da letra dele). Ver essas possibilidades significa trabalhar com a *problemática*, com o conjunto de questões e respostas que informa o seu discurso. É essa problemática que vai conferir a cada conceito uma posição precisa e definida. Cada problemática define um espaço. O espaço de uma teoria. A organização desse espaço não é aleatória. A impossibilidade para a leitura literal de realizar esse trabalho leva-a a afirmar o já escrito como a única possibilidade da escritura. *A leitura literal repete (duplica) a ordem cronológica e esquece/recalca a ordem teórica.* Tal leitura da ordem cronológica supõe o historicismo e o evolucionismo.

O conceito de problemática liquida a seqüência cronológica. É ele que concede o direito de existência ou não a um conceito. Essa mutação, esse corte só podem ser percebidos se se abandona a noção de leitura como ação de uma consciência aberta para o mundo, quando se pensa a leitura como uma prática, como uma *intervenção no processo do discurso*. Intervenção que não é neutra. O conceito de problemática só pode ser trabalhado se se levar em consideração que o processo do conhecimento (sua produção) é marcado pela descontinuidade. O saber se constitui por rupturas, por vezes radicais, com o saber anterior. Por sua colocação em questão. O que supõe uma atitude anti-evolucionista por parte do teórico. Exemplo típico: a constituição do conceito de valor que permitiu a explicação da mais-valia e dos segredos inerentes à ordem capitalista.

A leitura feita a partir do conceito de problemática, contrariamente à leitura literal, permite dar ao debate teórico/prático/político um rigor novo. Na maior parte das vezes as leituras que se fazem sobre um determinado

tema/assunto acabam por praticar os chamados acordos substantivos, vale dizer, permitem que questões diferenciadas apareçam como sendo unificados por um assunto (e as palavras/noções) que o expressam. A leitura teoricamente elaborada vai permitir separar o joio do trigo, permitirá demonstrar que os falsos acordos ocultam diferenças reais, quando não antagonismos teórico/práticos. Assim, por exemplo, nas diversas leituras sobre as transformações atuais do chamado “Mundo do Trabalho” – mais correto seria dizê-lo do Capital – colocam lado a lado tanto tentativas marxistas quanto de várias outras matrizes: tudo se processa, como se efetivamente, ao analisarmos o processo de produção tivéssemos a chave para a decifração do real. Nesse movimento juntamos leituras deterministas, voluntaristas, leituras que acentuam a mecanicidade do real e a eliminação do trabalho como elemento constitutivo da situação. O elemento que unifica essas leituras é a idéia de que o capitalismo sofreu modificações tão profundas que já não é mais o mesmo. Desapareceriam os antagonismos, a teoria do valor; as diferenças classistas se transmutaram em diferenças individuais. Não mais sociedade capitalista, mas sociedade da informação, do tempo do lazer, etc., etc.

A leitura rigorosa demonstra que esse acordo substantivo explica apenas uma coisa: o recuo de muitos teóricos marxistas e sua adesão a outros projetos políticos. E o avanço dos teóricos do capitalismo. Fora isso existe uma enorme diferença de explicações, de situações, de projetos... todos dentro da Ordem do Capital, obviamente.

Do exposto cremos ser necessário concluir que: a) o conhecimento não se revela na sua pureza (não é legível a olho nu: supõe um processo de produção); b) toda produção deixa suas marcas no produto (está inscrito sempre no campo de uma problemática) e c) para que possa realizar-se uma leitura, é necessário produzir o sistema de conceitos capazes de pensar as presenças e as ausências do discurso de um autor (leitura sintomal). O que muitas vezes aparece na leitura literal como erro ou omissão, como contradição, pode ser visto pela leitura sintomal como sinal ou sintoma de uma nova forma de saber.

Superar o fetichismo significa examinar os discursos como projeto de intervenção no real, e não como sua duplicação/ocultamento. Trata-se de examinar suas especificidades, isto é, não apenas a sua produção, mas sua interfe-

rência na cena histórica mundial. O discurso aparece, repitamo-lo, como prática da hegemonia. Todo e qualquer movimento político que pretenda a construção de uma hegemonia tem que criar, necessariamente, uma leitura da história com a qual e pela qual pode apresentar-se como projeto.

“Na realidade, toda corrente cultural cria uma linguagem sua, isto é, participa no desenvolvimento geral de uma determinada língua, introduzindo termos novos, enriquecendo com conteúdo novo termos já em uso, criando metáforas, servindo-se de nomes históricos para facilitar a compreensão e o juízo sobre determinadas situações políticas”.⁴

Essa leitura permitirá a explicitação da lógica do novo projeto e assim tentar destruir as bases de sustentação do projeto anterior.⁵ Gramsci acentua, seguidas vezes, que não basta criticar o anterior, é preciso destruir suas condições de existência.

Ilustrativa dessa necessidade é a análise de Marx:

“Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem arbitrariamente, não a fazem em condições escolhidas por eles, mas em condições diretamente dadas e herdadas do passado. A tradição de todas as gerações mortas pesa muitíssimo sobre o cérebro dos vivos. E mesmo quando estes parecem ocupados em se transformar, a eles e as coisas, em criar algo absolutamente novo, é precisamente nestas épocas de crise revolucionária que eles evocam, temerosamente, os espíritos do passado, para que lhes emprestem seus nomes, suas palavras de ordem, seus costumes,

⁴ GRAMSCI, *Quaderni del Carcere*, Einaudi, Turim, 1975, pp 2264-5 e Os Intelectuais e a Organização da Cultura, Editora Civilização Brasileira, p 170.

⁵ Ponto de partida da cultura da ordem burguesa a crítica radical à ordem “natural” feudal: foi como que “*um exército invisível de livros, de opúsculos (...) que prepararam homens e instituições para a revolução necessária*”. (GRAMSCI, *Socialismo e Cultura, Il Grido del Popolo* (GP), 29-1-1916, Gramsci, 1982, p. 102. Grifo nosso.) Foi elemento de direção intelectual e política das massas. Tal deverá ser, também, o ponto de partida da cultura socialista. A consciência do proletariado também se forma na crítica dos seus inimigos, os capitalistas: como o iluminismo, a cultura socialista poderá - e terá que - ser uma magnífica revolução. E o poderá ser, dado que “*conhecer a si mesmo quer dizer ser si mesmo, quer dizer ser senhor de si mesmo, distinguir-se, sair fora do caos.*” (*idem*. Grifo nosso.)

para aparecer na nova cena da história sob esta fantasia respeitável e com aquela linguagem emprestada. Assim, Lutero toma a máscara do apóstolo Paulo, a Revolução de 1789 à 1814 se veste sucessivamente com as roupas da República romana, depois com as do Império romano e a Revolução de 1848 não soube fazer nada de melhor do que parodiar, tanto 1789, quanto à tradição revolucionária de 1793 a 1795.”⁶

Ou mesmo a análise que Gramsci faz da palavra ordem (que esconde um conjunto de possibilidades de intervenção ideológica:

“A palavra 'ordem' tem um poder taumatúrgico; a conservação das instituições políticas é conferida em grande parte a este poder. A ordem presente se apresenta como algo harmoniosamente coordenado, estavelmente coordenado; e a multidão dos cidadãos hesita e se atemoriza na incerteza do que uma mudança radical pode trazer. (...) Forma-se na fantasia a imagem de algo violentamente dilacerado; não se vê a possibilidade de uma nova ordem, melhor organizada do que a velha, mais vital do que a velha, porque ao dualismo se contrapõe a unidade, a imobilidade estática da inércia à dinâmica da vida movendo-se por si mesma. Vê-se apenas a laceração violenta, e o ânimo temeroso detêm-se no medo de perder tudo, de ter diante de si o caos, a desordem inelutável.”⁷

Gramsci elabora aqui uma preciosa análise da eficácia da ideologia, enquanto materialização/organização das relações políticas. A palavra ordem aparece datada política e ideologicamente. Ela nos revela como o momento presente, enquanto tal, é glorificado, é *a ordem*. Concebido o presente como ordem, como “naturalidade”, se é levado a pensar o *diferente*, o *diverso*, como *violência*, *caos*, *artificialidade*, enfim como *perigo*. A ordem burguesa, pelo efeito ideológico da idéia de *ordem*, se naturaliza, perde sua historicidade, se eterniza. E com isso é evitada a questão central da ordem: seu caráter classista. Uma ordem é, por exemplo, burguesa ou proletária. E é o predomínio de uma dessas classes que determina o apagamento do “bom direito” da outra.

⁶ Marx, Karl, *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*, Editions Sociales, Paris, 1928, p. 23.

⁷ GRAMSCI, Antonio - *Tre principî, tre ordini*, *La Città Futura* (CF) 11-2-1917, in *La Città Futura 1917-1918* (CF) p. 5.

No mesmo sentido o chamado Estado ético dos liberais, visto como um Estado “acima” das lutas de classes, mais do que uma realidade política

“é uma aspiração política (...); existe apenas como modelo utópico, mas é precisamente o fato de ser uma miragem que o fortalece e faz dele força de conservação. Na esperança de que, finalmente, ele se realize na sua perfeição completa, muitos encontram a força para não o renegar e não procurar então substituí-lo”.⁸

Quando Marx leu Smith, Ricardo e tantos outros, trabalhou sobre o senso comum e por vezes sobre o bom senso desses autores. Partiu das aparências para tratar de construir uma nova teoria. Para pensá-los na cena histórica, ele teve que examinar sua interferência, para depois construir um discurso transformador que coloca como sua a problemática da construção de uma nova forma de existência social. O que significa afirmar que a articulação desses termos tem um duplo caráter: se, por um lado, o discurso marxiano faz parte da cena, *está presente nela*, por outro, essa presença não é passiva, mas, pelo contrário, pretende a *transformação* da cena.

Pensar o discurso marxiano na cena é pensar as condições nas quais esse discurso é produtor e produto. É, portanto, afirmar a dialética da totalidade social. *O discurso é produto da totalidade, ao mesmo tempo em que é uma forma de apropriar-se dela*. Apropriação que destaca do universo ideológico dominante elementos que o personificarão como um discurso.

Mas o discurso marxiano é também, e sobretudo, produtor da cena. Tendo sido produzido, o discurso entra no jogo contraditório da realidade. A cena, contraditória, expressa também as condições de possibilidade de um discurso crítico do universo ideológico que lhe é, ao mesmo tempo, anterior e contemporâneo. Na dialética da cena e do discurso, por transformações desiguais e combinadas, esses dois elementos ganham cara nova. E o discurso novo, crítico, criado pela intervenção dos homens, como membros de uma classe, pode vir a ser produtor. É uma nova forma de apropriação do real: uma apropriação que permite a transformação do próprio real.

⁸ *idem*, p.7.

O discurso transformador é produzido e produtor. É constituído na articulação com outros discursos. É, no início, fragmento, para mais tarde transformar-se em corpo diferenciado. Enquanto fragmento, esse discurso destacou elementos de outros discursos, trabalhou-os com outro método, com outras questões. Como fragmento ele só pode, pouco a pouco, ir combatendo fragmentos do discurso dominante. Esse trabalho de quebra e reconstrução de fragmentos privilegia problemas, questões, desarticula-os do seu todo anterior. Torna-os estranhos a este último.

O texto nos aparece agora como um conjunto de sintomas, atualizações de uma problemática. Não uma essência a ser revelada, mas uma representação, ao nível teórico, de uma conjuntura. Ler não é mais “perceber o sentido de”, mas é produzir o vínculo entre uma problemática e suas atualizações. É intervir e construir a cena. É criar as condições para a sua compreensão/transformação. A leitura não é mais um ato rotineiro; aparece agora como um processo de transformação. Como práxis. Tem-se que levar em consideração agora a questão dos meios dessa produção. Da aplicação desses instrumentos (a crítica, a abstração, etc.) sobre a matéria prima: a letra do texto.

Pensar essa novidade só é possível a partir da sua articulação com a sua problemática, ou seja, com a *“unidade constitutiva dos pensamentos efetivos que compõem esse domínio do campo ideológico existente, com o qual um autor singular se explica no seu próprio pensamento. Percebe-se logo que não se pode pensar, sem o campo ideológico, a unidade de um pensamento singular”*.⁹ Continuemos um pouco mais com Althusser: “O que distingue, com efeito, o conceito de problemática dos conceitos subjetivistas das interpretações idealistas do desenvolvimento das ideologias é que ela põe em evidência, no interior de um pensamento, o sistema de referência interna objetiva de seus próprios temas: o sistema de questões que exigem as respostas dadas por essa ideologia. É necessário, então, de iní-

⁹ ALTHUSSER, Louis - “*Sur le Jeune Marx. Questions de théorie*”, *La Pensée*, mars-avril 1961, reeditado em *Pour Marx*, Paris, François Maspero, 1965, p. 59. Não se trata de uma “recaída” althusseriana. Trata-se de afirmar o que é, do nosso ponto de vista, uma das contribuições decisivas para a compreensão do trabalho teórico do ponto de vista marxista.

cio, colocar a uma ideologia a *questão das suas questões*, para compreender, nesse nível interno, o sentido de suas respostas. Mas essa problemática é, *ela própria, uma resposta*, não mais às suas questões-problemas internos, mas aos *problemas objetivos colocado pelo seu tempo à ideologia.*"¹⁰

Percebemos agora que a antiga confusão (letra do texto = discurso) já não é mais possível. Percebemos que a letra é um conjunto de signos organizados por um autor. Essa organização e seu registro obedecem a uma ordem de exposição (diferente da de investigação) que não é em absoluto gratuita.

A letra está no texto. Todavia, é preciso reafirmar que ela não se confunde com o discurso. *Que ela só pode ser legível em um processo de transformação do discurso (e do seu texto)*. A letra, diz a leitura literal, é intocável porque está identificada ao discurso. E por ser intocável é que é possível uma leitura fiel da qual sairão os comentários-divulgações.

Este é o mito (fetiche) a ser combatido. A letra deve ser rearrumada (transformada) porque em uma combinação, quando muda a ordem, muda também a natureza. Se a letra é apenas o sinal (ou o sintoma), se o texto apresenta lacunas, o trabalho da transformação (a prática da leitura) é o de organizar, o de construir sua ordem sistemática. Tal construção significa julgar as palavras da letra. Ver se são ou não conceitos. Se não o são, é preciso construí-los. Trata-se de construir a estrutura que lhes dê significado e rigor. É necessário muitas vezes escrever o discurso não escrito pelo autor. E pensar os discursos possíveis que seu discurso permite liberar. Construir os conceitos e o seu sistema é fazer avançar a teoria: é permitir que novos problemas surjam teoricamente, que velhos problemas saiam do recalçamento.

O texto continua o mesmo antes e depois da leitura. Porém o que não permanece é o estado das questões. Na realidade jamais se lê o que o autor disse. Lemos o autor com as nossas questões. Não existe um Marx abstrato, existe o Marx que responde à nossa curiosidade. Isso significa que estamos nos apropriando do discurso de uma maneira não neutra. Produzimos uma nova reflexão. Percebemos agora que a concepção dominante da leitura se revela como obstáculo. *Não se trata de ver e sim de produzir*. Não se trata de "percorrer

¹⁰ *idem*, p. 64.

com os olhos”, “tomar conhecimento do conteúdo”, “penetrar o sentido de”, “interpretar”, etc. Trata-se agora da produção de uma nova forma. Ler é então continuar e não repetir. Ler é reler, porque e Marx é um brilhante exemplo disso – todo discurso teórico (e seus textos) não silenciam nunca diante da nossa questão. Ler é uma retomada que não é nunca uma repetição.

Fim da sociedade do trabalho ou nova dominação?

O fim da sociedade do trabalho e o conseqüente fim das classes trabalhadoras estão, cada vez mais, apocalipticamente, anunciados. Essa aparência, pois disso se trata, tem o poder de colocar o conjunto das classes subalternas na defensiva – redução ao campo econômico-corporativo – e de afirmar a permanente e necessária vitória do capitalismo como vontade da história. Isto é, trata-se de uma aparência que atua no sentido de transformar o movimento real em algo invisível, inaudível, logo, em um não-movimento.

A sociedade capitalista vem, ao longo das últimas décadas, atravessando uma série de modificações que tem chamado a atenção de pesquisadores e políticos. Anuncia-se que, ao estarmos vivendo a III Revolução Industrial, o trabalho, no seu sentido clássico, não tem mais significado, e atribui-se à tecnologia toda essa imensa transformação. Mas, afinal, é a sociedade do trabalho que perece ou se trata de quebrar o trabalhador coletivo e/ou os coletivos do trabalho e, com eles, as suas sociabilidades?

Ao mesmo tempo, e contraditoriamente, exalta-se a possibilidade de um trabalho criador que não requer mais a concentração fabril. Um trabalho limpo, feito a domicílio, face a face ao computador, a um só tempo, artesanal e de qualidade. O operário fabril seria um dinossauro em extinção. Dinossauro na forma e no conteúdo: a parceria passa a ser a constituidora da “nova” relação Capital-Trabalho. O antagonismo e o egoísmo primitivos são coisas do passado, dizem os neoliberais. O “novo” trabalho é apresentado como universalizante e mesmo emancipatório: uma espécie de *putting out* altamente tecnologicizado. Desconstrói-se o operário desqualificado, constrói-se – este é o mito – o

trabalhador polivalente capaz de decisões e criativo no seu cotidiano. Constrói-se um trabalhador “autônomo”, portador de significados e abole-se o mero repetidor de gestos sem sentido (tipo *Tempos Modernos*). Aqui a ambigüidade é levada ao máximo. Trata-se, é bom que se diga, de uma autonomia “para o Capital” e não para o Trabalho.

Este conjunto de afirmações será cientificamente demonstrável ou trata-se, apenas, de mais uma ideologia conservadora? Diz-se com demasiada facilidade que o trabalho, na sua forma clássica, não tem mais sentido para a personalidade do trabalhador. Cabe a pergunta: que sentido este trabalho teve, ou tem, para o trabalhador em uma sociedade classista? Poderia ser criativo? Marx demonstrou, ao longo da sua obra¹¹, que a forma mercantil funda e generaliza o estranhamento. O fetichismo da mercadoria é a condição básica desse “sentido contra o trabalhador”. Pensar o “trabalho com sentido” é pensar a estruturação de uma sociedade não submetida às formas classistas-mercantis. É negar o trabalho *consentido*.

Paralelamente à morte (ou, pelo menos, a perda da centralidade) do trabalho, coloca-se a tecnologia como a força produtiva *par excellence*. A grande questão que se coloca, para nós, é a da existência ou não de um saber e de uma técnica neutros, válidos para todas as classes. Eles se identificam ou não com as formas dominantes do saber? A ciência é autônoma em relação à política? Por trás desse conjunto de questões, está uma outra fundamentalíssima: qual o papel das classes sociais?

A pergunta não é retórica. Ela nos dá o contorno da questão e a atualiza¹². Se efetivamente as transformações tecnológicas realizam a propalada tarefa,

¹¹ Dos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* à *O Capital*, passando pelos *Grundrisse*.

¹² Só para termos um exemplo significativo: *Voprossi Filosofi*, publicação da Academia de Ciências da União Soviética, nos ensinava (1968), no seu número 7, que “tomada como um todo, a revolução científico-técnica é um componente orgânico do processo de transição da humanidade em relação a uma sociedade sem classe e constitui, assim, o mais importante fator na construção do socialismo e do comunismo”. (sic. O grifo e o espanto são nossos), citado por A. D. Magaline, *Lutte de classes et dévalorisation du capital*, p. 24. Não comentaremos a aberração da afirmação da teoria marxista como análise fatorial. Trata-se de um erro óbvio!

não estaremos retirando o papel das classes, tanto no discurso, quanto na prática, e deslocando a luta para o campo de uma racionalidade “pura”, abstrata? Não se trata de um substitucionismo histórico cuja conseqüência prática seria a pretensão da eternização da exclusão das classes e dos seus antagonismos? Enfim, não seriam indivíduos atomizados os personagens dessas mutações ao invés dos trabalhadores? Não seriam os cientistas, independentemente da sua filiação a este ou aquele projeto, os elementos decisivos da nova sociedade pós-industrial, pós-moderna, pós-tudo? Isso é possível e demonstrável ou é apenas o retorno de velhas ideologias?

Em síntese, ao afirmar o elemento transformador da ciência, não estaremos colocando em cena um novo sujeito da história?¹³ Não estaremos, perversamente, repondo a relação intelectuais-poder? Perversamente porque, ao afirmarmos a neutralidade e a objetividade da ciência, conferimos a elas poderes que, na realidade, são poderes das classes. Os que falam em fim da sociedade do trabalho vêem na ciência e na tecnologia uma possibilidade superior de resolução das contradições sociais; como uma correlação ascensional, progressiva, da racionalidade independente do confronto entre classes, projetos e concepções de mundo. Afirmar o *leitmotif* das atuais transformações da sociedade capitalista decorrendo de uma revolução técnico-científica é, no fundamental, aceitar a neutralidade da técnica.

Este estudo pretende trabalhar o modo pelo qual se dá o enfrentamento das grandes questões do atual embate hegemônico, do confronto entre racionalidades que definem (ou devem definir) as grandes linhas de intervenção política no real. Assume-se, aqui, é bom deixar absolutamente claro, a perspectiva das classes subalternas. Vale dizer, uma perspectiva anticapitalista.

Não há como negar, e nem é este o nosso propósito, a imensa potencialidade dos processos produtivos comandados por novas formas de gestão (*for-*

¹³ É preciso lembrar, sempre, que, sob o capitalismo, o produtor intelectual está, necessariamente, separado dos seus instrumentos de trabalho, sejam laboratórios, sejam bibliotecas. Cabe ao Estado, ou às empresas, colocar esses intelectuais em contato com “seus” instrumentos de trabalho, assim como se dá com o trabalhador coletivo.

mas condensadas da política das classes dominantes), articuladoras de possibilidades produtivas que parecem possuir uma capacidade infinita de crescer. Na realidade a chamada III Revolução Industrial nada mais é do que a subsunção atual do trabalho ao capital. O que é inaceitável, do nosso ponto de vista, é introduzir uma forma de determinismo tecnológico, tradução atualizada das vertentes positivistas que aliam liberalismo político, liberalismo econômico e cientificismo. Determinismo esse que também atacou o pensamento socialista, indo do ingênuo “O mundo caminha para o socialismo” até formas mais sofisticada: relembremos aqui as críticas de Gramsci e de Lukács ao chamado “Manual Popular de Sociologia” de Bukharin.

Pretendemos demonstrar aqui a hipótese de que para romper o economismo é necessário negar que qualquer modo de produção (capitalismo, feudalismo, socialismo, etc.) possa ser entendido como um sistema de leis econômicas possuidoras de uma mecanicidade absoluta.¹⁴ Todo bloco histórico se constitui, necessariamente, por rupturas com as formas anteriores e se atualiza permanentemente (cf. as lutas de classe). Assim, tanto as dores do parto do capitalismo (sofridas especialmente pelos seus adversários) quanto o processo de permanente (mas não infundável) crescimento exigem a atualização/transformação das condições histórico-concretas (os diversos modos de produção e suas articulações nas formações sociais sempre originais e atualizáveis, ou seja, a história). É na sua dinâmica, enquanto dominância no interior das formações sociais, que se faz, ao capitalismo, necessário destruir uma racionalidade (a feudal) e impedir uma outra (a socialista).

A política, forma sempre atual das contradições classistas, faz-se história. Para permitir o famoso avanço das atuais transformações, o capitalismo precisa limitar a possibilidade histórica dos seus antagonistas. E o faz desde a repressão aberta (em especial sobre os países mais periféricos e pobres) até à limitação da própria cidadania capitalista. Vale dizer, para liberar ao máximo sua capacidade produtiva, o capitalismo tem que negar o direito de existência autônoma

¹⁴ A formulação famosa da “Lógica do Capital” é, na sua forma mais ingênua, a explicitação dessa automaticidade, a partir da qual é possível deduzir toda a história de uma sociedade ou mesmo do modo de produção.

a qualquer forma antagônica. Ele não pode viver com a diferença máxima (a referida autonomia) e, assim, procura cada vez mais ampliar os elementos de fragmentariedade e diversificação das classes. Trata de opôr gêneros, etnias, gerações às classes, considerando os primeiros como problemas legítimos e negando às últimas o direito de sequer serem pensadas como problemas. O neoliberalismo – momento atual do capitalismo – é, assim, a combinação da contra-revolução com a reforma da gestão e da produção, maximizadas, uma e outra, pela aparente desaparecimento, temporária – é necessário reafirmá-lo – do antagonismo. O elemento heurístico central reside, pois, na constituição das classes sociais.

Uma tentativa de periodização

Partimos da premissa segundo a qual todo o processo conhecido como reestruturação produtiva nada mais é do que a permanente necessidade de resposta do Capital as suas crises. Para fazer-lhes frente é absolutamente vital ao Capital – e aos capitalistas – redesenhar não apenas sua estruturação “econômica” mas, e sobretudo, reconstruir permanentemente a relação entre as formas mercantis e o aparato estatal que lhe dá coerência e sustentação. Assim o momento atual da subsunção real do trabalho ao capital – conhecido ideologicamente como a III Revolução Industrial – exige uma modificação das regras da sociabilidade capitalista, necessária para fazer frente à tendência decrescente da taxa de lucro.

Trabalharemos, aqui, a tese segundo a qual o motor dessas transformações deve-se à ação das classes sociais, construtoras de projetos societários. Para que estas ocorram com o propalado impacto, é necessário alterar a institucionalidade que dá sentido e direção às condições de acumulação capitalista:

“Com o desenvolvimento do modo de produção que lhe é característico, o capital deixa a um lado todos os impedimentos legais e extraeconômicos que dificultam sua liberdade de movimentos entre as diferentes esferas da produção. Acima de tudo, abate as barreiras legais ou tradicio-

nais que lhe impedem adquirir a seu arbítrio tal ou qual capacidade de trabalho, ou apropriar-se a vontade deste ou daquele gênero de trabalho.”¹⁵

Na visão liberal dos séculos XVII a XIX a concepção do Estado – visto com desconfiança pelos teóricos e práticos do liberalismo – implicava o seu caráter mínimo: o de garantidor dos contratos e da vida; mas esteve sempre co-presente com o mais declarado intervencionismo estatal. Só que antes a cidadania burguesa se apresentava claramente como expansiva (pelo menos era essa a pretensão). Hoje essa concepção de cidadania está saturada (Gramsci) e tende a desagregar-se. O momento atual é o da passivização da ordem: a expansão do capital requer e exige a recusa à plena cidadania, ainda que formal. Trata-se da quebra dos direitos sociais como base da acumulação e da velha/nova cidadania burguesa. O “novo” como matriz de reconstrução e permanência do “velho”.

Uma periodização do século vinte implicaria na consideração das diferentes respostas do Capital a sua crise. As lutas das classes trabalhadoras podem (ou não) assumir a etapa do enfrentamento classista aberto, mas ainda assim colocam em cheque a permanência da produção capitalista. Exemplo típico desse processo foram as lutas das classes trabalhadoras americanas. Elas foram, no entanto, por uma certa leitura eurocêntrica e linear do marxismo, apagadas como se fossem inexistentes e/ou não relevantes. O Fordismo e o Taylorismo, como movimentos de contratendência aos desdobramentos dessas lutas, são a melhor demonstração da sua relevância.

A mais importante resposta das classes trabalhadoras foi, sem dúvida alguma, a *Revolução de Outubro*. Marco da/na crise orgânica do Capital ela tornou-se a referência classista fundamental da luta dos trabalhadores em escala planetária. Assombrou – como dizia o Manifesto do Partido Comunista – toda a processualidade capitalista exigindo múltiplas respostas ao seu desafio: da intensificação do fordismo e do taylorismo ao fascismo. Este último foi a resposta das classes burguesas nos territórios onde a modernidade capitalista não podia realizar a produção capitalista mais avançada e onde lhes era impossível assimilar a

¹⁵ Karl Marx, *El Capital*, livro 1, capítulo VI (inédito), p. 46.

modelagem da concepção clássica de cidadania (Itália, entre outros) ou ainda naqueles outros onde a resposta operária colocou em cheque essa dominação, sem contudo alcançar o processo revolucionário (p. ex., Alemanha).

O bloqueio interno e externo à Revolução Soviética produziu uma série de desdobramentos que culminaram na implantação férrea, estalinista, do taylorismo no território soviético. Ainda que tal ocorresse e fossem inviabilizadas novas formas de socialização política e a efetiva socialização das forças produtivas, a revolução russa, da maneira como foi vivenciada pela subjetividade histórica das classes operárias (vale dizer na sua objetividade real e concreta) funcionou como alternativa à modernidade capitalista.

Mesmo nos Estados Unidos, apesar dos avanços do taylorismo e do fordismo, as lutas das classes trabalhadoras no interior da sociedade americana tornaram necessária outra política de contratendência: o *New Deal*. O mesmo irá ocorrer na Europa onde, apesar do Plano Marshall, e paralelamente a ele, foi necessário a criação do chamado *Welfare state* e a sua articulação com o chamado processo de social-democratização, pelo qual uma esquerda redistributivista acabou por permitir um arco de alianças aparentemente duradouro em relação às necessidades do Capital.

Foi, então, gerada a ideologia dos “anos gloriosos” do capitalismo. Esse período não foi, como se pretende, em absoluto tranqüilo. Foi um período marcado pela processualidade da revolução em escala mundial. Isto tornou necessário o reconhecimento pela burguesia de uma ampla gama de direitos sociais em benefício das classes trabalhadoras. Trata-se aqui de um novo horizonte da luta política de classes na sociedade capitalista; mas também, da tentativa dos dominantes de “sugar”¹⁶ a subjetividade histórica dos dominados.

O avanço aparentemente sem antagonismos maiores vivido pelo Capital não conseguiu, apesar da ação das esquerdas redistributivistas, incorporar as classes trabalhadoras à Ordem do Capital. Essas classes marcaram sua presença através das lutas operárias, de libertação nacional, movimentos de juventude, de gênero, etc. Estas manifestações contratendências, aliadas aos movimentos contraditórios das diferentes burguesias ditas nacionais que buscavam

¹⁶ Na feliz expressão de Angela Tude de Souza.

demarcar sua intervenção na ordem capitalista, tornaram o processo mais e mais contraditório.

O momento atual da sociabilidade capitalista tem sua face mais vistosa na internacionalização do domínio do capital financeiro, na chamada flexibilização dos direitos trabalhistas historicamente conquistados, na limitação de graus de liberdade nas cidadanias formais do mundo capitalista (como, por exemplo, na subordinação crescente dos legislativos aos executivos, na constituição e fortalecimento de governos dos “técnicos” (*sic*), na ampliação do exercício do poder por medidas provisórias), etc.¹⁷

O capitalismo necessita, no seu momento atual, de flexibilizar brutalmente as relações de trabalho, de expulsar o trabalho vivo dos ordenamentos jurídicos (Negri), para poder potenciar ao máximo sua intervenção na história. O que está em jogo não é, portanto, simplesmente, uma revolução da informática, da micro-eletrônica, da robótica, mas o conjunto das transformações políticas que tornam possíveis as novas condições de acumulação capitalista.

Hoje, mais do que nunca, as classes subalternas devem aprender as lições da história – laboratório da teoria – e recusar a leitura segundo a qual as transformações, ora vividas pelas sociedades, decorram basicamente das grandes transformações tecnológicas. Precisam, cada vez mais, elaborar a sua identidade. Descartar o mito da técnica independente, exterior, da ciência como construtora, necessariamente, da libertação/emancipação da totalidade do social é tarefa crucial.

À este conjunto de políticas de contradência Gramsci chama Revolução Passiva. Essas revoluções ocorreram naqueles “países que modernizaram o Estado através de uma série de reformas ou de guerras nacionais, sem passar pela revolução política de tipo radical-jacobino” (QC 504). Gramsci pensa a Revolução Passiva como uma transformação que ocorre mais “pela intervenção legislativa do Estado e através a organização corporativa, na estrutura econômica do país”¹⁸.

¹⁷ É fundamental que se recupere a continuidade na diversidade dessa ideologia do “governo dos técnicos” que se apresentou multifacetadamente durante todo o século XX.

¹⁸ *Quaderni del Carcere* - QC - 1228, Maquiavel, a Política e o Estado Moderno, - MPE - 223.

Para efetivar a dominação do capital, foram

“introduzidas modificações mais ou menos profundas para acentuar o elemento ‘plano da produção’, (...) acentua(r) a socialização e a cooperação da produção sem para isto se tocar (ou limitando-se apenas a regular e controlar) a apropriação individual e de grupo do lucro”¹⁹

A “revolução passiva” é realizada por um Estado que aparece como “‘dirigente’ do grupo que deveria ser dirigente e po(de) colocar à disposição deste, um exército e uma força político-diplomática”²⁰ Gramsci chega mesmo a falar em

“função tipo ‘Piemonte’ nas revoluções passivas (...), o fato de que um Estado substitua-se aos grupos sociais ao dirigir uma luta de renovação. É um dos casos em que se tem a função de ‘domínio’ e não de ‘direção’, nestes grupos: ditadura sem hegemonia. A hegemonia será de uma parte do grupo social sobre todo o grupo, não deste sobre outras forças para potenciar o movimento, radicalizá-lo, etc, sobre o modelo ‘jacobino’”²¹

O conceito de revolução passiva, revolução sem revolução, nos permite entender o que uma certa sociologia de corte funcionalista chama de modernização conservadora. Revolução com “r” pequeno, como diriam os althusserianos. Esse conceito permite interpretar as “modificações moleculares que na realidade modificam progressivamente a composição precedente das forças e, então, tornam-se matrizes de novas modificações”²², modificações que, contudo, não alteram a questão central da hegemonia: a transformação necessária das superestruturas à passagem a uma nova forma civilizatória, a um novo bloco histórico.

O exemplo clássico dessa “revolução” é o da Itália:

¹⁹ *idem, ibidem.*

²⁰ *idem, 1823.*

²¹ *idem, 1823-4)*

²² *idem, 1767, idem 77.*

“No quadro concreto das relações sociais italianas, esta poderia ser a única solução para desenvolver as forças produtivas da indústria sob a direção das classes dirigentes tradicionais, em concorrência com as mais avançadas formações industriais dos países que monopolizaram as matérias primas e acumularam capitais imponentes.” (*idem*)

É preciso lembrar que a análise gramsciana da unidade italiana tem como referências, por um lado, o processo da revolução francesa e da ação dos jacobinos e, por outro lado, o da derrota dos movimentos operário e socialista. Derrota essa consolidada pelo fascismo.²³ Gramsci, qual um Maquiavel do proletariado, debruça-se nas suas primeiras reflexões, sobre a história da unidade para marcar os limites e os impasses das forças socialistas e populares. No cárcere, em uma típica situação *für ewig*²⁴, desinteressada, sem o estímulo e a pressão da atuação imediata, como ele amava dizer, a reflexão sobre a unidade é a resposta de uma questão histórica: Por que perdemos? Pergunta que permite iluminar a questão universal da construção da nova civilização.

O século vinte (1917-1989) é marcado, pois, pela processualidade da crise do capital e da presença ativa do seu antagonista – o movimento comunista. Projetos classistas que expressaram as diferentes racionalidades, o embate de projetos hegemônicos. A análise desta história é elemento vital no processo de construção de novas formas antagônicas ao Capital e que permitam superar a sociedade capitalista e suas formas fetichizadas.

²³ Não é o caso aqui de aprofundar a análise dessa derrota. Contudo é sempre necessário repetir que não foi o fascismo que derrotou o movimento operário italiano no início da década de 20. Ele apenas consolidou essa derrota e tratou de inviabilizar uma nova possibilidade revolucionária.

²⁴ Gramsci atribui, em carta datada de 19 de março de 1927, a sua cunhada Tatiana Schucht, a expressão *für ewig* a uma “complexa concepção de Goethe”. Essa expressão é traduzida na edição crítica das *Lettere dal Carcere*, 1975a, como “para a eternidade”. Para a definição da ação cultural no período anterior à fundação do PCd'I ver Dias, 1987. Lá já estava claramente colocada essa concepção de “desinteresse”.

O economicismo e as classes subalternas

Um dos principais elementos de subordinação do pensamento e das práticas das classes subalternas, no sentido gramsciano, é precisamente a brutal dificuldade de elas elaborarem a sua própria identidade. O seu saber/pensamento é construído, errática e fragmentariamente, a partir da sua inserção subordinada na estrutura social. As classes subalternas têm que, em um processo permanente de luta contra essa dominação/saber, dar respostas concretas e imediatas aos problemas colocados pelos dominantes. É, normalmente, no interior, no próprio cerne destas práticas e discursos, que aparecem diante da totalidade do social como a única possibilidade, como naturalidade, como horizonte, que as respostas das classes subalternas se configuram como não-saberes. E é exatamente por isso que os saberes/práticas dos dominantes ditam os ritmos e as formas de todo saber constituído.

A não-estruturação autônoma das classes subalternas, o fato de elas terem que ser resposta a outros – os dominantes –, faz com que a totalidade da sua existência (rica e contraditória) seja tendencialmente reduzida à cotidianidade, à imediatidade, à fragmentariedade, atuando, fundamentalmente, nos limites do campo econômico-corporativo, ou seja, da sua reprodução pura e simples. Perde-se, assim, a perspectiva da construção do momento ético-político, vale dizer o da construção da sua identidade como classe e, portanto, o projeto de sua hegemonia. Poder-se-ia lembrar – e contrapor – que essa redução à cotidianidade, à imediatidade, à fragmentariedade, também ocorre com as classes dominantes, visto estarmos vivendo em uma sociedade marcada pelo fetichismo das formas mercantis. Há, no entanto, uma mediação fundamental: as classes dominantes comandam a estrutura – contraditória – do processo de produção e reprodução social. A produção-reprodução ampliada das classes subalternas é assim desqualificada, des centrada em relação a si mesma e centrada na racionalidade contraditória do(s) seu(s) antagonista(s). Para as classes dominantes basta a reprodução, pura e simples, de suas práticas. Por isso mesmo, a prática dominante é pensada como instrumentação técnica da sua racionalidade, de toda racionalidade.

dade possível, colocando-se no chamado “campo econômico”, como resolução das questões imediatas da produção e da reprodução da materialidade.

Aqui nos defrontamos com uma velha história. Quem já se deteve diante das questões da sociologia clássica, há de se recordar da pergunta weberiana: por que a racionalidade capitalista só se desenvolveu na Europa? Por que essa racionalidade é um patrimônio do Ocidente? Pergunta tornada atual pelo capitalismo. Weber colocava, com todas as letras, a idéia de que a modernidade baseada no mercado e na ética do empresário fundava uma nova forma de sociabilidade. Trabalhava a idéia da mensuração e da qualificação dos atos produtivos como expressão do egoísmo capitalista.²⁵ O próprio trabalho do economista era, nada mais, nada menos, que a racionalização teórica de sua ação real. Trabalhando a idéia do mercado como espaço conflitivo, de racionalidades e desejos, Weber afirmava o suposto da racionalidade técnico-científica (instrumental) como intermediária entre a ação dos indivíduos (atores no mercado) e sociedade (regulação mercantil de conflitos e articulação de valores). Essa racionalidade capitalista, formal, abstrata, se contrapõe a valores coletivos afirmativos de um projeto da sociedade.

Para as classes subalternas realizarem a construção da sua identidade e produzir a ruptura constituidora de sua identidade e projeto, é necessário que elas se subtraíam aos discursos e práticas dominantes. Construção que se faz ao mesmo tempo em que se luta contra os discursos/práticas destas classes. Para as classes subalternas é vital construir uma racionalidade nova, distinta da anterior. Têm que se construir a reflexão política fundadora da possibilidade de um novo real, de um novo bloco histórico, apresentar-se como revolucionária. Realizar isso significa dar passos decisivos em direção à liberdade e autonomia.

No processo dessa construção é necessário e vital recusar o economicismo que naturaliza e reifica. O economicismo faz do atual, do vigente, uma segunda “natureza”, uma pura continuidade, subordina tudo e todos a uma realidade já dada; mais ainda: recusa a possibilidade de intervenção das vontades na

²⁵ Sobre a questão da mensuração ver o ensaio clássico de Lukacs sobre “A Reificação e a consciência do proletariado” em *Histoire et conscience de classe*.

história. Ele é, mesmo quando aparece sob outras vestes, a forma mais perversa do positivismo. O marxismo, a partir da ótica economicista presente na quase totalidade do pensamento da III Internacional, ao criar seus intelectuais dogmática e sectariamente²⁶, ao subordiná-los a um pensamento estático, foi transformado em uma mera doutrina de sustentação da experiência estatal russa, enfim, absorvido, neutralizado e esterilizado na sua capacidade revolucionária.²⁷ Não ganhou a massa das classes subalternas, teve apenas a ilusão de conseguí-lo. Sob o estalinismo²⁸, o marxismo transformou-se em uma vulgata economicista e passou a ser uma teologia, com dogmas infalíveis, leis inevitáveis. Não colocou a elevação do pensamento como necessidade e optou na relação intelectuais-simples, como a igreja, pela disciplina dos intelectuais. Como são projetos distintos, o que para a religião pode ser força, para a vulgata da filosofia da práxis, mutilada e reduzida à nulidade, é pura perda.

Na forma de "superstição economicista"²⁹, a filosofia da práxis adquiriu enorme prestígio "entre as massas populares e entre os intelectuais de meia pataca, que não querem cansar o cérebro, mas querem parecer espertíssimos".³⁰ Prestígio ganho às custas de sua capacidade de "expansividade cultural na esfera superior do grupo intelectual"³¹. Prestígio estéril dado que, no essencial, representou uma grave perda de sua capacidade de intervenção política. O marxismo, tal como vivido por muitos dos seus "práticos", esqueceu-se do fundamental: o da criação rigorosa dos seus próprios intelectuais. Com isso, sucumbiu ao materialismo mecanicista. Não compreendeu a história, isto é não foi capaz de dominar as formas da racionalidade capitalista, nem de propor efetivamente a nova sociedade. Perdeu capacidade de intervenção e de

²⁶ Ver entre outras a obra de Nicolas Boukharine, *La théorie du matérialisme historique. Manuel populaire de Sociologie Marxiste* (1921).

²⁷ Sobre isso ver, entre outros, François Châtelet, *Logos et Práxis*, e *Le Capital. Profil d'une œuvre*.

²⁸ Não se trata nem de "culto à personalidade" nem de demonização da cultura. Estalinismo é, aqui, um nome coletivo e refere-se à ditadura da burocracia russa.

²⁹ *QC*, p. 1595, *MPE*, p. 37.

³⁰ *idem, idem*.

³¹ *idem, idem*.

educação política. O marxismo que exercera um enorme fascínio entre os grandes intelectuais, ao reduzir-se a um mero catecismo, não conseguiu produzir, sequer, seus intelectuais. Perdeu, no círculo dos intelectuais, a luta pela hegemonia. Facilitou a absorção, a captura, dos seus militantes pelas ideologias e projetos adversários. Um bom exemplo disso é a perplexidade de certos “marxistas” diante da chamada crise do Leste e da sua posterior passagem ao campo do pensamento e da prática liberais, processo cuja radicalidade e rapidez é exemplar.

O economicismo, forma particular do determinismo mecânico, tende a negar as “expressões de vontade, de iniciativa e de ação política e intelectual, como se estas não fossem uma emanção orgânica das necessidades econômicas e, mesmo, a única expressão eficiente da economia”.³² Não perceber essa relação fundamental, impedir-se de colocar a questão da hegemonia, é se condenar à perpétua subalternidade. Reduzindo tudo mecanicamente ao econômico, às leis férreas e exteriores de um desenvolvimento a-histórico, o economicismo acaba por esquecer a “tese segundo a qual os homens adquirem consciência dos conflitos fundamentais sobre o terreno das ideologias”³³; transformou-se em negação da pesquisa histórico-científica e reduziu o conhecimento histórico em “um contínuo *marché de dupes*, um jogo de ilusionismos e de prestidigitação. A atividade ‘crítica’ reduziu-se em desvelar truques, em suscitar escândalos”³⁴. Gramsci, dizia em 1917, em aberta polêmica com Cláudio Treves³⁵, que, nessa versão naturalista, a filosofia da práxis transformara-se em teoria da inércia do proletariado. Perde-se não apenas a própria concepção de totalidade. Ao jogar-se a criança com a água do banho, mutila-se a dialética e caminha-se para a derrota.

O economicismo procede por reduções. O conceito de formação social desaparece diante do conceito de modo de produção. Este é tomado como uma abstração com a qual o real deve coincidir. O modo de produção é reduzido à

³² *idem*, p. 1590, MPE, p. 33.

³³ *idem, idem*.

³⁴ *idem, idem*.

³⁵ Cláudio Treves era um dos líderes máximos do reformismo socialista italiano.

esfera do “econômico”³⁶. Logo, reduz-se o conjunto das forças produtivas³⁷ às relações de produção, vistas como base e motor da história. Complementam-se os equívocos pela redução das forças produtivas à tecnologia. Concluído esse círculo vicioso, o marxismo está devidamente reduzido a um conjunto de dogmas. De redução em redução, cai-se na famosa contradição Trabalho-Capital, tornada uma tautologia vazia. Trata-se não de uma racionalidade clas-sista, mas de uma abstração vazia, com o que caímos na mais brutal metafísica: “as forças produtivas são a expressão da liberdade dos homens em relação às forças da natureza”. (*sic*)³⁸ Todas as demais contradições parecem desaparecer em uma espécie de “Triângulo das Bermudas”.

Força produtiva e tecnologia não são, como pretende(ra)m os reducionistas, equivalentes *in genere*. A principal força produtiva é o trabalhador que se realiza em/com as outras forças produtivas. Já a tecnologia incorpora, no solo da materialidade, o que há de fundamental na política: é a *condensação das con-tradições classistas*, buscando dar-lhe sentido e direção. É decisiva, na imple-mentação do projeto hegemônico na sociedade, como política e não como téc-nica. O relacionamento trabalhador-tecnologia é, portanto, uma mediação entre poderes em uma dada formação social.

Se, pelo contrário, pensarmos a formação social como o rico imbricamento de práticas sociais estruturadas e estruturantes, como condensação dessas contradições; se pensarmos as classes sociais como criadoras e criaturas dessas práticas/estruturas; se, por fim, pensarmos o capitalismo como modo de pro-dução historicamente atualizável no enfrentamento das suas classes e com ou-

³⁶ Com este procedimento acaba-se por traduzir o conceito de modo de produção em algo como um tipo ideal weberiano. Reduz-se a teoria marxista às proposições do que Marx chamou de economia vulgar.

³⁷ Stalin, no famoso *Materialismo Histórico e Materialismo Dialético* define forças produ-tivas: “Os instrumentos de produção com a ajuda dos quais os bens materiais são produzidos, os homens que põem estes instrumentos em ação, graças a uma certa experiência da produção e a hábitos que de trabalho, constituem as forças produtivas da sociedade”. Desaparecem, assim, as classes e as relações sociais!

³⁸ Ver a expressão do economista russo W. G. Marachow, *Struktur und Entwicklung der Produktivkräfte in der Sozialistischen Gessellschaft*, citado por Magaline, *op. cit.*, p. 17.

tros projetos societários diversos, perceberemos, facilmente, que as relações classistas impõem práticas diferenciadas, a partir das quais é possível entender as contradições como atualizações de racionalidades classistas.³⁹

³⁹ Obviamente não estamos separando a racionalidade da subjetividade e do imaginário, o que aliás seria impossível, dado que toda personalidade (individual e/ou coletiva) supõe, sempre, essa rica convivência. Essa complementariedade contraditória define, também, o todo social. A subjetividade é, a um só tempo, materializada como prática coletiva e como prática individualizada, transformadora desse coletivo. Não cabe, porém, nos limites deste estudo, trabalhar essa questão. Lembremos, contudo, a afirmação gramsciana de que todo homem é um “bloco histórico”, síntese de múltiplas determinações. Ver entre outros Massimo L. Salvadori, *Gramsci e il rapporto tra soggettività e oggettività nella prassi rivoluzionaria*, in *Gramsci e il problema storico della democrazia*, pp. 207-264.

I PARTE: SOBRE A INSTITUCIONALIDADE CAPITALISTA

A Institucionalidade capitalista: condição de possibilidade da revolução industrial

Trata-se de uma novidade radical? Obviamente, não. O capitalismo, ao surgir como modo de produção dominante na Europa, teve que construir sua racionalidade. É absolutamente cristalino que ele teria sido inviável se respeitasse e deixasse de pé os fundamentos da sociedade feudal. Ele construiu não apenas os seus aparelhos materiais de produção mas, também, e, fundamentalmente, as suas premissas ideológico-políticas. Fez terra arrasada da maneira pela qual as sociedades anteriores, e cada um dos seus indivíduos, compreendiam a vida, a história, o mundo.⁴⁰ Destruiu toda a institucionalidade anterior. Lembremos a caracterização do Iluminismo, feita por Gramsci, como uma “magnífica revolução”, como constituidor de uma “internacional espiritual burguesa”.⁴¹ Ao nos referirmos à institucionalidade, não nos prendemos à forma jurídica, mas ao adensamento da rede de práticas que constituem, a um só

⁴⁰ Antonio Gramsci, *Socialismo e Cultura, Il Grido del Popolo*, 29-1-1916, in *Cronache Torinese* (1913-1917).

⁴¹ *idem*, p. 101.

tempo, a individualidade e o coletivo. Obviamente, a jurisdição específica de cada sociedade faz parte dessa malha, mas não é a sua determinante privilegiada.

Ao romper com a ordem feudal, o capitalismo expropria das classes subalternas, a um só tempo, identidade, instrumentos de produção, conhecimentos e saberes. É através desse processo de rupturas que se consegue criar a aparência do indivíduo-cidadão. Vale lembrar que a forma inicial da cidadania capitalista, mesmo que restrita, mesmo permitindo ignorar/reprimir as demais formas de sociabilidade, não era uma possibilidade aberta ao conjunto das classes subalternas em especial a daquelas classes. Submeteu os trabalhadores a um processo de auto-desidentificação. Vale dizer, as classes subalternas foram e vem sendo expropriadas na sua própria condição de existência enquanto classe, objetiva e subjetivamente. Foram, e estão sendo, permanentemente transformadas em sujeitos abstratos de uma cidadania/institucionalidade que as negam.

O capitalismo teve que se constituir como *o horizonte ideológico da sociedade* e o fez através do processo de fetichização próprio às relações mercantis. Ao preço, é claro, da permanente redução das condições de liberdade real das classes subalternas ainda que parecendo incluí-las em seu projeto. Aqui, o ideal de liberdade é uma necessidade, ainda que para as classes subalternas ele seja apenas um mito regulador. Toda formação social necessita, para o seu exercício cotidiano, de uma institucionalidade específica, que se revela claramente na concepção de cidadania, forma determinada de *sua* sociabilidade. Nas formações sociais capitalistas, a cidadania se resume em um conjunto de igualdades formais perante a lei. A individualização dos sujeitos, é aqui, um elemento vital. O processo de constituição dessa sociabilidade não foi imediato e só se pode falar, de fato, em cidadania, no sentido moderno do conceito, após a completa subsunção do trabalho ao capital.

Marx⁴² afirma que a visão mítica da natureza humana é elemento fundamental para a constituição do real. O homem capitalista é apresentado, pelos

⁴² “Para os profetas do século XVIII – Smith e Ricardo (...) – este indivíduo do século XVIII – produto, por um lado, da decomposição das formas de sociedade feudais,

ideólogos burgueses, como o homem *in genere*, como indivíduo, átomo da única sociabilidade possível. Essa aparência⁴³ – forma plástica do pacto social – repetida e duplicada, torna possível a sua aceitação e a obtenção de um conformismo social básico. Ela é um fetiche. A materialidade como que perde a historicidade. Homens e relações sociais são tomados como coisas. As aparências são necessárias para que o fetiche surja como a verdade. Para que isso ocorra, na forma mitológica dos liberais, é preciso separar os homens de suas determinações, e decompor a totalidade em esferas particulares e cindidas: os campos da economia e da política. Para que essa visão de democracia, identificada ao capitalismo, efetive-se, é necessário pensá-las como esferas separadas. A cidadania pode se realizar no campo da política (seu campo próprio de existência) pela construção da aparência dos cidadãos abstratos. Mas deve, necessariamente, manter-se ausente no campo da economia. O fetiche do mercado livre é exatamente a afirmação da impossibilidade de uma cidadania pelo trabalho na formação social capitalista.

Falamos da cidadania como aparência necessária para a dominação burguesa. Ao falar de democracia como desejo moral mais do que expressão e clarificação de conflitos e antagonismos, a cidadania permite expressar o real contraditório como espaço de afirmação da ordem capitalista vista como a úni-

por outro, de forças de produção novas que se desenvolveram desde o século XVI – aparece como um ideal que teria *existido no passado*. Vêm nele não uma realização histórica, mas o ponto de partida da história, porque consideram este indivíduo como algo natural, de acordo com sua concepção de natureza humana, não como produto da história, mas como um dado da natureza.”, Karl Marx, *Introduction a la Critique de l’Economie Politique*, p. 150.

⁴³ “O termo ‘aparente’, ‘aparência’, significa isto e nada mais que isto e deve justificar-se contra o dogmatismo: é a afirmação da caducidade de todo sistema ideológico, próximo à afirmação da uma validade histórica de qualquer sistema, e da necessidade dele (‘no terreno ideológico o homem adquire consciência das relações sociais’: dizer isto não é afirmar a necessidade e a validade das ‘aparências?’)”, Gramsci, Antonio, QC, p. 1570 Sobre a questão da aparência ver “*La apparenza del capitalismo nell’analisi di Marx*”, in *Quaderni di Sociologia*, vol. XV, 1966, e *Esencia y apariencia en el Capital*, de Oscar del Barco.

ca possível. Portanto, como espaço real de exclusão das classes subalternas da qualidade de construtores da história.

Ela é, sob o capitalismo, pensada como determinação abstrata do mercado, “eterna”, “meta-histórica”. O cidadão (membro de uma comunidade política) e o membro da comunidade econômica (participe do mercado) são indivíduos abstratos, portadores de racionalidades, vontades “descarnadas” de determinações. A cidadania, entendida como articulação entre indivíduos juridicamente livres, oculta as determinações reais. Oculta, no fundamental, o seu caráter classista. Do ponto de vista da ideologia burguesa, as determinações de operário e capitalista, de dominado e dominante, desaparecem. Exploração e opressão são tornadas palavras vazias pelo efeito mágico da idéia de individualidade e de cidadania. Tudo se passa como se todos fossem iguais. Para que as relações entre os indivíduos não sejam vividas como contraditórias faz-se necessário apresentá-las como conflitividades entre indivíduos isolados e juridicamente livres e iguais.

Se do ponto de vista da sociabilidade/cidadania dominantes tudo se passa como uma processualística, como um conjunto de regras do jogo que se há de respeitar, do ponto de vista das classes subalternas (se se quer uma nova racionalidade, é óbvio) é necessário que se viva/construa uma relação nova e contraditória com os sistemas de normas jurídicas, de fórmulas de representação política, em suma, como conjunto de processos e práticas que integram essas classes à uma forma estatal. Ela é histórica e socialmente datada.

Esta é a matriz da cidadania, da interface político-jurídica dos indivíduos. Essa aparência do real é um dos elementos constituidores da sociedade capitalista. Para desconstruir esse fetiche é preciso fazer a crítica da ideologia do mercado, negar-lhe o caráter de *ente* em si mesmo. É preciso pensá-lo como abstração concreta, como mercado determinado (Gramsci). Cada modo de produção constitui original e necessariamente um *homo œconomicus*, um modelo de racionalidade⁴⁴. Pensar o mercado capitalista como mercado *tout court* – necessidade vital para o capitalismo – é uma brutal mistificação ideológica. O

⁴⁴ Sobre “mercado determinado” e “*homo œconomicus*”, ver QC, pp. 1247-1248, 1258, 1269, 1276-1277 e 1477-1478.

problema radica-se, portanto, no domínio das relações mercantis – e do consequente processo de fetichização – sobre o conjunto da sociedade.

No capitalismo, o processo dá-se sob a forma de uma cisão que permite pensar o trabalhador, por um lado, como cidadão e, por outro, como assalariado; da mesma forma, pensa-se o burguês como cidadão e proprietário. O termo comum é cidadão e é, assim, que se dá a neutralização. Há, no entanto, uma diferença importante: para o capitalista, propriedade e cidadania formam uma unidade indissolúvel (ver Locke), para o trabalhador essa unidade só é possível se ele se colocar no horizonte capitalista. Ou seja, se ele se nega como individualidade histórica, como classe historicamente diferenciada. Trata-se, portanto, de uma unidade ilusória, mistificante.

Na política há como que um “desnudamento” dos homens em relação às determinações estruturais: o capitalista e o operário são reduzidos à categoria de cidadão. “Desaparecem” as diferenças. Pode-se agora transformar indivíduos-cidadãos em vontades cívicas, em consciências cívicas. Por abstrações sucessivas, transformados em unidades isoladas, despidos das suas determinações, esses homens são, por outro lado, “enriquecidos”. É a igualdade formal que torna possível uma unidade fundamental: a pátria. Assim, se as instituições liberais são ideologicamente eficazes, o problema se resume à uma mera agregação de forças. Os partidos surgem como catalisadores de interesses diferentes que, no limite, suportam uma mesma e indiferenciada unidade ideológica. Estamos, pois, no campo da colaboração e não da luta de classes

Já na economia, o problema se coloca de modo distinto: despidos no início, de suas determinações, esses homens são rapidamente “vestidos”. Despidos no início: se são indivíduos, vontades, são iguais entre si. E há na diferença de interesses um ponto de unidade: ambos “necessitam” um do outro (outra aparência necessária). O capitalista necessita comprar a força de trabalho, o operário necessita vendê-la. O termo comum, força de trabalho, toma-se assim o núcleo da relação. No entanto, feita a relação, a nudez desaparece. A “colaboração-unidade” também. Na fábrica, todo homem é historicamente determinado: operário, capitalista, etc. A diferença torna-se positividade, a determinação está estabelecida. Na economia capitalista, não podem existir dois poderes. (Dias, 1987)

A concepção burguesa de sociabilidade afirma a existência de esferas de intervenção dos indivíduos. Cada uma delas com sua forma específica e sua eficácia própria. Assim, por um lado, o “econômico”, visto como reino da necessidade, implica necessariamente a escassez, o sofrimento, a diferenciação. Já o “político” é visto como sendo a possibilidade da conciliação dos interesses diferenciados que se constroem na esfera econômica. Essa cisão economia-política, na visão liberal, é a forma pela qual se limita (ou pelo menos se tenta) a intervenção estatal, que deve ser a mínima possível. As separações/cisões não podem conduzir a uma ruptura do todo. A sociedade civil, conjunto das instituições privadas, própria da esfera do “político”, cristaliza/articula as individualidades e nega as classes: deve, assim, necessariamente, regular e controlar o Estado. Vista como instância do real ela se apresenta como portadora de uma “neutralidade” e produtora da homogeneização. A articulação institucional das ideologias e dos projetos classistas passa pela sociedade civil que expressa o horizonte da racionalidade classista dominante. Esta, não sendo neutra, expressa contraditoriamente a luta/articula interesses estruturalmente desiguais.

A acentuação da forma “privada” dessas instituições e do seu caráter de regulação não nega nem seu caráter estatal, nem classista, como querem os liberais. Gramsci, diversamente dos liberais, vê a sociedade civil e a sociedade política como distinções analíticas do conceito de Estado, formas da natureza estatal e não como instancias autônomas do real. E pode fazê-lo porque pensa a sociedade a partir da identidade de outra classe.

O Estado Capitalista: a construção da hegemonia

Historicamente, o Estado liberal constituiu o arcabouço legal-institucional necessário à implementação do monopólio da racionalidade capitalista. Ele foi, e é, a matriz política do conjunto das práticas sociais capitalistas (mercado), que aparece, assim, como matriz de toda a sociabilidade possível. O procedimento básico da racionalidade capitalista e de sua institucionalidade, chamada

metaforicamente de “economia do mercado”, foi criado, ao longo dos últimos séculos, em um processo que procurou impedir a possibilidade de efetivação de outras racionalidades classistas. A racionalidade capitalista exigia novas formas de qualificar o anterior e pensar o futuro. Exemplo típico foi a Lei Le Chapelier, da Revolução Francesa. Baseada no fato de todos nascerem livres e iguais, afirmava-se a possibilidade de coalizão como transgressão. Assim, a um só tempo, as corporações de ofício eram jogadas na lata do lixo da história e, dialeticamente, tratava-se de impedir a possível organização sindical dos trabalhadores. A crítica às práticas feudais, feita em nome dos direitos do indivíduo, limitou, tanto o predomínio daquelas formas político-econômicas quanto de uma possibilidade de tipo socialista.

Esse Estado atua como garantidor das políticas de acumulação e reprodução da burguesia e de suas frações, sustenta o arrocho salarial, impõe um modelo educacional e de saúde: nega, continua e historicamente, as identidades e os direitos dos trabalhadores. Foi, e continua a ser, decisivo na conformação do chamado capital privado, um super-parceiro das empresas capitalistas, individual ou coletivamente. Por fim, mas não menos importante, busca interditar, através de suas políticas, os movimentos da sociedade contrários à racionalidade capitalista. O mercado não se implementou de maneira natural, mais foi basicamente uma construção efetiva do Estado: foi sendo ampliado progressivamente. Lembremos que esta é uma velha lição: desde a abertura dos portos japoneses na base da intervenção militar até a “recriação” do próprio Japão, após a derrota na Segunda Guerra, pela mesma intervenção que, desta vez, pariu da Reforma Agrária às formas político-sindicais. O Estado sempre escamoteou que a racionalidade do mercado estava rigorosamente calcada na sua intervenção, que decidia e decide a quem beneficiar e/ou controlar.

Sem a criação dessa institucionalidade, o capitalismo não seria possível. Como generalizar o assalariamento se os servos estavam presos à gleba? Como acumular capital se a usura era pecado? Como criar o macro espaço econômico se os feudos impunham limites insuportáveis àquela expansão. Como subordinar tudo e todos ao capital se a idéia do trabalho, como “destino” de todos, não tivesse a força do preconceito popular (Marx, *O Capital*). Foi necessário “libertar” os indivíduos da situação feudal, *conditio sine qua non*, não apenas

para a mercantilização da própria força de trabalho, mas também para a generalização, a universalização da própria forma mercantil.

No campo de forças do Estado burguês tudo aparece como jogo entre indivíduos genéricos, abstratos, sem historicidade. Esta é a forma, a aparência necessária do processo, que cria o ocultamento, a invisibilidade. O ocultamento da dominação política determina negativamente a tomada de consciência dessa dominação pelas classes subalternas. Esse ocultamento, determinação própria às formações sociais capitalistas, é uma necessidade objetiva. A aparência da liberdade individual também. A construção da identidade e dos projetos das classes subalternas são praticamente inviabilizados. É através dessa dupla necessidade que se torna possível apresentar a liberdade de uma classe como sendo a liberdade de todas. É através dela que se passa da exploração-opressão à elaboração do consenso. É pela supressão máxima da liberdade (compra-venda da força de trabalho/exploração) que se cria a aparência da liberdade e da individualidade políticas que permitem o ocultamento da dominação (elaboração do consenso).

A naturalização/des-historicização da vida social é essencial na construção da hegemonia burguesa. Reforça, por um lado, o atual como o único possível da história e, por outro, nega a possibilidade e a capacidade de existência da racionalidade das outras classes. No momento atual do capitalismo, tudo se passa como se bastasse à sociedade livrar-se das vontades humanas, histórica e objetivamente contraditórias (o Estado, as classes), para que a natureza (= mercado) apareça e reine soberanamente. Mão invisível, providência divina, o que se interdita/nega é o processo de transformação da sociedade. A primeira grande expressão do pensamento burguês, pós-revolução francesa, é Ordem e Progresso: até aqui podia e devia haver a revolução (vista como eliminação dos elementos não naturais), agora esta passa a ser desordem (perturbação da ordem natural, da "mão invisível do mercado").

A igualação abstrata de todos os indivíduos, perante a lei, impede, de fato, que no plano do Direito as desigualdades sociais se expressem como tais. Ao eliminá-las, aparentemente, torna-se possível apresentar tudo e todos como submetidos às mesmas regras. Criou-se o mito da cidadania e da democracia para todos. A própria forma de realização desse mercado nega, na prática, a

possibilidade de que se efetive essa democracia. Criou-se o mito da “iniciativa” do indivíduo, teoricamente assentada nessa igualdade formal. Prima irmã da famosa mão invisível, essa iniciativa passou a indicar a desigualdade real (de riqueza, de acesso ao saber, etc.) como expressão de uma universalidade abstrata: o mercado. Capitalistas e trabalhadores, criaturas do mercado, expressariam, assim, uma lei anterior e exterior à própria história.

A identificação entre construção de um novo tipo de Estado e a realização de uma hegemonia não é uma construção artificial, elaborada por intelectuais, nem o produto de uma visão sectária de militantes. Cada modo de produção é uma maneira de resolver a materialidade mas é, também, a construção das condições necessárias para tal. É a criação, rigorosamente falando, de uma nova racionalidade. Nesse sentido, o Estado (a política concentrada das classes dominantes) nada mais faz do que criar um novo nexó psíco-físico e potenciar a possibilidade da hegemonia, elemento de sua própria permanência como Estado.

Produção material, produção simbólica, articulação de direitos, criação de intelectuais que expressem e ampliem a nova racionalidade em ação. Isso é, no essencial, a nova civilização. Para que seja possível a construção de uma nova racionalidade e resolver a materialidade dela decorrente, é fundamental produzir uma nova *Weltanschauung* que fecunde e alimente “a cultura de uma era histórica”.⁴⁵

O Estado, qualquer que seja, para ser fundado, construído, tem como pressuposto uma visão de mundo. Este é o sentido da expressão segundo a qual o operário é o herdeiro da filosofia clássica alemã, a filosofia entendida como a “teoria de uma classe que se tornaria Estado”.⁴⁶ A filosofia, feita história, realiza projeto(s) classista(s): a “hegemonia realizada significa a crítica real de uma filosofia, a sua dialética real”.⁴⁷ Ela só pode ser pensada e articulada como projeto político capaz de construir a identidade da classe hegemônica, ou candidata à, de permanentemente redefini-la, de articular a partir dessa identida-

⁴⁵ QC, p. 881, *Concepção Dialética da História* (CDH), p.93.

⁴⁶ *idem*, p 882, CDH, *idem*.

⁴⁷ *idem*, CDH 94. Grifo nosso.

de o seu projeto de significação da história, significação que terá que se construir no processo da luta. Com e contra aliados e adversários.

O capitalismo teve que criar novas formas de pensar estruturantes do real, isto é, das práticas das classes. Criou-se não apenas um Estado, mas principalmente um Direito, uma Teoria da Sociedade, da Política, da História, da Economia. Uma Economia que, sintomática e objetivamente, chamava a si mesma... Economia Política. Como condições necessárias para o capitalismo, surgiram a Medicina Social, a Higiene, etc. Prisões e Hospitais passaram a ser necessidades do cotidiano. Essa racionalidade foi além e definiu a própria noção de Corpo, fazendo-o assumir os ritmos e a forma do Capital. Os "corpos dóceis" são o produto, a síntese, do adensamento dessa malha institucional que, a um só tempo, definiu o social e o particular.

O Estado nacional-popular não se apresentou, como os anteriores como um Estado de classe. Foi essa nova eticidade estatal que permitiu a possibilidade de

"elaborar uma passagem orgânica das outras classes à sua, isto é, *ampliar a sua esfera de classe 'técnica' e ideologicamente (...)*. A classe burguesa se coloca a si mesma como um *organismo em contínuo movimento*, capaz de absorver toda a sociedade, assimilando-a ao seu nível cultural e econômico; toda a função do Estado é transformada: (...) *se torna 'educador'*"⁴⁸

Quando, pelo contrário, a burguesia perde sua capacidade expansiva, se satura, "se desagrega; não apenas não assimila elementos novos, mas desassimila uma parte de si mesma (ou pelo menos as desassimilações são muito mais numerosas que as assimilações)"⁴⁹

Quando, como na fundação do Estado burguês, colocou-se com clareza a necessidade de trazer as demais classes para a esfera da classe dirigente e/ou dominante, esteve posta necessariamente a forma universal da lei, que requer a igualdade jurídica formal. Colocou-se, tendencialmente, a postura da luta ide-

⁴⁸ QC, p. 937, MPE, p. 147. Grifos nossos.

⁴⁹ *idem, idem.*

ológica como construção de um conformismo político que assumiu, e não poderia deixar de fazê-lo, a forma do pacto social fundador dessa nova racionalidade estatal. O pacto original correspondeu assim a duas finalidades: a da articulação entre as frações políticas e a necessidade de equalizá-las juridicamente para evitar que sua luta pusesse em perigo a nova ordem.⁵⁰

O campo de ação das classes e dos seus Estados passa necessariamente pela questão da hegemonia: ampliação da esfera de classe, absorção da sociedade, momentos concretos da identificação da classe dirigente/dominante com a sociedade. Hegemonia: projeto que permite expressar o programa, o horizonte ideológico, no qual as demais classes devem se mover. Horizonte que, ao proceder à padronização, ao conformismo, desorganiza, inviabiliza, ou tenta, os projetos das demais classes. Desorganiza ativa ou passivamente: ativamente ao sobrepor seu projeto aos demais e, assim, descaracterizá-los; passivamente, pela repressão pura e simples sobre os demais projetos. Horizonte que é estruturação do campo das lutas, das alianças, do permitido e do interdito. Racionalidade de classe que se faz história e que obriga às demais classes a pensar-se nessa história que não é a delas.

O Estado capitalista não é, entretanto, monolítico como se pensa. Para maior eficácia e legitimidade, ele tem que se apresentar como Estado Nacional-Popular, como Estado de todos, acima das classes. Tende a compor as diferenças existentes no interior do campo dos dominantes e, mesmo, as desigualdades estruturais em relação aos dominados. Ele, de algum modo, tem que levar em conta o conjunto das reivindicações destes. Ainda que para negá-las ou enquadrá-las à sua ordem. Essa composição de forças em presença traduziu-se, desde logo, na chamada cidadania. A legitimidade desse Estado decorre, portanto, da maior ou menor organicidade e força dos dominados, ou seja da capacidade de anular a possibilidade de construção de identidades diferenciadas da racionalidade dominante.

O Estado expressa, assim, posições e programas diferenciados, que se unificam a partir da perspectiva mais geral das classes dominantes e de suas fra-

⁵⁰ A esse respeito, é sempre útil ver a formulação de Maquiavel sobre os perigos para o príncipe novo.

ções e, mais recentemente, através dos grandes conglomerados capitalistas internacionais, em um processo metaforicamente chamado de “globalização.”

A democracia burguesa assume, necessariamente, a forma do universal, da lei capitalista: todos são iguais perante a lei. Essa necessidade é vital. É preciso que o “indivíduo” seja visto como átomo social, como unidade. Isto permite pensar suas ações como relação de iguais, intercambiáveis. Graças a essa igualdade formal, o mercado, na ideologia capitalista, passa a ser o regulador de todos os mecanismos da sociedade. É a idéia de contrato como intercâmbio de vontades iguais, livres e soberanas, que permite ocultar a exploração e a opressão: desigualdade contraditória e condensada.

O Capitalismo vive, como dizia Marx, no *Manifesto do Partido Comunista*, premido pelas lutas de classe, pela necessidade constante de revolucionar-se sem cessar. Para realizar-se, ele necessita de um gigantesco aparelho que é, ao mesmo tempo, seu produto e sua condição de existência: o Estado que está destinado a dar maior potencialidade e coerência às classes dominantes e à implementação do monopólio da racionalidade capitalista. É o produto de um conjunto articulado de lutas entre dominantes e dominados, lutas estas que são sobredeterminadas pelos encontros/desencontros entre os próprios dominantes e entre os dominados.

Ele e o universo ideológico que constrói/veicula, viabilizam a possibilidade do capitalismo como dominação e a tornam possível sem que a violência (exploração/opressão) se torne visível, impedindo assim, ou tratando de, a explosão da rebeldia das classes subalternas. O fetichismo próprio das relações mercantis é a *conditio sine qua non* desse tipo de formação social.

Longe da visão que reduzia o Estado às suas formas meramente repressivas, devemos entendê-lo como o grande articulador das práticas classistas, portanto, realizando tarefas que ultrapassam em muito o horizonte meramente corporativo que o reducionismo glorificou. Como dizia Gramsci, o Estado “*fabrica o fabricante*”. Nesta perspectiva, ele se apresenta como o Partido do Capital, o construtor da racionalidade classista.

Tanto o capitalismo quanto o Estado nacional tendem cada vez mais a criação e utilização dos intelectuais. Isso se fez, no caso das revoluções burguesas inglesa e francesa, “privadamente”, como “naturalidade”, como simples

extensão dessa racionalidade sobre a sociedade. Como hegemonia. Racionalidade que se traduz em cada um dos campos de intervenção histórica: da produção e reprodução da materialidade ao campo do estético, da afetividade, etc.

Quando o Estado teve que assumir a educação, a saúde, a previdência social, o saneamento básico, etc., isto foi feito na perspectiva de implementar a racionalidade capitalista e maximizar as formas de domínio dos diferentes setores da burguesia. Sua complexificação criou, para os dominantes, problemas novos e, muitas vezes, inesperados. Entre eles, as políticas contraditórias que acabou por executar e também a própria constituição do seu corpo de funcionários. O empirismo político não é mais possível como regra: ele só não apenas insuficiência mas, e principalmente, ineficácia.

“O tipo tradicional do ‘dirigente’ político, preparado apenas para as atividades jurídico-formais, torna-se anacrônico e representa um perigo para a vida estatal: o dirigente deve ter aquele mínimo de cultura geral técnica que lhe permita, se não ‘criar’ autonomamente a solução justa, pelo menos, saber julgar entre as soluções projetadas pelos especialistas, e escolher então a solução justa do ponto de vista ‘sintético’ da técnica política”⁵¹

A especialização típica das formações sociais capitalistas acabou por criar para si

“todo um corpo burocrático pois, além dos escritórios especializados de pessoas competentes, que preparam o material técnico para os corpos deliberantes, cria-se um segundo corpo de funcionários mais ou menos ‘voluntários’ e desinteressados, escolhidos, às vezes, na indústria, nos bancos, nas finanças. Este é um dos mecanismos através dos quais a burocracia de carreira terminou por controlar os regimes democráticos e parlamentares; atualmente, o mecanismo vai se ampliando organicamente e absorve em seu círculo os grandes especialistas da atividade prática privada, que controla assim, quer os regimes, quer as burocracias.”⁵²

⁵¹ *idem, idem*, pp. 119-20

⁵² QC, p. 1532, *Os Intelectuais e a Organização da Cultura* (IOC), p. 119

Através desse poder especializado, a burocracia domina o aparelho do Estado, exercendo, de forma aparentemente técnica, o domínio das classes dominantes: é o chamado governo dos técnicos que acaba por sobrepor-se tanto às formas parlamentares quanto à chamada esfera pública. Estado e capitalismo tendem, assim, a fundir-se ainda mais intimamente. Funcionários do Estado e das empresas tendem a formar um corpo relativamente homogêneo e intercambiável. Essa integração do “pessoal especializado na técnica política com o pessoal especializado nas questões concretas de administração das atividades práticas essenciais das grandes e complexas sociedades nacionais modernas”⁵³, é o resultado do processo de renovação dos dirigentes estatais, necessários ao desenvolvimento do estado nacional no momento atual do capitalismo.

A racionalidade burocrática esteve, e está, sempre associada ao grau de maior ou menor consistência e força das classes em presença e do espaço contraditório das classes sociais e de suas lutas.

Os Intelectuais e a vida estatal

Na análise do modo de inserção dos intelectuais no mundo moderno, isso fica claramente colocado. A própria afirmação de um tipo de intelectual sobre os demais já expressa a dominação. Hierarquiza e classifica o conjunto desses intelectuais em relação à racionalidade dominante. Leva-se em conta

“tão somente a imediata função social da categoria profissional dos intelectuais, isto é, leva-se em conta a direção sobre a qual incide o peso maior da atividade profissional específica, se na elaboração intelectual ou se no esforço muscular-nervoso”⁵⁴.

⁵³ *idem, idem.*

⁵⁴ *idem*, 1550, IOC, p. 7

Isso, em si mesmo, já reproduz uma dominação de classe. Desqualifica-se o “saber” e o “fazer” das outras classes que são apropriados. Caracterizado o saber das classes subalternas como “prático” e “experiência limitada”, este é transformado pelo passo mágico da “ciência” – saber codificado por outra racionalidade – às vezes sem grandes modificações em tecnologia, em progresso científico. Desqualificação não apenas de um saber de outra(s) classe(s), mas também de outras civilizações.

Desqualificar o trabalho cognitivo das classes subalternas, pensar suas criações como “práticas empíricas”, significa negar identidade de intelectual àqueles produtores de conhecimento, cultura, arte, etc. Negar, obviamente, direito de existência a toda essa produção. Esse procedimento amplia e reforça a subalternidade das outras classes.

“Mas a própria relação entre esforço de colaboração intelectual-cerebral e esforço muscular-nervoso não é sempre igual; por isso existem graus diversos de atividade específica intelectual. Não existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*. Finalmente, todo homem fora de sua profissão, desenvolve alguma atividade intelectual, ou seja, é um ‘filósofo’, um artista, (...) participa de uma concepção de mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui, portanto, para manter ou para modificar uma concepção de mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar. O problema da criação de uma nova camada intelectual consiste em elaborar criticamente a atividade intelectual que existe em cada um, em um determinado grau de desenvolvimento, modificando sua relação com o esforço muscular nervoso, no sentido de um novo equilíbrio, e conseguindo-se que o próprio esforço muscular-nervoso, enquanto elemento de uma atividade prática geral, que inova continuamente o mundo físico e social, torne-se o fundamento de uma nova e integral concepção de mundo.”⁵⁵

Insisto: trata-se de “fabricar o fabricante”⁵⁶.

⁵⁵ *idem*, p. 1550-1, IOC 7-8. Grifo nosso.

⁵⁶ *idem*, p. 2018, R 105

Por fim, é preciso mostrar a contradição espelhada no fato de que, tradicional e vulgarmente, pensam-se como intelectuais o literato, o filósofo, o artista. Embora estes se vejam, e até mesmo sejam vistos, como os “verdadeiros intelectuais”, tendem a ser subalternos: na racionalidade capitalista, em especial em países como o Brasil, eles são uma espécie de ornamento, na prática uma desnecessidade. No mundo moderno,

“a educação técnica, estreitamente ligada ao trabalho industrial, mesmo ao mais primitivo ou desqualificado, deve construir a base do novo tipo de intelectual. (...) O modo de ser do novo intelectual não pode consistir mais na eloquência, motor exterior e momentâneo das paixões, mas em um imiscuir-se ativamente na vida prática, como construtor, organizador, ‘persuasor permanente’ (...) – e, todavia, superior ao espírito matemático abstrato. *Da técnica-trabalho, chega-se à técnica-ciência e à concepção humanista histórica, sem a qual se permanece ‘especialista’ e não se torna ‘dirigente’ (especialista + político)*”⁵⁷

Não se trata, obviamente, de responder a um determinismo economicista com um outro, ideologicista, voluntarista, mas de afirmar essa unidade indissolúvel de economia e política que se expressa, se faz, refaz e desfaz, se reforça ou se enfraquece, pela expressão ativa das classes em confronto. Economia, Direito, Ideologia, Política... Estrutura de Classes em movimento.

Só a classe “que coloque a si mesma como passível de assimilar toda a sociedade, e seja, ao mesmo tempo, realmente capaz de exprimir este processo, leva à perfeição esta concepção de Estado e de direitos”⁵⁸, e pode pensar o fim do Estado e do direito, “tornados inúteis por terem exaurido as suas tarefas e terem sido absorvidos pela sociedade civil”⁵⁹ podendo, em suma, propor uma nova *Weltanschauung*.

Quando o Estado

⁵⁷ *idem*, p. 1551, IOC 8. Grifo nosso.

⁵⁸ *idem*, p. 937, MPE 147.

⁵⁹ *idem*, *idem*.

“atua essencialmente sobre forças econômicas (...) reorganiza e (...) desenvolve o aparelho de produção econômico, (...) inova a estrutura; não (se) deve deduzir conseqüentemente que os fatos da superestrutura sejam abandonados a si mesmos, ao seu desenvolvimento espontâneo, a uma germinação casual e esporádica. O Estado, mesmo neste campo, é um instrumento de ‘racionalização’, de aceleração e de taylorização, atua segundo um plano, pressiona, incita, solicita, e ‘pune’”.⁶⁰

O Estado, como “educador”, varia sua forma e seus métodos tendendo “precisamente a criar um novo tipo de civilização e de cidadão”⁶¹. Ou, pelo contrário, a assumir a conservação do *status quo*. Mesmo quando aparentemente ele se mantém “afastado” da luta. Educa mesmo por ausência. O que significa que já foi suficientemente incorporado como ordem.

Toda forma estatal, todo processo produtivo, produz necessariamente uma forma particular de conformismo. Todos os membros de uma dada sociedade são organizados, saibam-no ou não, no interior dela. Cada indivíduo é um entrecruzamento, um *carrefour*, de orientações diversas, freqüentemente contraditórias. Cada indivíduo é, assim, a “unidade na diversidade”, a “síntese de múltiplas determinações”. Membro, consciente ou não, de uma

“multiplicidade de sociedades particulares, de caráter duplo, natural e contratual ou voluntário, uma ou mais prevalecem relativa ou absolutamente, constituindo o aparato hegemônico de um grupo social sobre o resto da população ou Sociedade civil), base do Estado entendido estri-

⁶⁰ *idem*, p. 1571, MPE, p. 96.

⁶¹ *idem*, p. 1570, *idem*. Todo “Estado é ético enquanto uma das suas funções é a de elevar a grande massa da população a um determinado nível cultural e moral, nível (ou tipo) que corresponde à necessidade de desenvolvimento das forças produtivas e, donde, aos interesses das classes dominantes. A escola como função educativa positiva e os tribunais como função educativa repressiva e negativa são as atividades estatais mais importantes em tal sentido: mas no final, na realidade, tendem a uma multiplicidade de outras iniciativas e atividades ditas privadas que formam o aparelho da hegemonia política e cultural das classes dominantes” (*idem*, p. 1049, MPE, p. 145).

tamente como aparato governativo-coercitivo⁶², ele não é nunca “desorganizado e sem partido”⁶³

As classes trabalhadoras são organizadas por uma lógica e por aparelhos (partidos, escolas, etc.) que se podem expressar seus interesses imediatos, não podem, contudo, fazê-lo com seus projetos. E não podem porque esses aparelhos e essa lógica foram construídos para realizar outra racionalidade. Assim, as classes trabalhadoras aparecem objetivamente desorganizadas em relação a si mesmas, porque organizadas em relação à racionalidade capitalista. Organizar é um verbo transitivo. Organizar é organizar algo. Coloca-se, assim, como atual, a questão da necessidade de se definir “a vontade coletiva e a vontade política em geral, no sentido moderno, a vontade como consciência atuante da necessidade histórica, como protagonista de um drama histórico real e efetivo”.⁶⁴ Organizar implica definir com quem e para que, remete objetivamente à questão dos intelectuais. Organizar é um verbo que admite a reflexividade: organizar-se, auto-organizar-se. Vale dizer: o trabalho de organização de, para e com, começa pelo trabalho consigo mesmo.

O significado da passagem de uma classe subalterna à posição hegemônica expressa-se pela tomada de posse de si mesma, pela sua afirmação enquanto coletividade individualizada face às demais classes.

“Não se pode falar de elite-aristocracia-vanguarda como uma coletividade indistinta e caótica. (...) A coletividade deve ser entendida como produto de uma elaboração de vontade e pensamento coletivo atingido pelo esforço individual concreto, e não por um processo fatal, estranho aos indivíduos: portanto, obrigação da disciplina interior e não apenas daquela externa e mecânica”.⁶⁵

Essa idéia de coletividade não supõe, nem poderia supor, a idéia de homogeneidade. As polêmicas e cisões, normais no desenvolvimento da

⁶² *idem*, p. 800, *idem*, 151

⁶³ *idem*, *idem*.

⁶⁴ *idem*, p. 1559, MPE, p. 7.

⁶⁵ *idem*, p. 751, IOC, p. 168. Grifo nosso.

identidade da classe, devem ser enfrentadas, pois “evitá-las significa apenas postergá-las para quando serão perigosas e diretamente catastróficas.”⁶⁶ Essa não é uma declaração de princípio, abstrata. É, antes pelo contrário, condição vital da construção da política na perspectiva da construção da hegemonia: “a ausência de uma democracia real, de uma real vontade coletiva nacional”⁶⁷ e a passividade dos indivíduos leva “a um despotismo mais ou menos larvar da burocracia”⁶⁸ Crítica e autocrítica reais (e não o simulacro ritualístico dos tempos estalinistas) são, portanto, condições essenciais para um projeto de construção do novo bloco histórico.

Aqui está expressamente colocada a profunda dialética da relação mecanicismo/perda de liberdade/subalternidade, que nos permitirá ter clareza do campo de possibilidades. Campo que se atualiza, se potencia ou se nega, pela presença/ausência da intervenção consciente da vontade humana. A autonomia não é apenas um requisito face à(s) outra(s) classe(s). A classe como “unidade na diversidade” é especificada, ela própria, pela autonomia dos indivíduos que a compõem. Pensá-la como matriz única a partir da qual se constituem os indivíduos vistos como sua repetição ao nível micro é não entendê-la como produto da multiplicidade desses indivíduos. A classe é, portanto, um coletivo de indivíduos. Coletivo que deve ser enriquecido pela história empírica desses indivíduos enquanto construtores da(s) racionalidade(s) social(ais).

O intelectual – aí compreendido o partido – tem que ser democrático como expressão de uma necessidade e não meramente por cálculo: ele se concebe como ligado

“por milhões de fios a um dado grupamento social e, por seu trâmite, a toda a humanidade (...) não se põe como algo de definitivo e rígido, mas como algo tendente a ampliar-se a todo um agrupamento social, que é, ele também, concebido como tendente a unificar toda a humanidade”.⁶⁹

⁶⁶ *idem, idem.*

⁶⁷ *idem, p.750-1, idem.*

⁶⁸ *idem, p. 751, idem.* Grifo nosso.

⁶⁹ *idem, p. 750, IOC 167.*

A obtenção da autonomia enquanto projeto ideológico é um dos elementos fundamentais para a criação de uma vontade coletiva nacional-popular. Essa autonomia requer e exige que se vença a tentação economicista dado que esta leva a reduzir a ação da classe ao meramente econômico-corporativo e, assim, conduz necessariamente à subordinação ideológica.⁷⁰ O partido, enquanto experimentador histórico⁷¹, é fundamental. Cabe a ele, enquanto projeto, construir com a classe, e não sobre ela, a questão da vontade coletiva recusando permanentemente posturas economicistas e/ou voluntaristas.

O exame da questão do livre cambismo e do sindicalismo teórico feito por Gramsci permite-nos compreender o peso da subordinação ideológica ou, pelo contrário, a força da autonomia de classe. Enquanto o livre cambismo expressa a postura de uma classe dominante e dirigente, o sindicalismo teórico é uma postura de classe ainda subalterna. O movimento do livre-cambismo se baseia na

“distinção entre sociedade política e sociedade civil, que de distinção metódica se torna e é apresentada como distinção orgânica. Assim, afirma-se que a atividade econômica é própria da sociedade civil, e que o Estado não deve

⁷⁰ Na análise da revolução russa, em 1918, Gramsci mostra o economicismo como fonte de subordinação ideológica. Na crítica dos reformistas ao processo revolucionário, Gramsci chama a atenção para aquilo que ele considera *o sentido básico da obra de Marx, que não era o de dar um modelo “objetivo” da sociedade, mas de tornar possível sua compreensão e sua transformação*. Com isso, os bolcheviques libertaram o legítimo pensamento marxista das deformações positivistas. Gramsci critica Treves que “no lugar do homem realmente existente” põe ‘o determinismo’ ou a ‘força transformadora’, assim como Bruno Bauer colocava a ‘autoconsciência’. Porque Treves, na sua alta cultura, reduziu a doutrina de Marx a um esquema exterior, a uma lei natural, ocorrendo fatalmente de fora da vontade dos homens, da sua atividade associativa, das forças sociais que essa atividade desenvolve, tornando-se ela própria determinante do progresso, motivo necessário de novas formas de produção.” (*La critica critica*, GP, 12-1-1918, Gramsci, 1982, pp. 554-555. Referência clara à obra de Marx *A Sagrada Família ou Crítica da Crítica Crítica ou contra Bruno Bauer e seus consortes*).

⁷¹ Os bolcheviques “são um conjunto de milhares de homens que dedicaram toda a vida ao estudo (experimental) das ciências políticas e econômicas, que durante dezenas de anos de exílio analisaram e esmiuçaram todos os problemas da revolução”. *La Taglia della storia, L’Ordine Nuovo* (ON), 7-6-1919, Gramsci, 1987, p. 6.

intervir na sua regulamentação. Mas como na realidade fatual sociedade civil e Estado identificam-se, deve-se considerar que também o liberalismo é uma 'regulamentação' de caráter estatal, introduzida e mantida por via legislativa e coercitiva: é um fato de vontade consciente dos próprios fins, e não a expressão espontânea, automática, do fato econômico. Portanto, o liberalismo é um programa político, destinado a mudar, enquanto triunfe, os dirigentes de um Estado e o programa econômico do próprio Estado, isto é, de mudar a distribuição da renda nacional"⁷².

Programa político de classe dominante.⁷³

Já o sindicalismo teórico é uma postura de classe subalterna que ainda não ultrapassou a fase econômico-corporativa e, portanto, não se coloca como apta a "elevar-se à fase da hegemonia ético-política na sociedade civil, e dominante no Estado"⁷⁴. No fundamental ele nada mais é do que um economicismo, "justificado com algumas afirmações mutiladas e, portanto, banalizadas da filosofia da práxis"⁷⁵ que, ou não coloca a possibilidade de transformação da classe subalterna em classe dirigente, ou apresenta-se "em formas incongruentes e ineficientes"⁷⁶ ou "porque se afirma o salto imediato do regime dos grupos àquele da perfeita igualdade e da economia sindical"⁷⁷

⁷² QC, p. 1590, MPE, p. 32. Grifo nosso. Ver nossa afirmação anterior sobre a "leitura" liberal que fazem de Gramsci ao pensarem a cisão sociedade civil/sociedade política como cisão de aparelhos no real e não como distinção metodológica.

⁷³ Na análise da questão meridional, em 1918, ele afirmara que o proletariado devia se posicionar na polêmica livre cambismo X protecionismo, exatamente porque a colocação dos socialistas em uma ou outra das posições era vital: "o protecionismo significa fatalmente a absorção de uma parte dos trabalhadores para o campo dos interesses econômicos e políticos de uma parte da burguesia; significa o reforço do Estado burguês que tende a perpetuar-se, pela abdicação conspícua dos seus antagonistas naturais." *La funzione sociale del Partito Nazionalista*, GP, 26-1-1918, Gramsci, 1982, p. 601. Grifo nosso.

⁷⁴ QC, MPE, p. 33.

⁷⁵ *idem, idem.*

⁷⁶ *idem, p.1591, idem.*

⁷⁷ *idem, idem.*

O conteúdo da cidadania burguesa

A redução à individualidade garante uma hipotética intercambiabilidade. Se todos são iguais, todos valem o mesmo. Essa igualdade abstrata entre os homens viabilizava a dominação de uma classe sobre as demais, e o faz transformando o que há de mais particular (o direito à livre exploração) em algo absolutamente “universal”: a igualdade jurídica. O que não se coloca em questão, nem se poderia, é que a racionalidade do mercado está /estava rigorosamente calcada na intervenção estatal, que decidia a quem beneficiar e/ou controlar. O mercado não se implementou de maneira natural, mas foi basicamente uma construção efetiva do Estado. O Estado liberal, pensado como garantidor das liberdades e dos contratos, escamoteou, desde logo, essas diferenças. Isto foi sendo ampliado progressivamente.

Tudo isso foi configurando o que se convencionou chamar de cidadania, base da nova dominação social⁷⁸. Abstrata, genérica, ela buscava, em princípio, incorporar tudo e todos à nova realidade estatal. Era preciso que a esfera estatal recobrisse inteiramente a sociedade e que todos os indivíduos fossem membros deste Estado, como cidadãos, embora sua imensa maioria fosse de súditos, praticamente sem direitos. Durante todo esse processo, a idéia de cidadania burguesa parecia ser mais e mais expansiva. Pretendeu-se, principalmente a partir da extensão do direito de voto, após uma encarniçada luta entre as classes, que todos os membros da sociedade tivessem, formalmente, os mesmos direitos.

A concepção de cidadania era então entendida como um conjunto de direitos políticos. Com isso, tudo e todos, apesar das desigualdades, eram submetidos ao Estado. Essas desigualdades nunca foram questionadas. Apesar de a nova ideologia afirmar que todos nasciam iguais perante a lei, levou-se mais de um século para se conceder (ver a obra de Locke) às minorias burguesas o direito à diferença, à não opressão. Só após a metade do século passado se es-

⁷⁸ Convencionar é usado explicitamente para caracterizar o caráter de construção prático/conceitual. A cidadania é – como já salientava Maquiavel – um pacto, uma construção histórico-política, que expressa a racionalidade das classes dominantes concretizadas estrutural e conjunturalmente nas correlações de força.

tendeu às classes subalternas o direito de voto. Este direito só será estendido às mulheres (mesmo às das classes dominantes) no nosso século.

O capitalismo necessita do ocultamento da sua dominação. A identificação de todos perante a lei permite “negar” a constituição das classes sociais e das desigualdades estruturais que essa diferença, permanentemente, constitui e reforça. Com lógicas diferenciadas segundo a “esfera” de intervenção social.⁷⁹ No “econômico”, ou seja, no *locus* da produção e da reprodução da materialidade imediata, essa identificação permite a constituição da liberdade mínima e da opressão máxima. Ao transformar homens livres em “agentes iguais e autônomos”, essa “igualdade” constituiu diferenças, ao mesmo tempo em que as “igualam”. No plano das grandes questões político-ideológicas, ela vai estar atuando na ampliação aparente dos direitos. A liberdade do cidadão é reduzida à igualdade genérica do eleitor.

Para que as novas tecnologias pudessem aparecer como a primeira Revolução Industrial foi, necessário criar todo um universo, conceitual e político. Exemplo típico foi a “autonomização” do indivíduo – como corpo e personalidade –, sua “libertação” para o mercado. Com isso se demonstra a imprescindibilidade do procedimento metodológico da Totalidade e se evidencia o porque da necessidade da fragmentação como procedimento teórico-metodológico da racionalidade capitalista.⁸⁰

A cidadania é uma forma específica de convivência contraditória das classes, pela qual a classe dominante e/ou hegemônica é capaz de absorver a sociedade, total ou parcialmente, assimilando-a ao seu nível cultural; ou seja, é uma forma da ampliação do campo da classe. Podemos então, aqui e agora, entender seu sentido e alcance. Ela é mais uma aparência necessária: é uma ideologia constituidora do real.

Na cidadania capitalista a idéia de pátria é central. Cara à burguesia, essa idéia (e as práticas dela decorrentes) marcam concretamente o espaço político

⁷⁹ Lembrando sempre que a totalidade social não se divide arbitrariamente em infra e superestrutura. Essa é uma divisão puramente metodológica. O imbricamento entre essas “esferas” é determinado, contudo, não de forma aleatória ou mecânica.

⁸⁰ O que é atualizado na relação neoliberalismo/pós-modernismo.

da nação, unificando os indivíduos em um território determinado (campo de domínio de classe). No mesmo sentido atua o campo prático-discursivo da nação. Unificação subalternizante, afirmemos desde logo. Serve para integrar as classes, pelo “apagamento” de suas diferenças. A questão central é exatamente esse “apagamento”.

Como funciona essa cidadania? Ao estudar essa questão e de seus efeitos sobre a luta de classes, Gramsci⁸¹ afirmou que ela se identifica na idéia de ordem e nela se sustenta. A ordem

“tem um poder taumatúrgico: a conservação das instituições políticas é conferida em grande parte a este poder. A ordem presente se apresenta como algo harmonicamente coordenado, estavelmente coordenado; e a multidão dos cidadãos hesita e se atemoriza na incerteza do que uma mudança radical pode trazer. (...) Forma-se na fantasia a imagem de algo violentamente dilacerado, não se vê a possibilidade de uma nova ordem, melhor organizada, mais vital do que a velha, (...). Vê-se apenas a laceração violenta, e o animo temeroso detém-se no medo de perder tudo, de ter diante de si o caos”.⁸²

Concebido o presente como ordem, como “naturalidade”, se é levado a pensar o diferente, o diverso, como violência, caos, artificialidade, perigo. A sociedade burguesa, por esse efeito ideológico, “naturaliza-se”, “eterniza-se”. A ordem é a forma do domínio/hegemonia.

O debate sobre o caráter classista da ordem, para a burguesia é um interdito. O predomínio de uma classe, tornado lei para toda a sociedade, determina o apagamento dos direitos das outras, vale dizer, sua subordinação real. Isto se dá de duas formas básicas: ou porque as classes subalternas aceitam e fazem seus os limites dessa ordem e pensam seus direitos no interior dela, tomando-se, assim, seus sujeitos, ou porque recusam-lhe o consentimento que deverá então ser obtido pela coerção. No entanto, se se compreende a ordem

⁸¹ Para toda a reflexão sobre a questão da cidadania, sintetizaremos as reflexões contidas em Edmundo Fernandes Dias, *Democracia Operária*.

⁸² Gramsci, *Tre principii, tre ordini, La Città Futura (CF), 11-2-1917, in La città Futura 1917-1918 (CF)* p. 5.

como natural e eterna (porque natural) apaga-se (ou tenta-se) a possibilidade de se pensar outro processo civilizatório. O atual, agora, não é apenas o melhor, mas o único.

A ordem estabelece e codifica uma legalidade que busca apresentar-se como o máximo da legitimidade. Ela será tão mais forte quanto mais apareça como “natural”, como “natureza humana”.⁸³ Onde

“não ocorrem os conflitos de rua, onde não se vêm pisoteadas as leis fundamentais do Estado e nem se vê o arbítrio ser o dominador, a luta de classes perde a sua aspereza, (...) é mais difícil que se decida a substituí-la (a ordem) por uma nova ordem”⁸⁴

e isto é fundamental. Onde as instituições funcionam normalmente, toda desigualdade estrutural é vista como naturalidade, como liberdade. Mesmo que essa liberdade aparente negue a possibilidade real de ser livre. Como disse Anatole France: “a lei com seu igualitarismo majestoso proíbe, igualmente, a pobres e ricos de roubar o pão e dormir ao relento.”

A cidadania burguesa dispensa a participação ativa dos cidadãos, exigindo das massas apenas uma postura, a mais absoluta possível, de indiferença, inércia e conformismo. Basta-lhe a obediência. Não se requer a livre adesão dos indivíduos. Não necessita, e chega mesmo a dispensar, a participação do conjunto da cidadania, salvo nos rituais eleitorais, transformados quase sempre em mero exercício de legitimação política. Passado esse momento o cidadão é alguém a quem formalmente se homenageia, mas que não se leva a sério. “A disciplina que o Estado burguês impõe aos indivíduos faz deles súditos que têm a ilusão de influir sobre o desenrolar dos acontecimentos”.⁸⁵ Se do ponto de vista do pensamento liberal, é necessária a desideologização do ponto de vista das classes trabalhadoras, ser cidadão é “assumir uma parte da responsa-

⁸³ Esse problema é antigo e recorrente na teoria política. Natureza humana = subjetividade do mercado é a equação da subalternidade. Ao discutir a questão da “natureza humana” Gramsci salienta que ela é “o conjunto das relações sociais”. *Quaderni del Carcere*, p. 1598-1599 e 1874-1875.

⁸⁴ Gramsci, *Tre principii...*, op. cit., p. 10.

⁸⁵ *idem*, *La disciplina*, CF, 11-2-1917, CF, p. 19.

bilidade nos acontecimentos que se preparam, tomar-se artífice direto desses acontecimentos.”⁸⁶ A desqualificação burguesa da cidadania implica, de fato e de direito, na banalização e esterilização da lei, que é percebida como mero instrumento de repressão/desorganização das classes subalternas, das massas.

No Brasil, por exemplo, a burguesia, não tendo enfrentado como em outros países as grandes lutas de classe, acaba por “desconhecer” os trabalhadores enquanto sujeitos políticos – sobre quem recai, para variar, o ônus da vida nacional. Herdando um país acostumado a obedecer, cheio de súditos e vazio de cidadãos, a burguesia não vê porque levar à sério a lei e a cidadania. Isso é exemplarmente postulado na política brasileira: o apagamento da memória pela repetição do discurso único (o do poder) reduz tudo aos “sagrados” interesses nacionais. A redução da expressão “nação = interesses da burguesia” à simples defesa dos interesses específicos de setores dessa classe mostra muito bem a incapacidade da burguesia de colocar-se no plano do liberalismo, que, em tese, é a sua ideologia.⁸⁷ Para além disso vige, com força de lei, a velha “tese” da existência de leis que não “pegam”. Estas, em geral, referem-se aos interesses populares. Ou: para os amigos, tudo, para os adversários, a lei... A desideologização é expressamente valorizada: é condição de uma cidadania que nega as demais classes, suas historicidades e projetos.⁸⁸

⁸⁶ *idem*, *Disciplina e libertà*, CF, 11-1-1917, CF, p. 19.

⁸⁷ Isto é particularmente ilustrado pelo *modus fasciendi* da burguesia brasileira na obtenção das reformas constitucionais. Aqui e agora são abandonados os mais coezinhos procedimentos e com a cumplicidade da mídia se impõe objetivamente uma ditadura disfarçada pela presença de uma aparência de autonomia dos “poderes” legislativo e judiciário, tornados braços, ou correias de transmissão, do executivo. O debate sobre os ataques às normas regimentais da Câmara dos Deputados, a partir do governo e de seus aliados, produziu uma clara definição do “poder” judiciário. Por 10 votos contra 1, o Superior Tribunal Federal em uma questão que afetava a totalidade da população e era vital para a interpretação da constituição aceitou a tese de que se tratava de assunto *interna corporis*. Abriu-se, assim, um precedente poderoso para que o Executivo e sua maioria parlamentar *exercam com o máximo de liberdade o controle despótico sobre a sociedade*.

⁸⁸ A existência de uma imensa literatura, dita científica, no período do pós-guerra, que fala do fim da ideologia não é ocasional. Como também não o é o fato de que

Essas constatações são fundamentais para enfrentar a questão da cidadania. Esta não pode ser pensada como simples liberdade formal. Todavia não cabe aqui fatalismo. Se democracia é espaço de luta ela pode, se não se tiver uma postura desarmada, ingênua, vir a ser um instrumento de intervenção política, que se move, inicialmente, nos limites do campo da racionalidade dominante. Faz-se necessário tomar o campo da cidadania, ainda que restrita, como espaço de luta. Coloca-se a necessidade de realizar uma nova cidadania, tarefa a ser realizada pelos que se colocam na perspectiva da democracia dos trabalhadores, o que implica

“repensar profundamente a maneira pela qual as classes se relacionam. Implica também ver como as classes, embora tendo seu solo no conjunto das relações econômicas, só se desenvolvem plenamente com a criação dos seus intelectuais. E o debate político a respeito dos intelectuais classistas, do partido visto como intelectual coletivo, leva à busca de um dimensionamento real deste partido em relação às demais formas de organização de classe”⁸⁹

Democracia valor universal ou regra do jogo?

A aceitação da tese da democracia como valor universal, consequência aparentemente lógica da concepção liberal da cidadania, só é possível ao custo de uma grande ambigüidade, na medida em que se confunde em uma única palavra (democracia) uma enorme quantidade de significados distintos (poli-

essa mesma literatura renasça no pós-União Soviética. Em um e outro momento, a ideologia é identificada como tradição e/ou pensamento conservador. A ideologia dominante é assim, sem qualquer demonstração, tornada equivalente à “ciência”, A relação entre a ideologia dominante e as das demais classes é pensada como relação entre verdade e erro, entre natural e artificial. A modernidade capitalista passa a ser vista como quebra do pensamento ideológico.

⁸⁹ Dias, *op. cit.*, pp 15-16.

semia). Democracia é regra do jogo ou, mais do que processualística, ela possui uma universalidade lógico-política? Aprofundemos esse debate.

Segundo Basso⁹⁰,

“para que um regime democrático (...) possa afirmar-se, é necessário que não existam lacerações profundas no tecido social: quando estas se produzem sob o estímulo de tensões muito fortes, de polarizações de classe, quando existem enormes riquezas concentradas em poucas mãos frente à classes populares miseráveis, a democracia não pode subsistir porque ou as massas populares são excluídas do poder, ou se aí participam, servem-se do sistema para subvertê-lo inteiramente, mas neste caso a aspereza da luta conduzirá à ruptura, à destruição, não ao equilíbrio democrático.”⁹¹

Essa formulação, de clara inspiração rousseauniana, coloca-nos claramente os limites da questão: não pode haver democracia

“se as classes dominantes não consentem em abrir a via da participação do poder às classes chamadas inferiores a não ser sobre a base de uma adesão destas mesmas classes aos princípios que regem o sistema social, que disciplinam a ordem constituída, onde justamente foi escrito que a democracia vive quando há consenso quase universal em torno dos princípios fundamentais do sistema e exista dissenso somente quanto à particularidades, o que impede que o próprio sistema seja colocado em questão a cada eleição. Ou seja, a democracia pressupõe um tecido social em larga medida homogêneo e a aceitação de uma única tábua de valores fundamentais”.⁹²

Basso coloca-nos face à relação distribuição de renda/aceitação de valores. Coloca em questão os resultados da ação do chamado mercado como criador/reprodutor de desigualdades que põem em contraste/conflito a existência de um regime democrático como pura processualística. Os limites óbvios da

⁹⁰ Lelio Basso, *Le Origini del Fascismo, in Fascismo e Antifascismo (1918-1936). Lezione e testimonianze.*

⁹¹ *op. cit.*, pp. 12-13.

⁹² *idem.*

concepção de democracia proposta por Basso (a igualdade ou sua possibilidade real de) são claros.

A partir dessa formulação a questão da democracia, na quase totalidade das sociedades capitalistas, se coloca como absolutamente problemática. Tomando apenas a referência do salário: que pauta de valores pode reunir por um lado, os capitalistas e seus políticos, por outro os favelados, aqueles que moram em baixo dos viadutos das grandes cidades, os operários (muitos deles também favelados), os camponeses, os trabalhadores do Estado, os camelôs, etc. Entre os que medem sua capacidade de viver na ordem dos milhões de dólares e os que vivem abaixo do salário mínimo? Pode haver entre eles uma mesma concepção de liberdade, de igualdade? Como podem os miseráveis reconhecerem o estado atual como democrático? Deste ponto de vista Locke era, pelo menos, mais coerente: como podem os não-proprietários governar aos proprietários? Que sentimento de ordem eles possuem diante dessa desigualdade?

Bobbio⁹³ trabalha em uma perspectiva liberal menos radical. O pressuposto da observância da pauta de valores está colocado. Essa aceitação contudo nega quase sempre sua superação: na prática, a interdita. Para ele a visão de democracia é congênita à da manutenção do projeto vigente: parte da idéia de que a democracia moderna “nasceu do processo de emancipação da sociedade civil do Estado como sistema dominante”⁹⁴ (*sic*). Bobbio relembra o axioma de Thomas Paine segundo o qual “a sociedade é boa e o Estado mau”⁹⁵, embora este seja essencial no “papel limitado (...) de regular seu movimento (o da sociedade)”⁹⁶ e “mediar os conflitos parciais, constituir-se em árbitro deles e, talvez, em uma parte ou contraparte nos acordos entre grupos”.⁹⁷

⁹³ Norberto Bobbio, *Reformismo, Socialismo, Igualdade*.

⁹⁴ *op. cit.*, p. 15. Bobbio recusa assim a historicidade da unidade de sociedade civil e Estado. Liberal de boa cepa ele pode fazer a distinção entre sociedade civil e sociedade política como instancias do real (contraditórias entre si) e não como distinções metodológicas do conceito de Estado.

⁹⁵ *idem*, p. 16. Axioma claramente inaceitável. Ademais de um maniqueísmo óbvio.

⁹⁶ *idem*.

⁹⁷ *idem*.

Essa visão pressupõe o pluralismo dos grupos (sendo o Estado um grupo entre outros) e o conflito entre os indivíduos e grupos (como inevitável e como fator de progresso). “Admitir estas características da sociedade democrática significa admitir que esta sociedade está em contínua transformação, inclusive com independência – acima ou abaixo – em relação ao sistema político”⁹⁸. Essa transformação é, contudo, muito limitada. A democracia no seu sentido mais restrito

“não pode ser aceita sem uma concepção muito precisa da sociedade e da história que é absolutamente incompatível com qualquer projeto de transformação radical da sociedade e com qualquer visão fatalista e totalizadora do curso da história, projeto e visões que são próprias do revolucionário.”⁹⁹

Esta postulação da democracia é marcada pela concepção de uma Constituição democrática que no fundamental deve “substancialmente estabelecer regras para a solução de conflitos que necessariamente surgem dentro de qualquer sociedade sem necessidade de recorrer à força recíproca. Esta é para mim a definição de democracia que chamo de procedimental”¹⁰⁰, ou seja, uma “doutrina das garantias constitucionais para a liberdade e para os direitos civis”.¹⁰¹

A consciência dos limites dessa democracia é clara:

“O que (...) chamamos de Estado representativo teve sempre que fazer as contas com o Estado administrativo (o qual) obedece a uma lógica de poder completamente distinta, descendente e não ascendente, secreta e não pública, hierarquizada e não autônoma”

⁹⁸ *idem*. Implícita aqui a visão otimista do progresso.

⁹⁹ *op. cit.*, p. 15.

¹⁰⁰ Bobbio, *Ahora la democracia está sola*, in Anderson et alii, *Socialismo, Liberalismo, Socialismo Liberal*, p. 113.

¹⁰¹ Perry Anderson, *Norberto Bobbio y el Socialismo Liberal*, in Anderson et alii, *op. cit.*, p. 34.

e sobre essa relação afirma com clareza: “Nunca se obteve de todo a submissão do segundo ao primeiro”.¹⁰² A afirmação é bastante otimista. É o próprio Bobbio que explicita:

“os organismos que o cidadão consegue controlar são centros cada vez mais fictícios e os vários centros de poder de um Estado moderno, como a grande empresa, ou os maiores instrumentos de poder real (como o exército e a burocracia), não são submetidos a nenhum poder democrático”.¹⁰³

O caráter conservador desse procedimento democrático formal é visto com clareza. Bobbio tem clareza que a reação dos atuais dominantes face à possibilidade de transformações mais profundas a partir de uma série de pequenas reformas será (ou poderá ser) a violência: “Se os que são ameaçados em seus interesses reagem com a violência, que coisa se pode fazer senão responder com a violência?”¹⁰⁴ Mas não se trata apenas disso. Anderson afirma que o resultado prático desses procedimentos formais é ver cada vez mais as democracias ocidentais caírem “na ignorância civil e na apatia. Uma situação *astutamente fomentada* através dos meios de comunicação predominantes”¹⁰⁵.

Anderson, apesar de reconhecer as tensões intelectuais e políticas em que Bobbio se move, afirma que ele é prisioneiro de uma concepção elitista da democracia. Apesar das limitações óbvias do procedimentalismo, Bobbio

“se une ao *leitmotiv* geral dos anos 70, a combinação das múltiplas pressões corporativas, o insuportável peso da burocracia, do isolamento dos tecnocratas e da massificação da cidadania, tudo isso se converte em uma ‘sobrecarga’ que atravessa o sistema político, sabota sua capa-

¹⁰² Norberto Bobbio, *Quale Socialismo?*, p. 63.

¹⁰³ *idem*, p. 17.

¹⁰⁴ *idem*, p. 85. Bobbio está falando a partir de situações vivenciadas em países onde o grau de democratização formal é bastante elevado. Que pensaria então face a Corumbiara ou Eldorado de Carajás ou do cinismo de ACM ao afirmar que “a democracia é para o povo dizer sim a FHC”?

¹⁰⁵ Anderson, *op. cit.*, p. 56. Ver a concepção de consenso fabricado de Noan Chomsky. O grifo é nosso.

cidade de lograr decisões efetivas e o conduz, deste modo, a uma paralisia e, portanto, ao descrédito.”¹⁰⁶

Apesar disso – *et par cause* – Bobbio afirma: “O método democrático é um bem precioso mas não é para todos os tempos nem para todos os lugares.”¹⁰⁷ Por fim reconhece – com grande realismo – que o político

“muitas vezes não sabe o que fazer, consciente de que seu papel é fundamentalmente o de tapar buracos para evitar que o barco afunde, mais do que conduzir a nau a metas maravilhosas. (...) *o bom político já aprendeu que a nau que conduz numa sociedade democrática – com todas as servidões que as regras democráticas lhes impõem – é um barquinho de pequena cabotagem que, se se aventurasse em alto-mar, correria o risco de ser destroçado pela primeira tormenta*”¹⁰⁸.

E conclui: “envolvidos pelo vento impetuoso das ideologias, perdemos a bússola”¹⁰⁹. Arquiteto do equilíbrio entre classes antagônicas, Bobbio coloca os limites e as possibilidades de uma democracia de desiguais. E este não é, seguramente, um mérito menor. Ele se coloca do ponto de vista da ética da ciência, isto é, da “busca desinteressada”¹¹⁰. Embora afirme tal, postula que a “apatia política não é de todo um sintoma de crise do sistema democrático mas, como se observa costumeiramente, um sinal de perfeita saúde” e mais ainda: “Nada é mais perigoso para a democracia que o excesso de democracia”¹¹¹, nas sociedades capitalistas.

Detalhemos mais a visão dominante de democracia. Ela está profundamente marcada pela estreita correlação com a idéia do mercado e capitalismo¹¹² E pela “eternidade” dos dois. Essa combinação “constitui um compromisso: os que não possuem instrumentos de produção concordam com a instituição da

¹⁰⁶ *idem.*

¹⁰⁷ Bobbio, *Quale...*, *op. cit.*, p. 74.

¹⁰⁸ Bobbio, *Reformismo...*, *op. cit.*, p. 18. Grifo nosso.

¹⁰⁹ *idem*, p. 24.

¹¹⁰ Carta de Bobbio a Anderson, de 3 de novembro de 1988, in *Socialismo...*, *op. cit.*, p. 83.

¹¹¹ Bobbio, *Il futuro della democrazia. Una difesa delle regole del gioco*, pp. 61 e 13. Grifo nosso.

¹¹² Embora esta seja uma reflexão que Bobbio não faz, ela está permanente presente nos seus textos, tendo em vista a idéia da não ruptura radical com o vigente, aí incluída a forma de produção da materialidade.

propriedade do capital social, ao passo que os que possuem instrumentos produtivos concordam com instituições políticas que possibilitam a outros grupos efetivamente exigir seus direitos à partilha de recursos e à distribuição de renda.”¹¹³

A determinação da cidadania pelo mercado aparece em toda a sua clareza. O mercado é, para os liberais, o espaço onde são definidos os acordos possíveis.

Aqui resta um problema: o da instituição do pacto. Ele foi produzido pela violência capitalista banalizada e teoricamente legitimada pela repetição de discursos e práticas. Parte-se já com tranquilidade da aceitação da definição de compromissos sem se colocar a questão da sua efetividade.¹¹⁴ O que em Basso é uma hipótese igualitária, aqui é a legitimação da desigualdade. Resta saber se em países como os Estados Unidos, a Alemanha, o Japão, para não falarmos no Brasil, os proprietários concordam realmente “com instituições políticas que possibilitem a outros grupos efetivamente exigir seus direitos à partilha de recursos e à distribuição da renda”. O momento atual demonstra, no fundamental, a falsidade e o absurdo da tese. Direitos sociais não rimam com acumulação de capital.

Qualquer que seja a resposta que se dê a essa pergunta ela, traz implícita a redução da idéia de cidadania à da ampliação dos direitos sociais. Novamente se coloca a questão do atual como o único real. Esta redução se faz ao custo de uma política de pactos sociais, de fortalecimento do capitalismo, como único horizonte *possível e desejável* para não importa que classes, segmentos, forças em presença, como naturalidade. A relação economia-democracia só é possível nessa perspectiva, se capitalismo for sinônimo de economia. Exemplar desse procedimento é a formulação de Lipset.¹¹⁵ Caso contrário, como afirma Bobbio, que fazer “senão responder com a violência?”

¹¹³ A. Przeworski & M. Wallersten – *O capitalismo na encruzilhada*, p. 31.

¹¹⁴ Talvez porque se está pensando dentro de uma perspectiva socialdemocrata ou social-liberal e a partir de países onde as desigualdades não assumam a forma agudíssima dos países subalternos do mundo capitalista. Contudo a pergunta parece desnecessária. O acordo é quase um axioma.

¹¹⁵ Seymour Martin Lipset, *O Homem Político*, capítulo II: Desenvolvimento Econômico e Democracia, pp. 45-77.

O mercado não é uma racionalidade econômica pura, é o conjunto das relações de força que produzem/reproduzem o antagonismo fundamental: de um lado, os possuidores do capital, do outro, os possuidores – apenas e tão somente – da capacidade de trabalhar. A igualdade formal permite o ocultamento da diferença entre os estruturalmente desiguais. Sem essa democracia, ainda que restrita, a violência contida, cotidianamente, no menor e menos relevante dos atos produtivos, surgiria claramente. A legitimidade que a racionalidade capitalista se auto-atribui deixaria de existir. A questão da cidadania se coloca aqui na sua máxima concreção.

A cidadania concebida como generalização dos direitos sociais permite traduzir uma gama muito ampla de visões, passando da “postulação da justiça social da Igreja até a defesa do estado mínimo dos neoliberais, passando pela crença na distribuição da renda dos socialdemocratas ou mesmo pela socialização da riqueza defendida pelos marxistas”.¹¹⁶ Essa flutuação conceitual acaba fazendo com que “a postulação da cidadania assum(a) certamente a performance de um projeto social, no mínimo etéreo e nebuloso.”¹¹⁷

Afirmar que a democracia e a cidadania existentes decorrem da concreção de um Estado classista significa identificar como e porque elas não podem se generalizar. A cidadania baseada no mercado é aquela que permite, por exemplo, a Brastemp demitir mais de mil operários de uma só vez e isso ser visto como normal, ao mesmo tempo que, com relativa imediatidade, se considere abusivo qualquer ato grevista (ainda que possibilidade constitucional). É essa cidadania baseada no mercado que permite considerar moderna a superexploração do trabalho e ao mesmo tempo declarar a falta de modernidade da luta de classes travada pelos trabalhadores. Obviamente esta não é moderna, e nem poderia sê-lo... quando vista pela racionalidade capitalista. Mas quando se trata da ação dos capitalistas ela é vista como expressão do mercado, como mera questão de racionalidade abstrata do capital.

¹¹⁶ Mota, Ana Elizabete, *A cidadania do fordismo, in História & Perspectivas*, p. 71.

¹¹⁷ *idem*.

Do ponto de vista das classes subalternas a concepção burguesa de cidadania não pode ser a sua, porque ela é negadora da sua possibilidade de liberdade. Para que cidadania (e a democracia) não sejam palavras absolutamente vazias, o requisito fundamental é a necessidade de que possam expressar as diferenças sociais, serem compreendidas como espaços contraditórios de luta onde as vontades classistas (e seus indivíduos) se exercem. Espaços abertos de participação real na construção da história, e não apenas de legitimação social do regime vigente. Isto é exatamente o contrário do que ocorre no capitalismo como modo de viver e produzir.

O momento particular da relação de forças que estamos vivendo demonstra claramente o significado ideológico da "modernidade". Baseada no pressuposto da igualdade formal essa cidadania (do mercado) esquece/desconhece a impossibilidade da imensa maioria ter, por exemplo, acesso à informação. Permite-se, ao mesmo tempo, em nome dessa igualdade abstrata, a qualquer membro do *stabilishment* ter a sua TV e nega-se a sindicatos, que representam milhares e milhares de trabalhadores, esse mesmo direito. Mais: permite-se que quem tem o monopólio do direito de informar o faça a seu bel prazer, do seu ponto de vista particular. Cidadania baseada na *opinião pública* que, como dizia Balzac, *é a opinião que se publica*.¹¹⁸

Devemos fazer a crítica do princípio de cidadania vigente e recusar a idéia de que o mercado (forma da racionalidade capitalista e seu mito constituidor) seja a única fonte de sociabilidade e das práticas daí decorrentes. Se pensamos na construção de uma nova sociabilidade temos que construir uma nova prática/concepção de cidadania. Essa luta de projetos de cidadania, como horizontes políticos nas quais as classes se movem, poderá tornar possível efetivamente a realização de uma nova hegemonia. Tal qual na crítica da economia política partimos da eliminação do fetichismo como matriz do social para afirmar a sociedade como espaço contraditório de racionalidades classistas diferentes.

¹¹⁸ Ver sobre isso *As Ilusões Perdidas*, onde Balzac faz a crítica da imprensa de massas nascente na França.

A democracia não é, portanto, um valor universal. Os valores democráticos só tardiamente, e apenas sob a forma da sociabilidade do mercado, foram aceitos pelo capitalismo¹¹⁹. Os grandes teóricos do capitalismo relutaram muito em aceitar o fato de que alguém que não tivesse propriedade pudesse governar. O suposto da igualdade foi durante muito tempo expressamente associado ao da propriedade.¹²⁰ Veja-se, por exemplo, Locke. Se hoje isso não se manifesta desta forma, nem por isso podemos dizer que ele perdeu totalmente esse conteúdo.

A cidadania burguesa-liberal é, no plano da política, a afirmação de que a “mão invisível” de Adam Smith (o mercado) regula naturalmente a sociedade. Sabemos que esse mercado jamais existiu fora da proteção estatal (lei dos pobres, companhias privilegiadas, quando não diretamente com a Guerra do Ópio, os massacres coloniais, os canhões abrindo os portos do Japão!. etc. etc.).

A democracia é marcada pela particularidade imposta pelo mercado, pela posição diferencial na luta, na concorrência entre proprietários ou não, nas próprias diversidades e contradições possíveis no interior de cada um dos blocos antagonísticos, etc, construída pelo acesso diferencial às diversas escalas de poder (econômico, político, ideológico) no interior da sociedade do Capital. Ao aceitar-se no entanto, a redução da democracia à obediência às regras do jogo, desde logo se está aceitando a desigualdade atual como natural.

Contrariamente a isto devemos afirmar que o princípio vital de sociabilidade é o trabalho. Não estamos, contudo, pensando em um trabalho genérico, mas em formas novas de construção do trabalho em oposição ao uso capitalista das máquinas e dos trabalhadores. Esta sociabilidade não pode ser entendida apenas no plano redutivo da pura materialidade, como uma versão à esquerda da sociabilidade do mercado. E, conseqüentemente com isso, construir uma concepção de cidadania burguesa renovada como o quiseram (e querem) os socialdemocratas. Falamos em sociabilidade pelo trabalho. Falamos de uma efetiva socialização da economia e da política, em construção de uma nova sociedade.

¹¹⁹ Lembremos aqui, entre outras, a luta dos Cartistas pela extensão do direito de voto às classes subalternas.

¹²⁰ Ver, entre outros, Macpherson, C. B., *The Political Theory of possessive individualism*.

Para evitar confusões é preciso, desde logo, lembrar que, para que se estabelecesse a sociabilidade do mercado, foi preciso reduzir todo e qualquer trabalhador à mera condição de despossuidor radical de toda e qualquer riqueza para além de sua própria força de trabalho, ou seja, a subsunção real do Trabalho ao Capital. Se não fizermos esta distinção, corremos o risco de nos ser lembrado que toda a tradição da cidadania burguesa se refere à sociabilidade pelo trabalho, que nada mais é do que uma abstração, esvaziada de determinações classistas. Sabemos que, apesar disso, essa abstração conceitual funciona como aparência necessária com uma brutal eficácia ideológica. Não falamos de uma sociabilidade do trabalho que pode, em Saint-Simon como entre os teóricos fascistas, resguardadas obviamente as diferenças, ser referência de uma concepção de classes produtoras, apagando-se as diferenças, os antagonismos, as contradições, fazendo-se de conta que não existem conflitos e lutas de classes: a velha história da modernização, a velha repetição do mito ideológico do capitalismo!

Sobre o uso do conceito de sociedade civil

Isto não significa ver a democracia como mero elemento tático. Os trabalhadores realmente querem a democracia. Mas querem, como os burgueses, criar a sua democracia. O poder e a política são sempre espaços de luta e contestação. O realmente interessante é que aqueles que, anteriormente ao seu domínio sobre a sociedade reconheceram, em benefício próprio, o direito de revolução e a construção histórica da liberdade, vêm agora, de público, denunciá-los como anarquia, como caos. Ordem e Progresso mais do que uma palavra de ordem é a confissão do sagrado egoísmo dos detentores do poder. De uma certa forma de sociabilidade, de uma cidadania.

A questão que se coloca para nós é o do valor da cidadania e da democracia. Elas são palavras vazias para os trabalhadores, para as classes subalternas? De forma alguma. A legalidade, apesar do ocultamento do seu caráter classista pode e deve, na sua contraditoriedade, ser um espaço de luta, no qual se cons-

tróem, ou podem ser construídas as identidades de classe, os projetos de hegemonia. A democracia, mesmo a mais limitada, interessa mais aos trabalhadores do que a ditadura mais esclarecida do capital. O simples reconhecimento formal do direito de associação (ainda que na prática esse direito seja combatido e seja tentada a sua inviabilização) facilita a intervenção dos trabalhadores no seu próprio processo de organização e do questionamento da dominação do capital.

Muito se falou, na literatura socialista, sobre como a democracia capitalista atuou e atua no embotamento dos cérebros dos indivíduos das classes subalternas. E assim é. Não será, contudo, negando abstratamente essa cidadania que se poderá constituir uma nova sociabilidade. Mas, pelo contrário, pela construção das possibilidades reais de sua superação. Negá-la ou afirmá-la abstratamente nos dispensa do esforço intelectual e político de pensar sua transformação. Para realizar esse processo faz-se necessário repensar o conceito de sociedade civil e sua aplicação na teoria e na luta políticas.

Uma das maiores dificuldades e ambigüidades na análise da questão da cidadania está no uso do conceito de sociedade civil. Conceito que, nascido no plano da economia, acabou por referir-se às instituições privadas. A institucionalização das "regras do jogo" foi gerada pelas contradições políticas produzidas pela concorrência, expressão da racionalidade do mercado capitalista. Era necessário regular a luta para evitar que ela acabasse por ameaçar a própria racionalidade. A cisão entre capitalistas e trabalhadores se inicialmente aparecia como exterior à política pela luta destes últimos e a extensão da cidadania produzida por essa luta, ela foi introduzida no centro da política. Por isso se fizeram necessárias mediações. A estas corresponde o campo da sociedade civil, conceito essencial para a aceitação da desigualdade.

Um dos erros vitais na análise da sociedade civil é pensá-la como articulação de instituições indiferenciadas, expressão de interesses universais, não contraditórios, sem caráter classista. Tem-se, assim, uma concepção homogeneizadora, subalternizante. Essa é a leitura, de clara inspiração liberal, que uma boa parte da esquerda faz. É preciso aprofundar e criticar essa análise. A articulação entre instituições se faz sempre no processo objetivo da luta. Pensar a questão da sociedade civil do ponto de vista dos trabalhadores requer sua

articulação com os movimentos sociais organizados. Isto permitirá mudar o foco da análise, marcar diferenças e explicitar projetos. Isso não implica ignorar o plano das instituições, nem política, nem analiticamente. Pelo contrário. Ao colocar o movimento social, com toda a sua contraditoriedade, no centro da luta social, percebe-se o alcance real da sociedade civil como forma de articulação social.

Desmistificada, ela se revela espaço de luta e não mais cenário de pactos sociais. Aqui não cabe mais a ilusão de que a sociedade civil é necessariamente progressista. Aqui ela se apresenta no pleno das suas contradições. Lembremos, a guisa de exemplo, que a UDR faz parte da sociedade civil. E como! Para não falarmos do mais poderoso aparelho da sociedade civil no Brasil: a Rede Globo. Também não se está autorizado a falar em debilidade da sociedade civil. Débeis e fragmentários são os instrumentos de intervenção classista das classes subalternas na nossa sociedade.

No Brasil a luta pelo *Impeachment* demonstrou isso. Quase todos os aparelhos da sociedade civil trabalharam a questão da corrupção mas não enfrentaram as questões colocadas pela política neoliberal. Obviamente isso significaria implodir o aparente consenso e mostrar as diferenças sociais reais. A corrupção permitiu a unidade de muitos interesses absolutamente contraditórios. A luta contra a política neoliberal colocaria em questão projetos decisivos para a sociedade brasileira. E exporia as contradições objetivas, revelaria as fraturas reais entre as forças sociais.

A luta, baseada na unidade da sociedade civil abandonou, progressivamente, a forma do movimento e assumiu a forma da institucionalidade. Privilegiando-se a esta, não se discutiram as opções da racionalidade econômica dominante. Aceitar jogar todas as cartas na luta contra a corrupção significou, na prática, subordinar-se às forças liberais e conservadoras: abandonando-se a luta efetiva contra a destruição objetiva da maioria da população.

Para clarificar a questão é preciso afirmar com clareza que a oposição sociedade civil/Estado só é válida do ponto de vista liberal. Do ponto de vista marxista ela é uma falsa oposição. Quem se opõe ao Estado são as classes subalternas. É verdade que, vez por outra, encontramos também oposição dos

dissidentes burgueses. Mas é uma oposição ao governo e não ao Estado. Devemos ter clareza que entre o Estado e as classes sociais se coloca não apenas a sociedade civil mas, também, os movimentos sociais organizados. Movimentos que nem sempre tem a organicidade da sociedade civil (enquanto plano institucional). E, por último, cabe avançar a precisão da necessária contraditoriedade da sociedade civil. Podemos mesmo afirmar a existência de duas formas da sociedade civil: a do Trabalho e a do Capital com seus projetos classistas diferenciados e, portanto, com estratégias específicas de afirmação da sua natureza. A do Trabalho que tende, estrategicamente, à eliminação do Estado classista. A do Capital que necessita reforçá-lo permanentemente.

Ler a hegemonia na perspectiva dos trabalhadores muda necessariamente o foco de análise e das práticas. A resposta que oferecermos a esta questão permitirá compreender como e porque o movimento social organizado, espaço contraditório de práticas e projetos sociais, pode possibilitar ou inibir projetos e formas de individualidades históricas, de subjetividades das classes subalternas. Esta resposta atualiza um problema central: como começar a construir a hegemonia das classes trabalhadores, isto é a possibilidade de uma nova civilização, ainda no campo estatal vigente, ainda no plano da institucionalidade capitalista.

II PARTE:

O LABORATÓRIO DO SÉCULO XX

A parcelação do trabalho é o assassinato de um povo¹²¹.

Aquela disciplina que não se conseguia obter nunca através de regulamentos, se conseguia incorporando o trabalho na máquina.¹²²

O Trabalho na Ordem do Capital

Marx, ao examinar o capitalismo, mostrou como, no cotidiano, as relações de desigualdade estrutural entre pessoas apareciam como meras relações entre coisas. O fetichismo da mercadoria demonstra como a relação mercantil oculta a estruturação do poder, a presença das classes e sua organização/desigualdade estrutural, no mais simples ato produtivo. Tudo se passa como se houvesse uma troca entre mercadorias: de um lado, o dinheiro (equivalente geral) e, de outro, o objeto a ser comprado. A estruturação do tempo de trabalho socialmente necessário, com todo o seu cortejo de dominação e subalternidade, “desaparece”, some na poeira da estrada. O fetichismo envolve e sobredetermina toda a cena. O trabalhador recebe o salário, entendido como

¹²¹ D. Urquhart, *Familiar Words*, Londres, 1855, p.119, citado por Karl Marx, *O Capital*, Livro I, p. 296.

¹²² Vittorio Foá, *Cento anni di sindacato in Italia, Per una storia del movimento operaio*, p. 95, Einaudi Editore, Torino, 1980.

remuneração de seu “trabalho”. A mais-valia (*forma condensada da exploração e da opressão*) sequer é percebida. Tudo se passa entre vontades aparente e formalmente livres e iguais: os capitalistas, os operários.

O capitalismo constituiu-se como o “horizonte ideológico da sociedade” e o fez através do processo de fetichização próprio às relações mercantis. Os trabalhadores foram e estão sendo permanentemente transformadas em sujeitos abstratos de uma cidadania e de uma institucionalidade que os negam. Para seus teóricos e práticos o capitalismo apareceu sempre como o fim da história, plena realização da espécie humana, negação da existência das classes antagônicas. Para eles os antagonismos são coisa do passado. Capital e Trabalho são parceiros ativos. Essa aparência tem o poder de colocar o conjunto das classes subalternas na defensiva.

Nas formações sociais capitalistas, a naturalidade aparente do econômico oculta a dominação política e impede que as classes subalternas tomem consciência desse processo e realizem a construção da sua identidade, dos seus projetos. Podemos dizer que, no campo de forças do Estado burguês, todo o jogo aparece como se dando entre indivíduos genéricos, abstratos, sem historicidade. O ocultamento da dominação política é uma necessidade objetiva. A aparência da liberdade individual é fundamental para a fluidez da forma de dominação, o que torna possível apresentar a liberdade de uma classe como sendo a de todas as demais. Pela supressão máxima da liberdade (compra-venda da força de trabalho = exploração) se cria a individualidade política, permitindo o ocultamento da opressão (construção do consenso).

As aparências são necessárias: em especial, nas sociedades classistas. O termo aparência indica e denota a historicidade própria à cada época. A liberdade do mercado, sob o capitalismo, é uma aparência necessária. Capitalista e trabalhador, ao se realizar o chamado contrato de trabalho, parecem constituir vontades iguais, dotadas de liberdade. Marx descreve a cena, tal como vista pela economia vulgar:

“A órbita da circulação ou da troca de mercadorias, dentro de cujas fronteiras se desenvolve a compra e venda da força de trabalho era, na realidade, o verdadeiro paraíso dos direitos do homem. (...) A liberdade, pois o comprador e o

vendedor de uma mercadoria , p. ex., da *força de trabalho* não obedecem a outra lei que a da sua *livre vontade*. Contratam como *homens* livres e iguais perante a lei. O *contrato* é o resultado final no qual suas vontades ganham uma expressão jurídica *comum*. A *igualdade*, pois compradores e vendedores só contratam *como possuidores de mercadorias*, trocando equivalente por equivalente. A *propriedade*, pois cada um dispõe e pode apenas dispor do que é seu. (...) A única força que os une e põe em contato é a força do seu *egoísmo*, do seu proveito pessoal, de seu *interesse privado*. Precisamente *por isso*, porque cada um cuida apenas de si e ninguém vela pelos outros, graças a uma *harmonia pré-estabelecida das coisas* ou sob os auspícios de uma providência omniastuta, a realizar a obra do seu proveito mútuo, de sua conveniência coletiva, de seu interesse social.”¹²³

O processo do trabalho se funda na exploração/opressão tornada legítima e “natural” pela idéia de contrato. O Direito declara que contratos se realizam, apenas, entre iguais.

O operário conduzido ao mercado, pelo capitalista, aparece como possuidor, como o capitalista, de uma mercadoria intercambiável. Nessa cena jurídico-política sua mercadoria, a força de trabalho (e sua capacidade de produzir) é transformada em salário, como se este representasse o valor real do trabalho que ele dispense. O salário (aparência necessária) é visto como pagamento do trabalho realizado. Oculta-se, assim, o tempo de trabalho não remunerado, a exploração. Ao contrário: o salário é, sobretudo, uma antecipação de capital ao capital. Este tem como objetivo a sua valorização. O trabalho torna-se, assim, potência externa e antagonica ao próprio trabalhador. Ele constitui o seu próprio antagonista.

Aqui se coloca uma questão fundamental: o salário como exterioridade, é percebido pelo trabalhador como algo que é justo ou digno em si mesmo. O trabalhador não percebe que o salário é, ele mesmo, uma das formas da sua subalternidade. Não há salário justo, digno, já que a indignidade e a injustiça é a própria existência do salariado. Coloca-se, assim, para o trabalhador a forma fetichizada da capacidade de uso da sua força de trabalho. O movimento real, se transmuta, se perde na sua aparência. Submetido à violência cotidiana do

¹²³ *O Capital*, Livro 1, Cap. IV, pp. 128-129.

trabalho e às tecnologias, o trabalhador vê seu dia se multiplicar, seu trabalho se materializar ampliadamente mas, quanto à remuneração, esse crescimento não se dá.

O movimento real, das classes e dos seus antagonismos, é transformado em algo invisível, em um não-movimento. O Trabalho e o Capital são apresentados como elementos de uma história natural sujeita à lei de ferro do mercado. Além disso, para maior eficácia, atribui-se à tecnologia toda essa imensa transformação: fala-se mesmo em uma revolução tecnológica. O mercado não é compreendido como o conjunto das forças e relações capitalistas de produção. O trabalhador e o capitalista são vistos como funcionários (hierarquicamente diferenciados) das necessidades do consumo. As classes não são portadoras de projetos: são apenas *coletivos de consumidores* ávidos da última moda transformada em necessidade cujos interesses (querem nos fazer crer) passam a “determinar” toda a produção. Faz-se necessário, em um único movimento, eliminar toda e qualquer manifestação de antagonismo e de imperfeição na produção da mercadoria.

O trabalhador de ofício, longamente formado, possuidor de segredos e qualificações, passa de artífice à operário, de conhecedor do seu ofício à vigilante da máquina. Nesse processo, ele vai sendo progressivamente desqualificado como trabalhador e pessoa. Sua personalidade é recortada pelas relações sociais que se traduziram nas máquinas e no despotismo fabril, mas também pelo fato de que se torna um ser cada vez mais parcelar, cada vez menos proprietário do significado do gesto profissional e dos próprios projetos. Empobrecido, material e psicologicamente, ele corre, permanentemente, o risco de perder o controle sobre seus projetos políticos e sociais.

Trata-se de uma brutal luta ideológica, travestida de modernidade capitalista que visa negar a possibilidade de uma identidade classista do trabalhador, negar suas formas de sociabilidade e subjetividade. Para completar afirma-se que o trabalho, na sua forma clássica, não tem mais sentido para o trabalhador. Com isso, procura-se eliminar, no discurso e na prática, o papel das classes e de suas lutas. A afirmação do fim da sociedade do trabalho é a justificativa da apresentação da ciência e da tecnologia como possibilidade superior de resolução das contradições sociais; como racionalidade sempre crescente e

independente do confronto entre classes, projetos e concepções de mundo. Isto não é apenas a tônica do momento atual. A história do capitalismo é a história da “reestruturação produtiva”. O capitalismo desde o início teve que, seguida e permanentemente, revolucionar-se sem cessar e expropriar os trabalhadores, tanto em relação aos instrumentos de produção quanto ao conhecimento e a identidade; expropriá-los na sua própria condição de classe.

Todo o trabalho de resistência que as classes subalternas realizaram, e realizam, sobre as manifestações orgânicas do Capital, tem que dar conta dos fetiches, encantos e fascínios das classes dominantes. A partir da famosa “liberdade do mercado” tenta-se com maior ou menor intensidade, eliminar a possibilidade de examinar a violência da expropriação cotidiana do trabalho (e a correlata opressão), transformadas aqui e agora em regras do jogo tornadas imutáveis pelo próprio peso da institucionalidade. Bobbio salienta isso, com clareza, ao definir democracia como regras do jogo. Mas, agudamente, lembra que ela só pode ser pensada como tal desde que não se coloque em questão o arcabouço da institucionalidade vigente. Toda a possibilidade de realização do capitalismo está subjacente à fetichização própria das formas mercantis. A política liberal é, a um só tempo, reino do fetiche, condição de viabilização do capitalismo e de sua negação.

Para captar o significado pleno dessa armadilha é preciso compreender o que é o modo de produção capitalista. A primeira imagem que se faz dele é a de um poderoso sistema de produção de mercadorias. Marx, no Capítulo Inédito de O Capital, afirma:

“A função verdadeira, específica do capital enquanto capital é pois a produção de mais-valor, e essa não é senão produção de sobretrabalho, apropriação – no curso do processo de produção real – de trabalho não pago, que se oferece aos olhos e se objetiviza como mais-valor”¹²⁴.

Seu fundamento último está aqui colocado. Ele é produtor e reproduzidor das relações sociais capitalistas. Vale dizer das classes e de seu permanente e irreversível antagonismo. Ao seccionar processo de valorização de processo de

¹²⁴ Karl Marx, *El Capital, libro I, capítulo VI (inédito)*, México, D.F., Siglo XXI, 1978, p. 6.

trabalho, como muitos militantes de esquerda o fazem, “naturaliza-se” o trabalho. Este é apresentado como um dado puramente técnico, como pura materialidade. E aqui está colocado claramente o papel das análises que enfocam o momento atual do capitalismo como sendo produzido pela “revolução científico-tecnológica”. Ao aceitar esta concepção, aqueles militantes se subsumem à ideologia capitalista.

O Capital subordinou o Trabalho, formal e realmente. Superou o trabalhador artesanal pelo moderno operário fabril. Concentrou trabalho e capital no processo produtivo. A história sob o capitalismo aparece como a história do Capital, das técnicas, da produção e nunca do trabalho. As forças produtivas do Trabalho aparecem como forças produtivas do Capital.

“Como trabalhadores que cooperam para um resultado, como membros de um organismo trabalhador, não são mais do que uma modalidade especial de existência do capital para o qual trabalham. Por conseguinte, a força produtiva desenvolvida pelo trabalhador como *trabalhador social*, é a *força produtiva do capital*. Essa *força produtiva social* do trabalho se desenvolve gratuitamente tão logo os trabalhadores se vêm submetidos à determinadas condições, a que o capital os submete. E como a *força produtiva social do trabalho* não custa nada ao capital, já que, além disso, o trabalhador não a desenvolve *antes* que seu trabalho pertença ao capitalista, essa força parece, como que, uma força produtiva inerente *por natureza* ao capital, a força produtiva inata a este.”¹²⁵

O Capital aparece, assim, como natural, eterno, e, cada vez mais, progressista, como negação da historicidade do trabalhador. Tudo se passa no interior do círculo do capital: o trabalho parece não ter vida própria. A ordem do capital aparece, *hic et nunc*, como a liberdade de todas as classes.

O trabalhador, nesse processo, contraditoriamente, se transformou em um ser coletivo.¹²⁶ À perda (relativa) da sua autonomia, acrescenta (ou pode acrescentar) uma qualidade nova: ele é a *força produtiva por excelência*. Atomizado na

¹²⁵ Marx, *O Capital*, Cap. XI, p.269.

¹²⁶ ver Sérgio Bologna, “*Composizione di classe e teoria del partito alle origine del movimento consiliare*”, in *Operai e Stato*.

sua forma anterior, ele se encontra, agora, articulado, no processo do capital, como indivíduo. Essa condição de indivíduo é básica para ocultar a nova atomização. O trabalhador e o capitalista aparecem como indivíduos. É exatamente essa semelhança que permite identificá-los: todos são iguais perante a lei. Se no feudalismo a dominação era aberta e justificada por uma concepção de mundo que tendia a desvalorizar a historicidade humano-social e a projetar o mundo real para um além, sobrenatural, nas formações sociais capitalistas, a opressão e a exploração se encontram fundidas, sob a aparência da liberdade e igualdade de todos. Pela constituição, via Estado, de um arcabouço institucional baseado ora na violência, ora na imposição consensual de uma legalidade, o Capital subordinou o Trabalho, não apenas como força produtiva, mas, e especialmente, como classe ao conseguir que essa institucionalidade capitalista fosse assumida como naturalidade também pelas classes trabalhadoras. É preciso, contudo, afirmar que todos os processos da política e da economia passaram (e passam) necessariamente pelos movimentos tendenciais das classes.

Para permitir a ampliação do processo de subsunção real do trabalho ao capital e liberar ao máximo sua capacidade produtiva, que no momento atual atinge à toda sociedade (subsumindo-a como um todo à ordem do capital), o capitalismo tem que negar o direito de existência à qualquer forma antagonônica. Vivemos a combinação da contra-revolução política (neoliberalismo) com a reforma da gestão e da produção, maximizadas uma e outra, pela aparente desaparecimento, do antagonismo.

A política, forma sempre atual das contradições classistas, faz-se história. O Estado foi sempre privatizado. Ele potencializa e garante a expansão máxima da classe dominante/dirigente. Para sua maior eficácia o Estado capitalista tem necessariamente que aparecer como social, como articulador do conjunto da sociedade, como resumo qualificado do todo social.

A resistência aguerrida que as classes subalternas ofereceram foi sendo, pouco a pouco, incorporada. A luta pela democracia e, em particular, pelo direito de voto para as classes subalternas foi, sempre, levada a efeito pelos trabalhadores. Foi no marco dessa institucionalidade (capitalista) que o movimento dos trabalhadores se expressou. Eles lutaram e conquistaram a extensão, ainda que limitada, dos chamados direitos democráticos. A ampliação de

sua intervenção, nesse processo estatal, se deu sempre à custa de um crescente risco de integração aos quadros do discurso e das práticas capitalistas. As classes subalternas buscavam (e buscaram ainda) ampliar, e muitas vezes esgarçar, esse tecido institucional extremamente limitado e limitador. A implementação do quadro institucional se realizou, não obstante esse combate, na perspectiva do Capital, como construção de diques e barragens à maré social, à presença das massas, traduzindo-se sempre na “liberdade do mercado”.

O esforço de construir limites ao domínio dos capitalistas foi, muitas vezes, assimilado à ordem: a luta pelo direito de votar acabou sendo o mecanismo fundamental pela qual essa rebeldia foi canalizada para a ordem burguesa. Ao não conseguir revolucionar a política, a luta dos trabalhadores permaneceu prisioneira do espaço do privado (do Capital): não foi possível, assim, criar as condições de construção de uma esfera realmente pública. Por isso mesmo, muitas vezes, os trabalhadores, como conseqüência desta consolidação institucional, consideraram, apesar de suas lutas, a democracia como “coisa dos burgueses”. Estas lutas, por sólidas que fossem, como diria Marx, pareciam desmanchar-se no ar. Eram reconvertidas no Direito e na cidadania burgueses.

Toda estruturação produz necessariamente o(s) seu(s) antagonista(s). Assim, o conjunto das classes subalternas construiu, ao longo do século passado, e de boa parte deste, uma estratégia de resistência e combate ao capitalismo. Os direitos sociais e políticos permaneceram, contudo, na sua forma individualizada, em detrimento da socialização política objetiva dos trabalhadores. A idéia de indivíduo, ser atomizado e em permanente contraste com os demais, foi, desde sempre, o modelo (aparência necessária) dessa institucionalidade.

Tentou-se, permanentemente, restringir tudo e todos à esfera do individual, entendida como esfera do privado. Os direitos sociais e políticos permanecem na forma individualizada, em detrimento da socialização política objetiva dos trabalhadores. Restringir-se às formas associativas das classes subalternas, seja no plano sindical, seja em outros elementos de sua organicidade, pela sua integração e subalternidade à lei do Capital. Incorporar tudo e todos à lógica estatal é o projeto da sociabilidade capitalista que, contudo, não é inquebrantável. Nesse sentido a sociedade é pensada como somatório de vontades cívicas e não é chamada a tomar as decisões mais fundamentais; não indo

quase nunca além dos pronunciamentos eleitorais. Aqui também se coloca a cisão entre essência e aparência, própria das formas mercantis.

O marco máximo da rebeldia do Trabalho, no século passado, consubstanciou-se na Comuna de Paris onde, pela primeira vez, de forma radical, as relações fundamentais do capitalismo foram submetidas à crítica prática. A Comuna, ao propor a Ordem do Trabalho, subordinando o Capital, colocava a possibilidade histórica de uma nova sociabilidade e demonstrava o equívoco da naturalidade e da fatalidade da lógica mercantil e da fetichização da sociedade. Criava as condições reais da socialização da política e revelava a impossibilidade de a burguesia assumir uma democracia na qual era subalterna e não dominante.

1917: a possibilidade de uma nova ordem

O processo revolucionário russo, foi para Gramsci, a última revolução do século XIX. Ele foi marcado pela distinção morfológica de Ocidente e Oriente. Esta distinção, freqüentemente substancializada por um sem número de críticos, refere-se às diferenças entre os processos revolucionários em relação às combinações muito diversas dos nexos entre política e economia nas duas áreas e não a tradução mecânica de formas preferenciais de fazer política; sequer a negação abstrata da possibilidade revolucionária no Ocidente.

Examinar a relação entre política e economia depois da Guerra e da Revolução russa é pensar o nexo entre americanismo e revolução passiva (da qual o americanismo foi a figura dominante no século XX). A revolução passiva implica na redefinição das formas de estruturação do capitalismo (da noção de cidadania ao modo de realizar a produção e ao modo de vida) e corresponde à necessidade de impor um conjunto de medidas de contratendência à queda da taxa de lucros e de tentar neutralizar os antagonismos no interior do conjunto do bloco capitalista. Foi no interior da própria sociedade capitalista que esse antagonismo se expressou e viabilizou o projeto de uma subjetividade histórica alternativa. Para tal, foi necessário a

“existência de forças produtivas tendentes ao desenvolvimento e à expansão, movimento consciente nas massas proletárias dirigido a substanciar com o poder econômico o poder político, vontade nas massas proletárias de introduzir na fábrica a ordem proletária, de fazer da fábrica a célula do novo Estado, de construir o novo Estado como reflexo das novas relações industriais no sistema de fábrica”.¹²⁷

O Modo de Produção Capitalista vive, é bom lembrar, permanentemente em crise e que a contradição fundamental entre a produção socializada e a apropriação privada gera contradições não apenas entre dominantes e dominados, mas também no conjunto da formação social. Esta permanente tensão dialética coloca como atual não apenas a luta de classes mas a sua própria superação. Lembremo-nos da afirmação de que o Capital é a contradição em processo.

A I Guerra Interimperialista, dita mundial, resultado da agudização dessas contradições, de seus deslocamentos, fusões e condensações, tornou possível, pela ação política das classes sociais e/ou de suas vanguardas, a construção da Revolução Socialista de 1917. A guerra e a revolução atualizaram a crise capitalista e a necessidade da reestruturação da ordem do Capital. Com 17 o antagonismo dos trabalhadores assume, de modo radical, a forma estatal. A revolução desocultou as contradições classistas não apenas no território russo mas em toda a extensão planetária, nas suas mais diversas manifestações. A Revolução russa se colocou no campo da materialização desse antagonismo e se apresentou como possibilidade real e não mais como utopia.

O processo revolucionário e o terror pânico que ele trouxe para o campo burguês determinou sua eficácia: o capitalismo não era uma fatalidade que se devia sofrer passivamente, não era um destino manifesto, uma naturalidade histórica. Repetia-se, em um grau mais aprofundado, a lição da Comuna. A presença ativa dessa experiência sinalizou, para o conjunto das classes subalternas, a nível internacional, a capacidade e a viabilidade de resistência ampliada destas de subtraírem-se ao domínio do capitalismo e de construir uma nova racionalidade. Não cabe, contudo, nos limites deste texto analisar em profundidade o significado e os alcances dessa experiência. Sabemos que o caráter

¹²⁷ Gramsci, *Due Rivoluzioni*, *L'Ordine Nuovo*, 3-7-1920, *L'Ordine Nuovo* (ON), p. 571.

de classe do novo Estado tem sido pensado de diversas formas, como p. ex.: Socialismo, Capitalismo de Estado, Coletivismo Burocrático, Estado Operário Corrompido, Estado Operário Burocratizado, etc. Essa dificuldade objetiva de caracterização indica a imaturidade revolucionária de uma classe trabalhadora criada sob o signo da militarização do trabalho e submetida pelo economicismo estalinista. Para nossa análise o que importa é o caráter de radicalidade do antagonismo que a revolução representou, no conjunto das práticas operárias e de seu imaginário, durante quase todo este século.

A revolução russa implicou na tentativa da implementação de uma nova hegemonia. Um novo conformismo – no sentido gramsciano – teve que ser criado. Todo modo de produção cria, para a sua existência as condições de elaboração do seu trabalhador e do seu cidadão. São, na realidade, elementos que se traduzem no cotidiano da materialidade e expressam o modo de vida, isto é, os hábitos, a maneira de agir, pensar, viver que dão automaticidade ao comportamento dos homens. Implicam em uma subjetividade e em uma objetividade. São, em suma, a tradução das ideologias vividas nesta ou naquela sociedade na sua imensa e radical contraditoriedade.

O processo revolucionário é, pois, o choque das subjetividades classistas materializadas:

“trata-se da luta entre ‘dois conformismos’, isto é, de uma luta de hegemonia, de crise da sociedade civil. Os velhos dirigentes intelectuais e morais da Sociedade sentem o chão faltar sob os pés, percebem que suas ‘prédicas’ se tornaram precisamente ‘prédicas’, isto é coisas estranhas à realidade, forma pura sem conteúdo (...): donde o seu desespero e as suas tendências reacionárias e conservadoras: dado que as formas particulares de civilização, de cultura, de moralidade que eles representaram se decompõem, eles gritam contra a morte de toda civilização, de toda cultura, de toda moralidade e demandam medidas repressivas do Estado ou se constituem em grupos de resistências afastados do processo histórico real, aumentando em tal modo a duração da crise, dado que a ultrapassagem de um modo de viver e de pensar não pode verificar-se sem crise. Os representantes da nova ordem em geral, por outro lado, por ódio ‘racionalista’ ao velho, difundem utopias e planos cerebrinos. Qual o ponto de referência para o novo mundo em gestação? O mundo da produção, o trabalho. O utilitarismo máximo deve ser

a base de toda análise dos institutos morais e intelectuais a criar e dos princípios à defender: a vida coletiva e individual deve ser organizada para o rendimento máximo do aparelho produtivo. O desenvolvimento das forças produtivas sobre novas bases e a instauração da nova estrutura sanearão as contradições que não podem faltar e tendo criado um novo 'conformismo' de base, permitirão novas possibilidades de auto-disciplina, isto é, de liberdade mesmo individual."¹²⁸

No seu processo histórico de realização a revolução russa, vivendo o seu momento de hegemonia, teve que construir seu conformismo e seu *homo oeconomicus*. E vai implementar, contraditoriamente, uma gestão e uma produção em moldes taylor-fordistas. Estava colocada em cheque a própria possibilidade da sua realização como nova civilidade. Aqui está colocada uma novidade radical. Gramsci visualizou o americanismo como momento de ofensividade do capital, enquanto os teóricos da III Internacional viam, ao final da década de vinte, apenas, um período de estabilização relativa do capitalismo.

Entre os vários problemas colocados pela construção da revolução socialista um dos mais importantes foi a forma da construção da nova classe trabalhadora.¹²⁹ O antigo proletariado restrito às grandes cidades russas foi, de um modo ou de outro, praticamente eliminado: pelas tarefas assumidas no processo revolucionário, pela sua dispersão no imenso território a ser governado, pela morte na luta face à imensa guerra civil, aos contra-revolucionários. De todo modo foi criado um novo proletariado industrial, processo que envolveu o conjunto das classes subalternas. Esse processo foi decisivo: nos países capitalistas ele foi realizado em pelo menos três séculos, na URSS levará menos de

¹²⁸ Quaderni del Carcere (QC), 862-863, Maquiavel, a Política e o Estado Moderno (MPEM), p. 170.

¹²⁹ Por limites de espaço e tempo não abordaremos aqui dois pontos fundamentais para a análise da *passivização da experiência soviética*: a questão da democracia e a questão da vulgarização dos debates teóricos levados a efeitos nesse processo e sua esterilização. Ver em especial o *Manual Popular de Sociologia* de Bukharin e os *Précis d'Économie politique (L'Économie politique et le théorie de l'économie soviétique)*, de Lapidus e Ostrotitjanov.

uma década. Da sua resolução, entre outras coisas, resultou uma modificação vital: o da correlação de forças no interior da aliança operário-camponesa.

Essa construção se realizou sob forte inspiração taylorista. Ignorou-se a materialidade classista do processo de trabalho e das formas de gestão vinculadas à este. Nunca é demais lembrar que, apesar dos claros ensinamentos de Marx sobre a técnica capitalista, a maior parte dos revolucionários que se segue (aí incluindo Lenin)¹³⁰ acabou, na prática, por considerar a técnica como neutra, ao aplicar na construção revolucionária as formas de gestão e as técnicas produtivas vividas nos países capitalistas mais avançados.

Se o capitalismo dissociava, cada vez mais, política e economia cristalizando a relação de subalternidade das classes trabalhadoras, a construção do novo homem soviético pressupunha, pelo contrário, construir uma unidade indissolúvel entre política e economia, um homem por inteiro e não fragmentos de humanidade. Tratava-se da construção do homem integral e não mais a soma de assalariado e cidadão. Fazer a revolução significava criar uma nova sociedade e fazia-se necessário um processo pedagógico de tipo hegemônico e não meramente dominante em termos ideológicos. A "hegemonia devia nascer da fábrica". Essa expressão não é, como comumente se apresenta, uma referência pertinente apenas ao americanismo. Pelo contrário ela revela com toda clareza o projeto do *L'Ordine Nuovo* e dos Comissários de Fábrica turineses. E Gramsci tem isto sempre presente na análise da revolução russa. Nos Conselhos a classe operária italiana travou uma imensa luta na qual demonstrou empiricamente a possibilidade da construção de um novo projeto civilizatório: a democracia operária, a cidadania dos trabalhadores. Essa expressão indica, por outro lado, o projeto da construção de uma nova classe operária. Não se trata de, simplesmente, impor uma disciplina absolutamente "de fora para dentro", mas de construir as condições reais e concretas da socialização das forças produtivas.

Para tal se exigia

¹³⁰ Sobre isso ver, entre outras, a obra de Robert Linhardt, *Lenin, os camponeses, Taylor*, Editora Marco Zero, Rio de Janeiro, 1983.

“uma luta contínua contra o elemento ‘animalidade’ do homem, um processo freqüentemente doloroso e sangrento, de subjugação dos instintos (naturais, isto é, animais e primitivos) a cada vez novas, mais complexas e rígidas normas e hábitos de ordem, de exatidão, de precisão que tornam possível as formas cada vez mais complexas de vida coletiva que são a consequência necessária do desenvolvimento do industrialismo”¹³¹.

Processo que na União Soviética foi, sem dúvida alguma, violento: o da gestação de uma nova classe trabalhadora e de uma nova cultura.¹³² Gramsci acen-tua essa dolorosa adaptação ao criticar a política de militarização do trabalho – defendida por Trotsky e aceita pela direção bolchevique.¹³³

¹³¹ QC 2060-1, MPE 393.

¹³² “Até agora todas as mutações do modo de ser e de viver ocorreram por coerções brutais, isto é, através do domínio de um grupo social sobre todas as forças produtivas da sociedade: a seleção ou ‘educação’ do homem adaptado aos novos tipos de civilização, isto é, às novas formas de produção e de trabalho, ocorreu com o emprego de brutalidades inauditas, lançando no inferno das subclasses os débeis e os re-fratários, eliminando-os do todo. A cada advento de novos tipos de civilização, ou no curso do processo de desenvolvimento, existiram crises.” (QC 2161, MPE 393)

¹³³ Falando ao III Congresso dos Sindicatos de toda a Rússia (abril de 1920) Trotsky assim se expressou:

“Expliquem-nos os oradores mencheviques que significa trabalho livre, não obrigatório. Conhecemos o trabalho escravo, o trabalho servil, o trabalho obrigatório arregimentado nos artesanatos medievais, e o trabalho dos assalariados livres que a burguesia chama trabalho livre. Agora encaminhamo-nos para o tipo de trabalho socialmente regulamentado sobre a base de um plano econômico, obrigatório para todo o país, para cada trabalhador. Esta é a base do socialismo (...). A militarização do trabalho, neste sentido fundamental de que lhes falei, é o método básico e indispensável para a organização de nossas forças laborais (...). Se nossa nova forma de organização do trabalho tivesse como resultado uma diminuição da produtividade, então, *ipso facto*, estaríamos encaminhando para o desastre (...). Mas, é certo que o trabalho obrigatório é sempre improdutivo? (...). Este é o mais mesquinho e miserável preconceito liberal: a servidão também era produtiva. Sua produtividade era superior à do trabalho escravo, e, na medida, em que a servidão e a autoridade do senhor feudal garantiam a segurança das populações (...) e do trabalho camponês,

Este processo indicava claramente as dificuldades da implementação da nova ordem produtiva, compreendendo-se aí, sempre e sempre, a institucionalidade socialista necessária à essa transformação. Era necessário redefinir habilidades e práticas:

“a vida na indústria exige um tirocínio geral, um processo de adaptação psico-físico a determinadas condições de trabalho, de nutrição, de habitação, de costumes, etc., que não é algo inato, ‘natural’, mas demanda ser adquirido, (...) a baixa natalidade urbana demanda um gasto contínuo e relevante para o tirocínio dos continuamente novos urbanizados, e traz consigo uma contínua mudança da composição sócio-

nessa medida era uma forma progressista de trabalho. O trabalho servil obrigatório não foi o resultado da má vontade dos senhores feudais. Foi um fenômeno progressista (...). Toda a história da humanidade é a história de sua educação para o trabalho, para a mais alta produtividade do trabalho. Esta não é de modo algum uma tarefa simples, pois o homem é preguiçoso e tem direito a sê-lo (...). Mesmo o trabalho assalariado livre não foi produtivo no começo (...). chegou a sê-lo gradualmente depois de um processo de educação social. Métodos de todos os tipos foram utilizados para essa educação. A burguesia, primeiro, expulsou os camponeses para os caminhos e apoderou-se de suas terras. Quando o camponês se negou a trabalhar nas fábricas, a burguesia os marcou com ferro em brasa, os enforcou ou os fuzilou e assim o adestrou pela força para a manufatura (...). Nossa tarefa consiste em educar a classe operária sobre princípios socialistas. Quais são nossos métodos para tal finalidade?

Não são muito distintos daqueles que a burguesia utilizou, mas são muito mais honrados, mais diretos e francos, não corrompidos pela mendicância e a fraude. A burguesia tinha que fingir que seu sistema de trabalho era livre e enganou os ingênuos sobre a produtividade deste trabalho. Nós sabemos que todo trabalho é trabalho socialmente obrigatório. O homem deve trabalhar para não morrer. O homem não quer trabalhar. Mas a organização social o empurra e o acicata nesta direção. A nova ordem socialista difere da burguesa porque, entre nós, o trabalho se realiza em benefício da sociedade, e portanto não necessitamos receitas sacerdotais, eclesiásticas, liberais ou mencheviques para aumentar a energia do trabalho do proletariado... A primeira maneira de disciplinar e organizar o trabalho é fazendo com que o plano econômico fique claro para as mais amplas massas dos trabalhadores”. 3. *Vserossiiskii Syezd Profsoyuzov*, pp. 87, 96, citado por Isaac Deutscher, *Los sindicatos soviéticos*, pp. 52-53, Ediciones Era, México, 1971. Grifo nosso.

política da cidade, colocando continuamente sobre novas bases o problema da hegemonia.”¹³⁴

Tudo isso levava à necessidade de racionalizar o modo de viver para racionalizar a produção:

“O interesse de Lev Davidovich sobre o americanismo; seus artigos, suas pesquisas sobre o ‘byt’¹³⁵ e sobre a literatura, estas atividades eram menos desconexas entre si do que poderia parecer, porque os novos métodos de trabalho são indissolúveis de um determinado modo de viver, pensar e sentir a vida: não se podem obter sucessos neste campo sem obter resultados tangíveis no outro.”¹³⁶

Aqui o debate sobre as formas de gestão da produção soviética foram decisivos. Os enfrentamentos entre os diversos participantes da revolução russa implicou a rápida eliminação dos soviets. O problema tal qual vivido pelas direções bolcheviques era produzir uma classe operária moderna, capaz de atender as necessidades do período revolucionário. A introdução da modernidade industrial taylorista tinha porém um limite: sua implementação negava a possibilidade histórica de construir o novo trabalhador socialista.

Racionalizar a relação corpo-mente, redefinir a sexualidade: disciplinar o gasto das energias físicas e mentais fora do espaço fabril, para preservá-las para a realização do trabalho. Ampliar para a sociedade o campo da disciplina da fábrica. A necessidade de construção do homem socialista, do novo *homo oeconomicus*, vale dizer do novo conformismo, requer e exige uma das características fundamentais – segundo Gramsci no período anterior – do partido bolchevique e se seus militantes:

“impedir que o problema imediato, de hoje, a resolver, se dilate até ocupar toda a consciência, e se torne a única preocupação; se torne frenesi espasmódico que erga barreiras intransponíveis a ulteriores possibilidades de realização.”¹³⁷

¹³⁴ QC 2149, MPE 391.

¹³⁵ *Byt* – modo de vida. Grifo nosso.

¹³⁶ QC 2164, MPE 396.

¹³⁷ *I massimalisti russi, Il Grido del Popolo* (GP), 28-7-1917, *La Città futura* (CF), p. 265.

Ao colocarmos a questão do *homo oeconomicus* estamos falando de criação de um novo nexo psico-físico, de um novo tipo de trabalhador. Fabricar o novo trabalhador supõe a criação de um novo homem e, na mesma processualidade, a destruição ativa de uma personalidade histórica. Gramsci nos dá uma pequena mostra do que acabaria por ser o modelo do novo homem necessário:

“uma síntese daqueles... que vêm hipostaziados como caracteres nacionais: o engenheiro americano, o filósofo alemão, o político francês, recriando, por assim dizer, o homem italiano do Renascimento, o tipo moderno de Leonardo da Vinci tornado homem-massa ou homem-coletivo, mantendo, contudo, as suas fortes personalidade e originalidade individuais. Uma coisa à toa como se vê”¹³⁸.

Mas ao invés disso, na medida em que o taylorismo foi uma das tônicas da reestruturação produtiva no espaço soviético, acabou-se por não ver concretizada a proposta dessa nova civilização. O estacanovismo, forma russa do americanismo, acabou por tornar possível um trabalhador coletivo que não colocava a questão da liberdade e da socialização das forças produtivas. O novo homem acabou por ser apenas o homem de ferro. O patriotismo, vital para o americanismo, aqui foi representado pelo estalinismo, contrafação do marxismo e do internacionalismo. Estes últimos foram reduzidos à uma nacionalização do processo revolucionário que se vê esterilizado pelo socialismo em um só país.

Essa coerção é, assim, anti-socialismo em estado puro. Em especial porque o socialismo sendo uma nova civilização requer a adesão consciente. Veremos adiante a questão do centralismo tal como colocada por Gramsci e que é decisiva neste contexto. Deveria ter-se buscado a construção de uma nova socialização que rompesse com as antigas formas e que tem que ser, de agora em diante, centralizadas pela estrutura produtiva. Era necessário

¹³⁸ Carta a Giulia Schucht, 1-8-1932. *Forsi rimarrai lontana*, p. 654. Nesta carta a sua companheira Gramsci, critica os métodos educativos que apressavam a formação profissional deixando pouco espaço para a fantasia infantil. Não só pela escolarização formal mas também pelo próprio uso e/ou confecção de brinquedos infantis, se faz avançar uma dada concepção de mundo.

“ter um operariado estável, um complexo confiável permanentemente, porque mesmo o complexo humano (o trabalhador coletivo) (...) é uma máquina que não deve ser freqüentemente desmontada e renovada nas suas partes individuais sem perdas ingentes”¹³⁹.

O contraste dessa referência antagônica, apesar das óbvias limitações democráticas vividas, no período estalinista, atuou como elemento de comparação/organização, permitindo aos trabalhadores, em escala mundial, dar passos gigantescos na sua luta. O fato de não se ter conseguido, construir uma cidadania efetiva, uma socialização real das forças produtivas¹⁴⁰ (sendo o Trabalho a principal dessas forças produtivas), a militarização do trabalho, a coletivização forçada dos camponeses, a criação rápida e forçada de uma nova classe trabalhadora fizeram com que essa experiência fracassasse.

O economicismo, típico do liberalismo, já tinha sido apropriado negativamente pelo pensamento socialista.¹⁴¹ O pensamento II e da III Internacionais demonstra isso com absoluta clareza. Reduziu-se toda a poderosa navalha da crítica marxista da economia e da política a um mero conjunto de banalidades sobre a luta de classes. A dissolvente análise de Marx foi substituída pela vulgata estalinista. *O marxismo de teoria da emancipação virou prática de planificação estatal* e assim fez-se refluir o conjunto dos movimentos sindical e popular para o campo econômico-corporativo, abandonando, inteiramente, a perspectiva do momento ético-político, ou seja, do momento de construção de uma nova racionalidade, de uma nova cidadania: a das classes trabalhadoras. Ao mesmo tempo, a burocracia estalinista tratou de reduzir a história das sociedades à sua história.

¹³⁹ QC 2164, MPE 396.

¹⁴⁰ Aqui a identificação entre socialização e estatização atuou no sentido de reforço do Estado e de perda de autonomia dos trabalhadores. Constituiu-se em elemento decisivo da reconstrução burocrática, da sua glorificação, ao mesmo tempo que deslocava os trabalhadores do centro de decisões. O enquadramento estatal dos soviets foi decisivo neste processo.

¹⁴¹ Sobre essa presença do economicismo e seus efeitos políticos ver os *Quaderni del Carcere*.

A bolchevização forçada dos PCs e sua implementação minoritária no interior das classes trabalhadoras européias acabou por eliminar a possibilidade revolucionária da Internacional Comunista, transformada *a posteriori* em apêndice do partido e do Estado russos. As lutas das classes subalternas perderam, em nível internacional, sua força e seu horizonte. O internacional apagou o nacional. As conjunturas nacionais foram lidas a partir da ótica russa. Ilustrativo foi a questão do modo de produção asiático. Como o estalinismo, na pele da Internacional, afirmava que a revolução chinesa deveria realizar a etapa democrático-burguesa, era necessário caracterizar a situação chinesa como feudalismo atípico¹⁴². O debate sobre o modo de produção asiático foi, assim, simplesmente borrado, arquivado. Poderíamos acrescentar muitas outras provas de como o nacional era apagado e, ao mesmo tempo, imposto um internacional, abstrato e meta-histórico¹⁴³. O resultado desse abastardamento teórico e prático foi uma uniformização “estratégica” que acabou por pasteurizar/matar as possibilidades revolucionárias em escala mundial.

No plano da teoria, as análises realizadas pelo partido russo (em nome da Internacional) transformaram os acontecimentos do pós-guerra em uma “estabilização relativa do capitalismo” quando, de fato, se dava um brutal processo de reestruturação capitalista. Assim, a um só tempo essas teorias desconheciam o movimento real dos seus antagonistas e, embora tenham conseguido afirmar a existência de um estado pós-capitalista, não construíram uma socie-

¹⁴² Jean Chesnaux, “Le mode de production asiatique. Quelques perspectives de recherches”, in *Le mode de production asiatique*, relata como se deu esse debate: “Mas o fracasso da revolução chinesa de 1925-1927, combinado com os efeitos da ruptura entre Stalin e a oposição, produz um severo golpe aos pesquisadores e às suas pesquisas (...) os defensores do modo de produção asiático foram aí (Leningrado, fevereiro de 1931, efd) assimilados aos trotskistas (...) Com esta discussão, logo seguida do desaparecimento, pura e simplesmente, de alguns partidários do modo de produção asiático, as pesquisas marxistas sobre estes temas entraram em uma nova fase”, *op. cit.*, pp. 19-20. Logo se consolidou a famosa teoria evolucionista das 5 etapas, sacralizada por Stalin. Ver a sua famosa *Breve História do Partido Comunista (Bolchevique)*.

¹⁴³ Ver, entre outros, Caio Prado Jr., *A Revolução Brasileira*.

dade socialista. Nem democracia operária, nem socialização das forças produtivas: o socialismo esterilizou-se sob o domínio da burocracia estalinista que escrevia assim a sua variante da tese do fim da história. O socialismo¹⁴⁴ ficou, lenta, gradual e irrestritamente, refém do economicismo e vítima do voluntarismo politicista.

A análise gramsciana sobre as revoluções do final da década de 10 coloca-nos uma sábia e instigante advertência:

“a revolução não é necessariamente proletária e comunista enquanto se propõe e obtém a derrubada do governo político do Estado burguês: (...) sequer quando propõe e consegue aniquilar as instituições e a máquina administrativa através das quais o governo central exerce o poder político da burguesia; (...) mesmo se a onda da insurreição popular entrega o poder nas mãos dos homens que se dizem (e são sinceramente) comunistas. *A revolução só é proletária e comunista quando ela é a liberação das forças produtivas proletárias e comunistas que vinham sendo elaboradas no seio da sociedade dominada pela classe capitalista, (...) na medida em que consegue favorecer e promover a expansão e a sistematização de forças proletárias e comunistas capazes de iniciar o trabalho paciente e metódico, necessário para construir uma nova ordem nas relações de produção e de distribuição, uma nova ordem em base à qual seja tornada impossível a existência da sociedade dividida em classes, e cujo desenvolvimento sistemático tenda por isto a coincidir com um processo de exaustão do poder do Estado, com um dissolver-se sistemático da organização política de defesa da classe proletária que se dissolve como classe para tornar-se humanidade*”.¹⁴⁵

¹⁴⁴ Seria melhor falar em "socialismo realmente inexistente".

¹⁴⁵ *Due rivoluzioni*, ON, 3-7-1920, Grifo nosso, p. 569-70. Relembremos, ainda uma vez, o famoso relatório sobre os Conselhos de Fábrica, enviado à Internacional. Lá está claramente colocado o papel de direção do operário turinês. Direção esta que é a demonstração das famosas “forças produtivas proletárias e comunistas que vinham sendo elaboradas no seio da sociedade dominada pela classe capitalista.”

O americanismo como hegemonia

O fordismo não implicou nenhuma grande inovação tecnológica. Momento necessário da reestruturação capitalista nos USA, decisivo no processo de subordinação do trabalho ao capital ele foi um momento privilegiado de construção do novo trabalhador para o Capital, atualização do projeto social capitalista e não apenas uma mera fórmula econômica. No fundamental, como conjunto de medidas de contratendência, ele incorporou – e ampliou – uma nova modalidade de gestão fabril: o taylorismo. A gestão do processo produtivo é a forma condensada da política dos dominantes, porque impõe, no processo de trabalho, a desigualdade real e a impossibilidade da cidadania na esfera do privado. Mais ainda: cria/amplia as condições da desigualdade no todo do corpo social, embora, a desigualdade real apareça como igualdade fetichizada.

No início do século, a experiência americana taylor-fordista tenta a extinção, no território americano, do poder dos sindicatos de ofício. Se na Europa as lutas de classe já tinham integrado, ainda que contraditoriamente, os trabalhadores, na América, aparentemente território virgem em relação àquelas lutas, os sindicatos de ofício ainda controlavam, em boa medida, o processo produtivo. Luta que, diferentemente da cena europeia do século dezanove, encontrava as massas americanas em estado bruto e era sobredeterminada pela questão dos negros e de outras nacionalidades e culturas. A racionalização da produção passava, portanto, pela luta contra a “propriedade do ofício”, pelo que a ideologia capitalista chamou de “liberdade industrial”. A quebra de um tipo de sindicato, que era a expressão corporativa da propriedade dos ofícios qualificados, era uma necessidade vital para o capitalismo americano. O taylor-fordismo foi a tentativa largamente exitosa, de subordinar aqueles sindicatos à disciplina do Capital, de criar o operário-massa.

A experiência taylorista foi a forma da subsunção real do trabalho ao capital de forma ainda mais completa praticada no início do século XX. O fordismo como conjunto de medidas de contratendência, incorporou uma nova modalidade de gestão fabril. O taylorismo foi o instrumento da criação de uma disciplina operária através da perda, por parte dos trabalhadores, da sua sub-

jetividade classista: os trabalhadores deveriam abrir mão do controle que possuíam sobre a produção e passar a executar o trabalho a partir da objetividade do capital, centrada na reconstrução das lógicas operativas. À quebra dos sindicatos, forçada pela coerção, pelos métodos policiais, se acrescentou a imposição de uma nova subjetividade.

Essa combinação exigia a objetividade do capital centrada na eliminação das porosidades do sistema e na reconstrução das lógicas operativas. O americanismo (fordismo + taylorismo) veio não apenas para quebrar a resistência dos trabalhadores, mas para ser o laboratório das novas experiências de subordinação do trabalho ao capital.

Taylor, ex-operário, pensou a eliminação radical dos tempos mortos na produção, as famosas porosidades do sistema produtivo. E o fez, na perspectiva de eliminar a capacidade operária de resistir, de lutar pela autonomia classista. Ford introduziu um controle ideológico ainda maior sobre o Trabalho traduzido pelo controle da sexualidade, da composição da família, passando pelo patriotismo e a religião. A família deixou de ser o elemento socializador básico, função que passa à fábrica. As formas familiares, os tempos e os gestos, a sexualidade, a convivência disciplinada, tudo isso passou a ter uma grande automaticidade. Algumas das idéias caras ao neoliberalismo têm aqui sua origem: entre outras a possibilidade do sindicato de empresa acoplado com a prática da Família Ford. Assim Trabalho e Vida Pessoal se imbricam fortemente na permanente tentativa de engolfar o conjunto da personalidade do trabalhador. A subordinação é, agora, quase total. Introduce-se, neste processo, tanto a coerção brutal quanto o prêmio (o *"five dollars day"*).

Tenta-se levar o trabalhador ao máximo da desqualificação, fazendo dele o gorila domesticado que Taylor desejava. Esse processo, na realidade, traz uma dupla possibilidade: a limitação maior da possibilidade de uma cidadania dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, sua integração à ordem. Tudo isso articulado pela gestão do trabalho.

Aqui também os trabalhadores enfrentaram o Capital com grandes lutas. Este buscou e conseguiu construir uma nova forma de cidadania, com limites bem marcados. Os trabalhadores, embora sigam resistindo, estão, no fundamental, incorporados à objetividade e à subjetividade do capital. Isso não si-

gnificava que as contradições classistas desapareçam; constituem-se contradições novas e superiores. Vale lembrar que nos Estados Unidos, de então, o processo de formação das classes trabalhadoras ainda era incipiente. Os capitalistas, por isso mesmo, trataram de “educá-las”. Associaram-se o patriotismo, o fervor religioso, uma nova ética profissional; criou-se o *american way of life*¹⁴⁶ e, a um só tempo, uma forma superior de trabalhador para o Capital. O taylor-fordismo buscou eliminar a possibilidade autônoma do trabalhador coletivo porque ela pode propiciar-lhe o seu recusar-se ao capitalismo. E, até mesmo, a possibilidade da construção de um novo bloco histórico, de um novo padrão societário. Daí a necessidade do Taylor-fordismo; *que contrariamente às análises dominantes não é um conjunto de técnicas de gestão e de produção mas, fundamentalmente, um modo de vida*:¹ O americanismo mais do que mera propaganda foi condição de domínio do Capital e ideologia constituidora dessa nova sociabilidade.

Trabalho, Pátria e Família foram (e são) modos da integração dos trabalhadores à Ordem do Capital. Mas, por outro lado, a sua existência como trabalhador coletivo pode, contraditoriamente, propiciar o seu recusar-se ao capitalismo e, daí, a possibilidade da construção de um novo bloco histórico, de um novo padrão societário. Para Gramsci o americanismo se apresentava como processo de diferenciação em relação aos Estados regidos pelo imperialismo. Taylor e Ford buscam alterar o padrão societal. Repensa-se não apenas as práticas fabris mas, e principalmente, suas condições de existência.

A forma americana exigia, desde logo, uma composição demográfica racional, a não existência de “classes numerosas sem uma função essencial no mundo produtivo, (...) classes absolutamente parasitárias”¹⁴⁷ A existência dessas classes, criadas por séculos de lutas, representa, na Europa e, em particular

¹⁴⁶ Faz-se necessário desenvolver e trabalhar o conceito de *modo de vida* que atualiza e dá historicidade aos conceitos de modo de produção e de formação econômico-social. O conceito de modo de vida está em estado prático nas análises de Gramsci e Trostky sobre a constituição seja do americanismo, seja da nascente sociedade soviética.

¹⁴⁷ QC 2141, MPE 377.

na Itália, uma “camada de chumbo”, um enorme contingente populacional cuja função era basicamente política. Elas são “pensionistas da história econômica”¹⁴⁸. A sua inexistência na América é uma das mais fortes caracterizações do ambiente produtivo americano, tornando assim

“relativamente fácil racionalizar a produção e o trabalho, combinando habilmente a força (destruição do sindicalismo operário de base territorial) com a persuasão (altos salários, benefícios sociais diversos, propaganda ideológica e política habilíssimas) (...). A hegemonia nasce da fábrica e não tem necessidade para exercer-se senão de uma quantidade mínima de profissionais intermediários da política e da ideologia”.¹⁴⁹

Vale a pena acentuar que nem sempre a “hegemonia nasce da fábrica”. Isto ocorre quando a força de trabalho é incorporada ao projeto capitalista, como veremos abaixo. Incorporação ativa (convencimento ativo, em especial pela impregnação da nova racionalidade) ou passiva (neutralização das organizações proletárias). A “hegemonia nasce da fábrica” quando há adequação entre racionalidade estatal e racionalidade econômica: esta última torna-se então o horizonte das classes, fazendo-se identificar como o patamar civilizatório. Assim apenas “uma quantidade mínima de profissionais intermediários da política e da ideologia.”¹⁵⁰ É necessária A hegemonia não é apenas um projeto político entre outros mas é o campo do possível, do pensável, do praticável. Ela ocorre quando as produções/práticas se pensam na produção/racionalidade material e é campo de articulação do saber /fazer/sentir/agir.

O americanismo foi, então, a criação de “um novo tipo humano, correspondente ao novo tipo de trabalho e de processo produtivo”¹⁵¹, de uma nova “fase da adaptação psico-física à nova estrutura industrial”¹⁵². Essa adaptação, viabilizada por uma composição demográfica racional, combinou consenso e

¹⁴⁸ *idem.*

¹⁴⁹ QC 2145-6, MPE 381-2).

¹⁵⁰ *idem.*

¹⁵¹ QC 2146, MPE 382.

¹⁵² *idem.*

repressão. Materializou um novo modo de vida. Considerando o seu estado inicial o americanismo ao tempo de Gramsci não conheceu ainda¹⁵³ nenhum desenvolvimento ideológico adversário mais forte que lhe pudesse fazer frente. Aparecia mesmo como “a forma deste tipo de sociedade racionalizada, em que a ‘estrutura’ domina mais imediatamente as superestruturas, e estas são ‘racionalizadas’ (simplificadas e diminuídas de número)”¹⁵⁴.

Falamos de criação de um novo nexos psico-físico, de um novo tipo de trabalhador. Fabricar o novo trabalhador supõe a criação de um novo homem.. Processo, sem dúvida alguma, violento: o da gestação de uma nova classe trabalhadora e de uma nova cultura.¹⁵⁵. E, ao mesmo tempo, a tentativa de destruição de uma personalidade histórica antagônica.

Racionalizar a produção significa racionalizar o modo de viver: “os novos métodos de trabalho são indissolúveis de um determinado modo de viver, de pensar e de sentir a vida: não se podem obter sucessos em um campo sem obter resultados tangíveis no outro.”¹⁵⁶ Racionalizar a relação corpo-mente, redefinir o erótico, a sexualidade: disciplinar o gasto das energias físicas e mentais fora do espaço fabril, para preservá-las para a realização do trabalho. Ampliar para a sociedade o campo da disciplina da fábrica.

“Na América, a racionalização do trabalho e o proibicionismo estão conectados indubitavelmente: as pesquisas dos industriais sobre a vida íntima dos operários, os serviços de inspeção criados por algumas empresas para controlar a ‘moralidade’ dos operários são necessidades do novo método de trabalho. Quem risse dessas tentativas (ainda se fali-

¹⁵³ Gramsci se referia ao período anterior a 1930.

¹⁵⁴ *idem.* Grifo nosso.

¹⁵⁵ “Até agora todas as mutações do modo de ser e de viver ocorreram por coerções brutais, isto é, através do domínio de um grupo social sobre todas as forças produtivas da sociedade: a seleção ou ‘educação’ do homem adaptado aos novos tipos de civilização, isto é, às novas formas de produção e de trabalho, ocorreu com o emprego de brutalidades inauditas, lançando no inferno das subclasses os débeis e os refratários, eliminando-os do todo. A cada advento de novos tipos de civilização, ou no curso do processo de desenvolvimento, existiram crises.” (2161, MPE 393)

¹⁵⁶ QC 2164, MPE 396.

das) e visse nisso apenas uma manifestação hipócrita de ‘puritanismo’, se negaria toda possibilidade de compreender a importância, o significado e o alcance objetivo do fenômeno americano, que é mesmo o maior esforço coletivo verificado até agora para criar com rapidez inaudita e com uma consciência de finalidade jamais vista na história, um novo tipo de trabalhador e de homem”.¹⁵⁷

A simples “urbanização” de uma população (isto vale fortemente para a análise da constituição da classe trabalhadora na União Soviética, por exemplo) implica esforços inauditos como a compreensão de todo o imenso mundo de valores e significações urbanas, que deve ser apreendido com fulminante rapidez. Altera os próprios ritmos biológicos. As esferas de lealdade e solidariedade secularmente construídas são pulverizadas. As cabeças dessas pessoas vivem permanente um redemoinho. A religião e o “patriotismo” – forma específica de concreção da forma estatal nos indivíduos – acabam por ser elementos de continuidade nesta brutal descontinuidade. Viver e atuar com novas dimensões, quando as antigas ainda estão fortemente enraizadas: este é, em suma, o desafio ao qual esses novos trabalhadores estão submetidos e ao qual não podem escapar. Construção de uma nova personalidade, radicalmente distinta da anterior. Criação e generalização do novo homem, do homem-massa, do homem-coletivo.

Esse complexo conjunto de redefinições implica, portanto, a construção de um novo trabalhador que deve maximizar “as atitudes maquinais e automáticas”¹⁵⁸, minimizar os gestos desnecessários, eliminar a porosidade do processo fabril e, para tanto, é preciso despedaçar

“o velho nexos psico-físico do trabalho profissional qualificado, que exigia uma certa participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador, e reduzir as operações produtivas apenas ao aspecto físico maquinal”.¹⁵⁹

¹⁵⁷ QC 2164-5, *idem*. Grifo nosso.

¹⁵⁸ QC 2165, MPE 397.

¹⁵⁹ *idem*.

A quebra desse nexó psíco-físico implica aquilo que Taylor chama cinicamente de gorila amestrado, “fase mais recente de um longo processo que se iniciou com o nascimento do próprio industrialismo,

“fase que é apenas mais intensa que as precedentes e se manifesta em formas mais brutais, mas que será todavia superada com a criação de um novo nexó psíco-físico de um tipo diferente dos precedentes e indubitavelmente de um tipo superior. Ocorrerá inelutavelmente uma seleção forçada, uma parte da velha classe trabalhadora será desapiedadamente eliminada do mundo do trabalho e talvez do mundo *tout court*”.¹⁶⁰

Regulação do instinto sexual e fortalecimento da família: estas não são posturas moralizantes ou hipócritas,

“a verdade é que não pode desenvolver-se o novo tipo de homem requerido pela racionalização da produção e do trabalho, até que o instinto sexual não esteja regulado de acordo, não tenha sido também ele racionalizado”¹⁶¹.

A estabilidade operária (familiar, sexual, etc.) passa a ser condição essencial de eficácia no trabalho. O “desregramento” sexual, o alcoolismo e, diríamos hoje, as drogas interessam fundamentalmente como condição de racionalização da produção e não apenas do ponto de vista moral.¹⁶²

“As iniciativas ‘puritanas’ têm apenas a finalidade de conservar, fora do trabalho, um certo equilíbrio psíco-físico que impeça o colapso fisiológico do trabalhador, espremido pelo novo método de produção. Esse novo equilíbrio não pode ser senão puramente exterior e mecânico, mas pode tornar-se interior se ele for proposto pelo próprio trabalhador

¹⁶⁰ *idem.*

¹⁶¹ QC 2150, MPE 392.

¹⁶² “Este complexo de compressões e coerções diretas e indiretas exercida sobre a massa obter indubitavelmente resultados e surgir uma nova forma de união sexual da qual a monogamia e a estabilidade relativa parecem dever ser o traço característico e fundamental” (QC 2167-8, MPE 399).

e não imposto de fora, com uma nova forma de sociedade, com meios apropriados e originais. O industrial americano se preocupa em manter a continuidade da eficiência física do trabalhador, da sua eficiência muscular-nervosa: é seu interesse ter um operariado estável, um complexo confiável permanentemente, porque mesmo o complexo humano (o trabalhador coletivo) de uma empresa é uma máquina que não deve ser freqüentemente desmontada e renovada nas suas partes individuais sem perdas ingentes”¹⁶³.

Trata-se assim da construção de uma nova socialização que rompe com as formas anteriores de socialização baseadas na família e, de agora em diante, centralizadas pela estrutura produtiva.

A afirmação feita por Gramsci, segundo a qual esse novo equilíbrio para ser eficiente ter que ser vivido como interioridade, “proposto pelo próprio trabalhador e não imposto de fora” demonstra seguramente a importância tanto do reforço do puritanismo quanto do seu sucedâneo laico o americanismo, religião da pátria, do bom cidadão. Interioridade que significa, em última instância, a absorção subjetiva dessa objetivação social. Significa assim a introjeção da hegemonia: o atuar segundo normas conformes a esse ambiente produtivo. Essa interioridade é o índice da hegemonia em processo.

Para tal se exigia “uma luta contínua contra o elemento ‘animalidade’ do homem, um processo freqüentemente doloroso e sangrento, de subjugação dos instintos (naturais, isto é, animais e primitivos) a cada vez novas, mais complexas e rígidas normas e hábitos de ordem, de exatidão, de precisão que tornam possível as formas cada vez mais complexas de vida coletiva que são a consequência necessária do desenvolvimento do industrialismo”¹⁶⁴.

O *american way of life* é a forma que assume esse novo modo de ser, necessário ao novo ambiente produtivo: é a elevação do trabalhador ao máximo de mecanicidade, diante da qual a humanidade e espiritualidade do trabalhador, existente ainda no período do artesanato, deve ceder: “precisamente contra

¹⁶³ QC 2166, MPE 397-8. Grifo nosso.

¹⁶⁴ QC 2060-1, MPE 393.

este 'humanismo' luta o novo industrialismo"¹⁶⁵. O trabalhador tem que ser desqualificado ao máximo, tornado desnecessário e, portanto, intercambiável. Faz-se necessário introduzir, ainda que apenas como simples anúncio, o debate sobre a questão da qualificação. Para nossa finalidade estaremos distinguindo adestramento de qualificação no preciso sentido de que sob o capitalismo a qualificação é (por mais sofisticada que apareça) uma forma de adestramento. Estaremos reservando a noção de qualificação para designar a qualificação para o Trabalho e não para o Capital. Aqui claramente se diferenciam o americanismo do projeto (não realizado) de construção de uma nova classe trabalhadora soviética. Esta última não necessitava lutar contra a "humanidade e espiritualidade do trabalhador", nega-las, mas construir uma nova significação para essas humanidade e espiritualidade.

Altos salários, regulação sexual, estabilidade familiar, construção do corpo e da afetividade operárias, peças de uma nova tentativa de hegemonia. A um só tempo fundamentais para a atividade econômica e a constituição de uma nova eticidade:

"o alto salário tem dois gumes: é necessário que o trabalhador gaste 'racionalmente' os tostões mais abundantes, para manter, renovar e possivelmente para acrescer a sua eficiência muscular-nervosa, não para destruí-la ou corroê-la"¹⁶⁶.

O americanismo realiza a afirmação do Manifesto do Partido Comunista: o capitalismo acaba com a família como elemento socializador fundamental. O mundo fabril e seus aparelhos passam a centralizar essa socialização.

Diante dessa plataforma política de exclusão-inclusão resta saber, contudo, se essa tendência à mecanicidade é inelutável, se o gorila amestrado será necessariamente o destino último do trabalhador.

"Quando o processo de adaptação ocorreu, verifica-se que, na realidade, o cérebro do operário, ao invés de mumificar-se, atingiu um estado de

¹⁶⁵ QC 2165-6, MPE 397.

¹⁶⁶ QC 2166, MPE 398.

completa liberdade. Mecanizou-se completamente apenas o gesto físico; a memória dos ofícios, reduzida a gestos simples repetidos com ritmo intenso se ‘aninhou’ nos feixes musculares e nervosos, deixando o cérebro livre para outras ocupações”¹⁶⁷.

A percepção desse processo é claramente acusada pelos próprios mentores da nova forma e aparece indicado pelas iniciativas “educativas” registradas nas obras de Ford e Philip.

Outro conjunto de questões relativas ao americanismo refere-se a possibilidade ou não de ser absorvido e praticado por outros países capitalistas e chegar a ser a forma geral da dominação burguesa:

“o problema não é se na América exista uma nova civilização, uma nova cultura (...) e se elas estão invadindo ou já invadiram a Europa. (...) O problema é (...) se a América, com o peso implacável de sua produção econômica, (isto é, indiretamente) obrigará ou está obrigando a Europa a uma modificação das suas bases econômico-sociais muito antiquadas, que se tivesse acontecido o mesmo, mas com ritmo lento e que imediatamente se apresentava ao invés como contragolpe da ‘prepotência’ americana, isto é, se se está verificando uma transformação das bases materiais da civilização européia, que a longo prazo (e não muito longo, porque no período atual tudo é muito mais rápido que nos períodos passados) levará a uma derrubada da forma de civilização existente e ao nascimento forçado de uma nova civilização”¹⁶⁸.

Limite objetivo para esse processo é a própria estrutura de classes. O fordismo

“requer um ambiente dado, uma dada estrutura social (ou a vontade decidida de criá-la) e um certo tipo de Estado (...), liberal, não no sentido do liberalismo alfandegário ou da liberdade política efetiva, mas no sentido mais fundamental da livre-iniciativa e do individualismo econômico que atinge com meios próprios, como ‘sociedade civil’, pelo pró-

¹⁶⁷ QC 2170-1, MPE 404.

¹⁶⁸ QC 2178-9, MPE 411.

prio desenvolvimento histórico, ao regime da concentração industrial e do monopólio”¹⁶⁹.

Gramsci falando do processo do americanismo afirmou, como vimos que ocorrerá “inelutavelmente uma seleção forçada, uma parte da velha classe trabalhadora será desapiedadamente eliminada do mundo do trabalho e talvez do mundo *tout court*”¹⁷⁰. Impiedosa na análise, a afirmação gramsciana antecipa em mais de quatro décadas todo um debate ideológico sobre “o adeus ao proletariado”. Gramsci aponta aqui com clareza que o processo de construção do trabalhador coletivo, do homem-massa, estava sendo realizado. Lembremos: trata-se da “fase mais recente de um longo processo que se iniciou com o nascimento do próprio industrialismo”. Os processos fordista e taylorista nada mais fizeram do que ampliar o processo de desqualificação do trabalho já anteriormente iniciado.

A crise do capitalismo e as transformações na Ordem do Capital

Paralelamente à experiência socialista, o Capitalismo viveu sua mais importante crise: a dos anos 30. Crise orgânica do Capital, ela viabilizou/tornou necessário um conjunto de medidas de contratendência que tratou de conduzir/reconduzir as classes trabalhadoras ao leito econômico-corporativo; implicou, ao mesmo tempo, na crise das formas estatais capitalistas, cristalizou-se na constituição de um bloco social que negava a forma clássica da sociabilidade capitalista e fez com que, no seu próprio campo, suas regras básicas de cidadania, de legalidade e legitimidade, fossem colocadas em dúvida (ver o nazismo, o fascismo e outras formas ditatoriais). O capitalismo utilizou sem nenhum pudor ou constrangimento o nazismo e o fascismo como formas legítimas de imposição do seu projeto, de sua racionalidade. O fórceps fascista fez o

¹⁶⁹ QC 2157, MPE 388.

¹⁷⁰ QC 2165, MPE 397. Grifo nosso.

parto do capitalismo fordista nas velhas economias européias. Embora isso possa chocar às belas almas, tanto o fascismo quanto a social democracia foram vitais para a reconstrução do capitalismo.¹⁷¹

Na mesma processualidade a agitação e mobilização das massas trabalhadoras levaram à constituição seja do *New Deal* seja, no pós-guerra, do *Welfare state*. Passada a época nazi-fascista, a maior parte da Europa viveu uma era de “social-democratização”. Para impedir que a chamada experiência socialista conseguisse ampliar sua esfera de influência era necessário antecipar-se à ela. Os Estados Unidos acabaram por reconstruir os países capitalistas derrotados através do Plano Marshall, com capitais a fundo perdido, permitindo aos inimigos – agora aliados – subtrair-se à qualquer possibilidade de serem submetidos por forças sociais comandadas pelos comunistas, ex-aliados, agora inimigos. Face à alternativa russa, fortíssima no imaginário dos trabalhadores¹⁷², os capitalistas de todo o mundo uniram-se. De adversários da véspera à aliados do momento: tudo valia contra o espectro vermelho. Não foi o bastante. Tudo isto concomitantemente ao desenvolvimento do taylor-fordismo.

Para fazer face a essa crise, o capitalismo (seus intelectuais orgânicos, seus práticos) procuraram reconstruir-se como o único horizonte possível. Para tal gestou-se uma experiência combinando keynesianismo e *Welfare state*.¹⁷³ “único ordenamento sócio-político que, na ordem do capital, visou expressamente compatibilizar a dinâmica da acumulação e da valorização capitalista com a

¹⁷¹ Obviamente não estamos trabalhando aqui com a idéia estalinista da social-democracia como social-fascismo. Concepção essa que colocou, na Alemanha, face a face, os minoritários comunistas contra os majoritários social democratas. E que favoreceu o avanço do nazismo. Correspondia, contudo, ao fortalecimento do terreno da tática classe X classe (dos anos 30).

¹⁷² Estes ainda majoritariamente a acreditavam soviética, embora o estalinismo já tivesse sepultado essa experiência desde duas décadas atrás.

¹⁷³ A ampliação/redução dos direitos sociais está associada às formas da acumulação. Hoje, sob o momento neoliberal, aos capitalistas não é permitido esse “luxo” e, planetariamente, trata-se de retirar direitos que garantiram ao capitalismo os seus “anos gloriosos”.

garantia de direitos políticos e sociais mínimos”¹⁷⁴. Foi necessário ir além e constituir-se formas combinadas de liberalismo e de social-democracia. Sindicatos e partidos de esquerda (nem todos, é bom que se diga) se associaram ao capitalismo na busca de uma estabilidade que garantisse a “parceria antagônica”. criando assim um pacto despolitizante, que acabou por fortalecer as lutas corporativas.

Emergiu o chamado compromisso fordista: o pacto social em escala mundial. Esta foi a estratégia assumida pelos capitalistas e seu Estado, em alguns países, para buscar a fidelidade das massas, legitimando assim a ordem burguesa. Aqui a contradição atinge o limite. Os trabalhadores em troca da garantia de empregos, melhores salários e condições mais adequadas de vida, acabaram por “aceitar” os lucros do capital. Os capitalistas não se preocupavam com altos salários, desde que, obviamente, as centrais sindicais não tentassem limitar a acumulação e os lucros dos capitalistas. Obviamente em termos imediatos os trabalhadores, por sua luta, obtiveram fortes melhorias, mas ao preço da incorporação dos operários, novamente e de forma superior, objetiva e subjetivamente, à racionalidade capitalista. Tendo abandonado qualquer pretensão revolucionária a maioria dos trabalhadores viviam a plenitude de um sindicalismo de resultados, criatura típica da Ordem do Capital. A resposta social-democrática, consolidada pelo *Welfare state*, acabou por fortalecer as lutas corporativas em detrimento da socialização da política.

O Estado do Bem Estar expressou o período conhecido como “os anos gloriosos” do capitalismo. Compromisso que podemos sintetizar, em linhas muito genéricas, como sendo a interação ativa de capitalistas e trabalhadores. Esse estado conviveu com o surgimento do desemprego estrutural e a ampliação da precarização do trabalho. Não pode, de forma alguma, ser identificado à política de pleno emprego. Esse compromisso foi uma espécie de reformismo burguês. Cabe aqui lembrar a síntese gramsciana segundo a qual o reformismo é a “política dos bons tempos”. Referimo-nos, é claro, ao setor mais organizado das classes trabalhadoras e que estavam ligados ao coração do capitalismo.

¹⁷⁴ José Paulo Netto, *Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal*, p. 68.

Estalinismo: a miséria crítica

Examinando a proposta socialista, Weber afirmava tanto a inevitável burocratização do socialismo quanto a capacidade dessa burocratização de integrar e despolitizar o projeto socialista. O economicismo e a ditadura estalinista contribuíram enormemente para que tal afirmação ganhasse foros de verdade.¹⁷⁵ Afirmava mais: não era necessário reprimir os socialistas nos países capitalistas. Eles seriam engolfados e aprisionados pela institucionalidade burguesa.

O economicismo combinado com a ausência de democracia interna levou, como Gramsci já salientara, à “ausência de uma democracia real, de uma real vontade coletiva nacional”¹⁷⁶, à passividade dos indivíduos e ao “despotismo mais ou menos larvar da burocracia”¹⁷⁷. O que se faziam necessárias eram as críticas e autocriticas reais para o permanente trabalho de construção de um projeto que deseja a construção do novo bloco histórico. Quando a vulgata da filosofia da práxis assume a forma de religião, não mais como expressão de um grupo subalterno, mas de um grupo que já é dirigente, esse fatalismo leva necessariamente à permanente subalternidade, à permanente possibilidade de derrota e, o que é mais grave, ao isolamento no interior das classes trabalhadoras.

Em um processo de transformação revolucionária, o mecanicismo tende a absolutizar os interesses imediatos sem analisar a relação de forças, não distingue os aliados, nem compreende seus projetos. Corre, portanto, o risco de não perceber que a

“hegemonia pressupõe, indubitavelmente, que se levem em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa, mas é também indubitável que tais compromissos e sacrifícios não possam

¹⁷⁵ Não se trata nem de “culto à personalidade” nem de demonização da política. Estalinismo é, aqui, um nome coletivo e refere-se, sempre e necessariamente, à ditadura da burocracia.

¹⁷⁶ QC, p.750-1, IOC, p. 168.

¹⁷⁷ Idem, p. 751, *idem*. Grifo nosso.

referir-se ao essencial, dado que se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser econômica, não pode deixar de ter o seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica”.¹⁷⁸

O campo da hegemonia não é apenas o da luta política, mas também o da teoria.

A postura economicista no espaço soviético foi contemporâneo a dois momentos de crise no movimento socialista internacional. Por um lado, o regime dito comunista foi isolado e cercado; por outro, a ideologia do “socialismo em um só país” não apenas permitiu a centralização do poder burocrático na URSS, com a eliminação praticamente de toda resistência operária interna, inviabilizando, assim, qualquer possibilidade democrática, mas recusava, também, e fundamentalmente, a colocação da atualidade da revolução no resto do planeta. Isto ocorria no momento mesmo de maior fragilidade relativa do Capitalismo. Criavam-se, portanto, condições muito particulares para o desenvolvimento de uma economia que tendo a forma do planejamento central e a aparência do socialismo, não realizou, efetivamente, a socialização das forças produtivas mas, apenas, sua estatização. Com isso reforçava-se o domínio burocrático e o não atendimento às necessidades básicas da população.

O dogmatismo economicista (seus teóricos e seus práticos) foi capaz de fabricar um regime onde a socialização das forças produtivas foi interdita, onde a democracia socialista não teve vigência. E, assim procedendo, criou-se o campo da barbárie burocrática. Neutralizou-se não apenas a possibilidade da liberdade, mas, e fundamentalmente, se inviabilizou a própria construção de formas distintas de materialidade e subjetividade históricas, ou seja, de uma nova racionalidade. Suprimidas as liberdades e potencializada a ação estatal, o que se produziu foi uma classe operária sem tradições de luta e administrada pela burocracia. Lenin e Trotsky, entre outros, foram derrotados por Stalin. E com eles, toda a humanidade.

Apesar de os partidos comunistas de matriz estalinista manterem, a nível internacional, o monopólio ideológico das lutas anticapitalistas, eles eram cla-

¹⁷⁸ Idem, p. 1591, MPE, p. 33.

ramente minoritários no interior das sociedades capitalistas¹⁷⁹. Por um lado, os PCs estavam isolados e neutralizados, por outro os partidos social-democratas trilhavam o caminho da integração capitalista. Vítimas do dogmatismo e do sectarismo do PCUS – coordenador internacional da luta comunista – os comunistas entraram em choque, na maioria das sociedades européias, com os socialdemocratas.

A teoria do social-imperialismo impedia a unidade concreta na luta. Mais do que isso: os PCs, na década de 30, atacavam mais aos social-democratas que aos próprios nazi-fascistas. Não tinham condições de estar em contato ativo com o operariado (salvo com aqueles operários que já eram seus militantes). Nestes países, após a derrota do nazi-fascismo, o domínio dos partidos social-democratas começa a crescer. Estavam dadas as condições da futura “crise do socialismo”. A não realização, concreta e efetiva, de uma nova forma de sociabilidade fez com que, progressivamente, o capitalismo apesar de suas crises conseguisse ultrapassar a maré montante dos movimentos revolucionários, de libertação nacional, dos jovens, dos diversos grupos étnicos, das mulheres, dos estudantes, etc.

O chamado socialismo real ficou, lenta, gradual e irrestritamente, refém do economicismo e vítima do voluntarismo politicista. A experiência russa não foi capaz de vencer a crise internacional dos anos 70 e 80 e se tornou impotente para sair da armadilha, da servidão, em que voluntariamente se colocou. Preso à uma teoria da planificação, negadora da subjetividade e da práxis das classes subalternas, sequer pôde permanecer “socialista”. O economicismo triunfou ainda uma vez: os teóricos russos passaram a afirmar a existência da ciência como força produtiva essencial, vale dizer, substituta, teórica e praticamente, das classes e das suas lutas. Incapazes de fazer a democracia emancipadora, não tem outra saída senão a de... uma nova “revolução” científico-tecnológica despolitizada e despolitizante. Passam, então, a usar os mesmos remédios do capitalismo. A aceitação da neutralidade da técnica e a banaliza-

¹⁷⁹ É importante observar que esse monopólio estalinista foi criado a partir da destruição política – e pela eliminação física, – dos seus opositores. Sobre isto é ilustrativo o conjunto dos Processos de Moscou.

ção/esterilização da teoria marxista, permitiu-lhes a integração passiva, quando não abertamente ativa, à ordem do Capital.

O resultado não foi a solução da crise, mas, pelo contrário, sua ampliação. Ela foi, sem dúvida alguma, a “derrocada de um padrão societário que identificou sumariamente socialização com estatização, que colonizou a sociedade civil mediante a hipertrofia do Estado e partido fusionados, que intentou articular direitos sociais sobre a quase inexistência de direitos civis e políticos”.¹⁸⁰ Engels disse, de forma rústica, que a prova do pudim é comê-lo. A prova da “nova” revolução, a científico-tecnológica, foi feita nos limites histórico-concretos da realidade russa.¹⁸¹ E não se alegue o atraso da ciência russa.

Os problemas políticos se agravaram, os econômicos não foram resolvidos. Às antigas deficiências político-econômicas se acrescentaram novas exigências cada vez mais particularistas e mercantilizadas. Explodiu-se a estrutura do sistema russo. As formas mercantis acabaram por liquidar as possibilidades de estruturação democrática. Os velhos mandarins, a *nomenclatura*, se transformaram nos novos capitalistas.

A situação econômica dos países do leste europeu mostra, com tudo o que isso significa, que a produção diminuiu perigosamente e o desemprego é imenso. Apenas como exemplo, do início de 1990 a março de 1992, nos países da Europa Oriental, o número de desempregados saltou de 100 mil para 4 milhões, metade dos quais no setor industrial. 80% desses desempregados foram produzidos pela privatização das estatais. Os outros 20% foram devidos à impossibilidade do mercado absorver essa força de trabalho.

No plano político, vemos a tradução dessa racionalidade capitalista. Na Rússia, Yeltsin assumiu abertamente poderes ditatoriais ao bombardear e anular o Parlamento, ao desfibrar a Corte Constitucional, ao aplicar a censura à imprensa e passar para a ilegalidade todos os grupos que se opõem ao seu projeto. A gravidade da situação russa e sua defesa obstinada pelas grandes

¹⁸⁰ Netto, *op. cit.*, p. 67. A idéia de colonização da sociedade civil mereceria uma análise que, infelizmente, não cabe nos limites deste texto.

¹⁸¹ Falamos em russa apesar da entidade estatal se chamar União Soviética tendo em vista que nada mais longe do soviétismo que a experiência vivida sob o “socialismo” real.

potências capitalistas foi, e é, de um enorme valor educativo. Essas potências viram em Yeltsin o portador não apenas da modernidade, da implementação da racionalidade capitalista com todo o cortejo de destruições que lhe é típico. E, também, o que é mais grave e revelador, da “democracia” controlada pelo Kremlin. Pouco a pouco a Comunidade dos Estados Independentes (CEI) foi se esfacelando e apenas à custa da intervenção militar, contra os que desejam ampliar o seu espaço de autonomia, se conseguiu manter uma aparência de unidade.

O que menos importa para as potências capitalistas é como vive a maioria da população. A miséria cresceu rapidamente: nas repúblicas da CEI, só em 1991, a produção líquida caiu 15% e o PNB caiu cerca de 17%. Mais do que a ação dos remanescentes comunistas e dos ultra-nacionalistas, este quadro permite entender a intervenção ditatorial de Yeltsin. Refém dos militares e dos países capitalistas hegemônicos, Yeltsin só consegue exercer o domínio (vide o momento exemplar da luta contra a Tchetchênia) pela subordinação ampla, geral e irrestrita ao neoliberalismo.

Os problemas sociais se multiplicaram. A fome, a miséria, a criminalidade, as drogas, a máfia e, por último, mas não menos importante, a brutalidade fascistóide se impuseram. O fascínio das novas tecnologias progressivamente deu lugar ao pânico: a destruição de todo um conjunto das classes subalternas. O antigo “Estado de todo o povo”, como Krutschev gostava de falar, revelou-se, após quatro décadas desta afirmação, um capitalismo altamente excludente.¹⁸² O velho Tzar é, hoje, o “novo” capitalismo.¹⁸³

¹⁸² Em uma das últimas cenas de *L'Aveu* vemos algo muito revelador. O filme se refere, como sabemos, aos julgamentos estalinistas na Tchecoslováquia. Durante a ocupação daquele país pelas tropas russas para por fim à *Primavera de Praga* vemos populares picharem os muros. Uma dessas pichações é sintomática: *Acorda Lenin! Eles enlouqueceram!*

¹⁸³ Exemplo típico dessa recriação do capitalismo foi o procedimento da imprensa “independente” russa nas eleições de 1996. Para evitar de correr o risco de viver novamente a “mesma situação” que vivera sob o “socialismo” real essa imprensa foi da mais brutal parcialidade pró-Yeltsin. E isto é uma confissão da própria imprensa russa e não uma interpretação interessada.

Antes mesmo de que a crise se tornasse visível, tentou-se a famosa solução euro-comunista. “Democratas” de ocasião procederam muitas vezes à eliminação do nome Comunista dos seus partidos, negaram formalmente a famosa “ditadura do proletariado”, sem que com isso alteram-se no fundamental suas práticas burocráticas. E ficaram, mais e mais, prisioneiros dos liberais, dos capitalistas.

O economicismo e o reformismo: o caminho da derrota

O processo da revolução russa concretizou, durante décadas, no ideário e nas práticas das classes trabalhadoras a alternativa ao capitalismo. Obviamente não cabe nos limites deste texto a análise do que foi a experiência russa. Esse processo revolucionário foi, contudo, abortado. Depois de várias décadas de confusão entre processo histórico russo e socialismo, um sem número de direções e organizações de esquerda, de diversas matizes, acabaram por fazer um giro de 180° graus e passaram a afirmar, com a mesma certeza e dogmatismo anteriores, justo o contrário, sem dar-se conta da operação ideológica que “sustenta” essa mudança de “análise” e de práticas. A partir daí, a maior parte das esquerdas vêm proclamando a impossibilidade de uma alternativa real ao capitalismo e construindo suas táticas e estratégias a partir dessa constatação há pelo menos uma década. Como as esquerdas em escala internacional, em especial o Partido Comunista da União Soviética, baseavam suas análises sobre o socialismo a partir da identificação entre socialismo e estatismo e, ao mesmo tempo, se recusavam a colocar a questão específica da socialização das forças produtivas o discurso majoritário por elas produzido – e suas práticas correlatas – traduziu-se em uma análise determinista de tipo economicista. Esta “análise” rebaixava o nível da teoria e das práticas à luta pela obtenção de medidas que permitissem às classes trabalhadoras, em especial ao operário fabril, uma melhor condição material de vida. Decorrente daí, ficava, em especial, para os social-democratas a suposição de que era possível realizar essas conquistas no plano da democracia formal de tipo liberal e, para os partidos co-

munistas, a de que socialismo e planificação eram um único e solidário corpo. A industrialização passava a ser a solução mágica. As sociedades industriais apareciam, assim, como um território indiferenciado (forma primeira do debate sobre a sociedade pós industrial). Suprimia-se, deste modo, a possibilidade da constituição de uma nova forma societária; reforçava-se o capitalismo como horizonte político-ideológico a ser vivido pelas classes trabalhadoras.

Majoritariamente as esquerdas não se colocavam a pergunta sobre as condições reais do seu “novo” projeto e acabaram por institucionalizar a luta dos trabalhadores através de uma postura aliancista *a priori*. Em nome de um acúmulo de forças, necessário, buscavam em outra classe (a burguesia nacional progressista) a direção real e incontestada do processo de “libertação” das forças produtivas. Na realidade trabalhavam – no mais das vezes inconscientemente – com a idéia segundo a qual o imperialismo era uma anomalia e, dentro dele, seria possível a constituição de uma sociedade moderna, democrática, autônoma. Ou seja, afirmavam que essa transição poderia ser encaminhada nas formas vigentes do capitalismo tornando-se, assim, prisioneiras umbilicalmente daquele, atrelando a ele as classes trabalhadoras e decapitando suas possibilidades reais de libertação. Impediam, pois, a constituição da identidade destas classes, limitavam seus projetos, ajudavam a perpetuar aquele que em teoria, era seu “inimigo”. Suas ações eram, portanto, pautadas, agendadas pelo inimigo de classe.

A raiz desse problema radica na ausência, pelas forças de esquerda, da compreensão real do processo do capitalismo. “Lendo” *O Capital*, de forma muito particular (quando o faziam), os setores majoritários das esquerdas reduziam o modo de produção capitalista à produção de mercadorias. Assumiram a hipótese de que, dada a produção, a questão central se deslocava para o campo da circulação, do consumo, consubstanciando assim uma visão “distributivista de esquerda”. Confundiam-se conquistas materiais com a própria centralidade da luta e do projeto. Enquadravam-se, assim, as reformas necessárias para a transformação social com uma direção reformista da luta. Subalternizava-se a estratégia à tática, confundindo-se o possível com o necessário¹⁸⁴

¹⁸⁴ A ilustração máxima dessa forma de intervenção é o papel desempenhado pela social-democracia alemã na gerência da crise capitalista e na administração política do *Welfare state*.¹⁸⁴

Passavam, repito, a responder à uma agenda que não era a sua e sim a do capitalismo em todos os níveis de intervenção social.

Obviamente essas esquerdas continuavam a falar das classes e da sua desigualdade sob o capitalismo, mas era uma fala mutilada do antagonismo classista, pois essa política não implicava em questionar tão somente as formas de distribuição e consumo e não a Ordem do Capital. Não podiam, portanto, colocar a destruição da ordem capitalista como projeto estratégico.

Vitória do Capitalismo?

O capitalismo aparece hoje como o grande vitorioso, hegemônico e coveiro do socialismo. A história do século XX registrou um conflito entre duas formas de racionalidade classistas. A nova situação criada com a desagregação dos chamados regimes socialistas (do socialismo realmente inexistente), nega, temporariamente, à humanidade uma alternativa: a da racionalidade socialista. A auto-propagada vitória do capitalismo é uma aparência necessária: ela se constitui em um poderoso elemento político ao permitir eludir o caráter de classe das opções econômico-políticas. Tenta-se passar a imagem segundo a qual modernidade, avanço científico, avanço político (“democrático”) são um mesmo e único processo, uma realidade contra a qual, dizem, não se pode lutar: o capitalismo é a história natural da humanidade.

Agora, contudo, quando o capitalismo aparece solitário na cena, sem adversário explícito, de fundo, de peso, podemos examinar bem de perto o caráter de sua “vitória”. Onde o capitalismo venceu? Onde ele implementou a plena liberdade? Responder essas questões é descobrir o velho segredo de Polichinelo: a imensa maioria dos países capitalistas vive em condições muito aquém das promessas do “paraíso do mercado”. E pior, muito pior, que antes. A maioria deles permanece em posição de subalternidade econômica e política, sem ter poder para decidir o seu próprio destino. Não conseguem resolver as condições de saúde e de educação, sequer as necessidades alimentares mí-

nimas. Mesmo em países como os Estados Unidos, encontramos inúmeras regiões de ampla miséria.

A crise geral dos anos 70 e 80 rompeu o compromisso do Estado de Bem Estar Social. Na resposta à esta crise, caracterizada de forma multifacetada pelos diversos movimentos em luta, o capitalismo, face ao desmonte objetivo das experiências ditas socialistas, reciclou-se muito mais rapidamente. Ele necessitou livrar-se das grandes conquistas sociais que fora obrigado a aceitar face ao avanço da alternativa socialista, articulando e pondo em cena a passivização da Ordem do Capital: Trata-se da revolução passiva como conjunto de medidas de contratendência e articulação da “nova”/velha institucionalidade. O neoliberalismo e a reestruturação produtiva são suas estratégias e constituem uma unidade indissolúvel, uma mesma processualidade.

Os capitalistas, “liberam-se” de todo e qualquer compromisso com a satisfação das necessidades reais da população e da ampliação da cidadania. Para tal, levaram a extremos a idéia de liberdade do mercado. Têm ainda uma vantagem adicional: os movimentos partidário, sindical e popular que se reivindicam dos trabalhadores estão, também eles, em uma brutal crise.

A crise pós *Welfare state* recoloca a questão das classes subalternas: das formas de suas condições de vida e de participação política. A diferença básica é que, hoje, o movimento partidário, sindical e popular que se reivindica dos trabalhadores está, também ele, em uma brutal crise. Os capitalistas, “superados” os principais obstáculos à sua continuidade, sentindo-se liberados de todo e qualquer compromisso com a satisfação das necessidades reais da população recriam a sua institucionalidade. O capitalismo coloca em questão a concepção de cidadania, ainda que a proclame automaticamente, *ad nauseam*. A “crise do *Welfare state* forneceu-lhe (ao neoliberalismo efd) o combustível para colocar em xeque as funções estatais como indutoras do crescimento e promotora do bem-estar”.¹⁸⁵ Para tal, leva-se ao máximo a idéia de liberdade do mercado.

A necessidade de frear as demandas populares está colocada para o conjunto dos estados capitalistas. Demandas consideradas pelo conjunto da classe

¹⁸⁵ Netto, *op. cit.*, p. 77.

capitalista como criadoras de uma ingovernabilidade tanto econômica, quanto política. De elemento vital à sobrevivência do Capital, a política compensatória do Bem Estar mesmo realizando essa tarefa de neutralização das classes subalternas, é, agora, apresentada como responsável pela crise. O Estado de Bem Estar era, e é, visto pelos teóricos mais reacionários do capitalismo (Hayek especialmente, mas não só) como “submissão ao comunismo”. Os teóricos do neoliberalismo sempre colocaram essa questão com clareza. Face à inflação, a diminuição da sua capacidade de acumular, enfim, às limitações impostas pelo Trabalho na sua luta cotidiana contra o Capital – as lutas de classe na produção -, a estratégia capitalista passa a ser a do “desengessamento” das condições da acumulação. Os neoliberais sustentam a tese de que o preço do trabalho está sobrevalorizado, esterilizando o capital; o poder sindical inibe a liberdade do mercado. É preciso, pois, restaurar o mercado como fonte última e única de qualquer sociabilidade possível.

Sindicatos, partidos e movimentos sociais são considerados, agora, não apenas desnecessários e intoleráveis, mas, fundamentalmente, obstáculos irracionais ao desenvolvimento das novas formas econômicas. Trata-se do ideologicamente chamado “Estado Mínimo”, que é na prática o “Mercado máximo”. O Estado que sempre foi um instrumento de construção das condições de desenvolvimento máximo da classe capitalista é, agora, apontado como o responsável de todas as crises. As mediações que o Estado fizera, normalmente a serviço do capitalismo, são apresentadas, abstrata e mitificadamente, como tendências estatizantes que cerceiam a liberdade dos indivíduos. Esta condenação retórica (mesmo lembrando sua eficácia ideológica) tem a função de ocultar a minimização do Estado em relação às classes trabalhadoras e a sua maximização na sua articulação com a burguesia. Condenando-se “totalmente” ao Estado oculta-se, ainda uma vez, seu caráter de classe. A base da atual euforia capitalista é, ainda uma vez, a repressão, seja salarial, seja política, sobre o conjunto das classes trabalhadoras. Trata-se de reconstruir o nexo governo da política-governo da economia, sob bases ainda mais totalitárias.

O programa de ajuste financeiro do FMI – e sua política monetarista – reduziu a quase nada os países subalternos. O preço foi brutal: desindustrialização, recessão, desemprego. O Chile e a Argentina são bons exemplos. Em

muitos países, as reformas neoliberais permitiram reduzir as astronômicas taxas de inflação para a ordem dos dois dígitos anuais, mas esses mesmos processos de ajuste elevaram milhões de pessoas à miséria. Na América Latina, como nos países do leste europeu, a super-exploração do trabalho e a super-opressão política são irmãs siamesas, necessárias para a realização da acumulação capitalista. Tudo isso sobredeterminado pela chamada modernidade, pela implementação da racionalidade do mercado.

Os próprios países líderes do capitalismo enfrentam crises. Apesar do predomínio das políticas neoliberais não se vê uma retração na participação estatal. Nos Estados Unidos, contudo, a crise não é enfrentada com as mesmas receitas. Lá se fortalece o Estado, amplia-se a sua intervenção. As despesas governamentais passaram na Alemanha de 48 (1978-82) para 48,9% (91-95) e a receita de 45 para 47% do PIB. No mesmo sentido na França, no mesmo período, as cifras são de 46,9 para 53% (despesas) e 45,4 para 48,6% (receita), e ainda mais acentuadamente para a Itália (despesas de 44 para 54,1% e receita 33,7 para 45%).¹⁸⁶ E, onde ela existiu, houve mesmo um arrefecimento dessas políticas. Na insuspeita fala do FMI: "Transferências e subsídios eram mais altos em 1994 do que no começo das reformas de Thatcher em 1983".¹⁸⁷

A jornada em tempo parcial, nos países da Comunidade Econômica Européia, cresceu apenas 2,4% entre 1983 e 1988 e a jornada plena atinge 28%, nos mesmos países. Em 1989 o desemprego no Japão, país que não enfrentava problemas desse tipo, foi de 2,2%; nos USA foi de 5,3%, na Itália 7,8% e na França (9,7%)¹⁸⁸. Para o ano de 1994 os índices eram, respectivamente, 2,9%, 6,4%, 11,4% e 12,6%. Para os países da OCDE, foi de 8,2% em média e o Reino Unido registou uma taxa de 9,5% e a Alemanha, 9,7%. Segundo Gorz¹⁸⁹, a pro-

¹⁸⁶ Ver Paulo Nogueira Batista, "Onda rosa na Europa... e no Brasil", Folha de São Paulo, 12-6-1997, Caderno 2, p. 2.

¹⁸⁷ *idem*.

¹⁸⁸ Cf. Bernard Cassen, *Stratégies pour l'Emploi, Le Monde Diplomatique*, março de 1993, Paris. Ver José Antonio Vaz Semedo, *Elementos da Crise Contemporânea do Sindicalismo Europeu. O Exemplo francês*.

¹⁸⁹ André Gorz, *Bâtir la civilisation du temps libéré, Le Monde Diplomatique*, março de 1993, Paris, citado por Semedo, *op. cit.*

dução francesa cresceu, nos anos 80, em média 30%; já no que se refere a quantidade de trabalho esta baixou 12%.

É essa a vitória do capitalismo? O aparentemente diferencial dessa vitória é, assim, atribuído à natureza do capitalismo, considerado como natural, meta-histórico, e, em especial, à chamada revolução científico-tecnológica. Essa "revolução" e essa naturalidade do capitalismo são resumidos pelo mito da modernidade. O discurso neoliberal é elemento constituidor dessa racionalidade e está incorporado no conjunto das relações sociais das quais é suporte e garantidor. Incorporado também nas tecnologias (*as máquinas são elas mesmas e as relações sociais que as tornam possíveis*). O domínio ideológico, universal e irrestritamente, exercido pela mídia e pelos programas governamentais, torna inviável para o conjunto da população a situação de exclusão radical a que ela está submetida.

Falamos em aparência necessária. E assim é. Aparência por ser o plano da primeira percepção do real, não se confundindo com a sua própria estrutura. E necessária porque é graças ao conjunto desses discursos e práticas (no campo do trabalho, da escola, da família, etc) que se pode aceitar o inaceitável: a violência como sendo democracia, o sofrimento individual como sendo destino. Um belo exemplo é a ideologia da "empregabilidade" que torna o desempregado culpado pela sua situação.

As saídas capitalistas para a crise

Todo esse quadro levou e tem levado a que os movimentos partidário, sindical e popular de esquerda, acabem por considerar, despolitizadamente, que fora do capitalismo não há solução, perdendo assim, e isso é decisivo, suas referências classistas¹⁹⁰ condenando-se a vagar nas procelas do mar aberto, sem

¹⁹⁰ A imagem mais plástica desta quebra de referências foi a queda do Muro de Berlim. Símbolo da guerra fria o Muro era a prova empírica da incapacidade da construção do socialismo como projeto civilizatório.

norte, sob o horizonte neoliberal. Mais do que a perda das referências, criou-se o vazio das experiências.

Esses movimentos sofreram um profundo abalo. Na medida em que muitas das suas direções foram, muitas vezes, esquemáticas e sectárias no período anterior, torna-se, agora, mais facilmente presa da ideologia da modernidade. *A auto-crítica dos sectários é sempre negar, com toda a ênfase possível, aquilo que até ontem defenderam... enfaticamente!* A crítica aos processos não se fundamenta a não ser na aceitação, o mais acriticamente possível, do “novo” discurso do capitalismo. Ideologia que nada mais é do que a atualização histórica do velho liberalismo. Mas em uma circunstância totalmente diferenciada: tudo se passa como se o capitalismo não tivesse mais que enfrentar antagonismo algum.

Busca-se, como buscaram os novos capitalistas russos, uma solução que negue radicalmente o passado. Flexibilizam-se posturas, ideologias, projetos. O dramático é que, no horizonte capitalista atual, isso não garante emprego, sobrevivência, dignidade. As ilusões são a grande mercadoria. No Brasil, por exemplo, votou-se em alguém que, em nome de uma estabilidade econômica, nos obriga a comprar projetos de desconstrução do espaço público, de sucateamento do social. Insisto: em troca de uma estabilidade fictícia, se abre mão de todos aqueles instrumentos que poderiam ser úteis na luta pela reconstrução do social, do público. Fictícia porque estabilidade particular, estabilidade para o Capital.

É bom lembrar sempre que *os benefícios sob a ordem do privado não podem ser socializados*. É verdade que no Brasil as classes subalternas percebem as “benesses” de uma certa estabilização monetária, mas constatam, lenta, repetida e dolorosamente, que não há trabalho, educação, saúde, seguridade e aposentadoria para todos. O mercado parece reinar sozinho, ancorado no maior monopólio de comunicação social jamais visto.¹⁹¹ Controlando as informações, detendo o comando sobre os instrumentos estatais, é fácil passar a idéia, não se sabe durante quanto tempo, de que tudo vai bem no melhor dos mundos. Em complemento a isto, a justiça reescreve a Constituição ao “interpretá-la”.

¹⁹¹ O “efeito Ricúpero” não foi um ato tresloucado, nem localizado. A novidade foi apenas a inesperada divulgação.

Estão dadas todas as condições da liberdade do mercado. Trata-se, sem dúvida alguma, de um processo acelerado, contínuo e crescente de integração passiva à ordem. Aliás essa integração sempre foi uma forte possibilidade, esteve sempre presente. Pensando sobre essas questões e vendo a capacidade de o projeto capitalista apresentar-se como horizonte político e social da humanidade, percebemos com clareza, ainda uma vez, que a vitória do capitalismo só é possível às custas da exclusão das maiorias no interior de cada sociedade e do conjunto das sociedades como um todo.

Gramsci, já nos anos 30, apontara para a transformação das formas das classes trabalhadoras. Os processos fordista e taylorista nada mais fizeram do que ampliar o processo de desqualificação do trabalho já anteriormente iniciado. O capitalismo que nos anos 30 necessitou do keynesianismo, como conjunto de medidas de contratendência, redefine hoje o conjunto das relações classistas.

Esse processo é fundamentalmente o da expropriação do especificamente operário do processo fabril, forma superior de desconstrução das classes trabalhadoras, que passa pela sua desconcentração. A atual subsunção real do Trabalho ao Capital em curso atua na construção de uma nova eficácia capitalista, que se funda em técnicas de gestão do capital sobre a força de trabalho (Círculo de Controle da Qualidade, *Just in Time*, *Kanban*, etc.). Os trabalhadores são diretamente chamados a se associarem ao capital, a “vestir a camisa” da empresa. O trabalhador de que o capital necessita é aquele que é capaz de dar resposta, pronta e adequada, às situações que possam ocorrer no ato produtivo. Requer-se, portanto, o trabalhador polivalente.

Tudo isto aparece como uma “revolução” científico-tecnológica o que legitimaria o capitalismo e negaria a necessidade dos antagonismos classistas, decretando a superfluidade das classes trabalhadoras. Ao mesmo tempo em que leva a desqualificação do trabalhador ao máximo e caracteriza a sua dispensabilidade, esse processo tem a aparência de recuperação e reintegração do saber operário. Tudo isso marcado pela tentativa de tornar desnecessária a atividade sindical na perspectiva classista e, com isso, possibilitar que a hegemonia capitalista nasça na cotidianidade do ato do trabalho. Ganhar corações e mentes dos trabalhadores significa, portanto, desestruturar-lhes a identidade de classe. A perspectiva do “desaparecimento” das classes, a proposta implí-

cita de um pacto social automático no cotidiano e, portanto, despolitizado e despolitizante, requer não a mera reafirmação de dogmas, mas a construção da identidade das classes trabalhadoras, respeitada a sua diversidade, conhecidas as suas lutas, linguagens e tradições.

Coloca-se um novo desafio para as centrais sindicais e para os partidos que se afirmam ligados umbelicalmente às classes trabalhadoras. Faz-se necessário a construção efetiva das identidades classistas acima mencionadas. o que significa repensar estrategicamente a intervenção destas classes. Tornar cada ponto de dispersão, um ponto de reconstrução. Assim se o “adeus ao proletariado” tem um significado positivo, este será o da afirmação de que uma centralidade operária meta-histórica, de mito constituidor do real passou a obstáculo político concreto. Falar em classes trabalhadoras (no plural) significa pensar essa diversidade como riqueza constitutiva de uma nova racionalidade possível.

No que se refere às saídas capitalistas para a crise, elas foram inteiramente capitaneadas pela prática e pelo discurso “neoliberal”, metaforicamente chamado de “determinação objetiva do mercado”, sem nenhum compromisso que não seja o da acumulação, ele se apresentou propondo uma redefinição radical das formas de gestão e de produção. Entendendo a crise – leia-se: as restrições impostas pelos trabalhadores e anteriormente aceitas, ainda que com limites, durante o compromisso fordista – como produto de um “engessamento” das possibilidades de realização do capital, o capitalismo propôs uma solução à Alexandre Magno: ou seja, *cortou o nó górdio com o gládio da violência classista*. Ele aparece como uma reedição, ampliada e aperfeiçoada, ainda mais perversa, do americanismo.

É preciso reconstruir o mercado como naturalidade. Marx, em *A Miséria da Filosofia*, lembrava que para os economistas burgueses só o mercado (e sua mão invisível) era natural. Este princípio é agora retomado. A única sociabilidade “natural” é a do mercado. O demais é pura irracionalidade. Para realizar esta tarefa o capitalismo uma vez mais terá que negar sua própria cidadania. A concepção segundo a qual os direitos sociais podem ser expandidos e através deles se incorporar o conjunto da sociedade é agora claramente subversiva ao capital. A cidadania vista como conquista dos direitos individuais e políticos tem no ideário do século XX uma continuidade: a conquista dos direitos soci-

ais. Mas aqui está a pedra de toque. Estes direitos sociais implicam obviamente na questão redistributivista. Vale dizer: tocam, no essencial, na questão da propriedade. Aqui revela-se claramente a contradição entre apropriação privada e produção social.

O esquema de redistribuição de renda limita, na perspectiva e na prática dos capitalistas, a possibilidade de expansão continuada da sua lógica. Essa redistribuição não afeta essencialmente o cerne da propriedade mas, pelo contrário, a reafirma; ainda que, na prática, seja elemento de incorporação das classes subalternas à ordem do capital, ela não está disponível para uso social. É preciso libertar o capital de todas as limitações artificiais, dizem os neoliberais.

Como resolver a questão complexa da incorporação dos trabalhadores ao capitalismo, de sua integração passiva e ao mesmo tempo manter a capacidade acumulativa? Os teóricos – e práticos – do capitalismo reintroduzem/reinventam uma velha alternativa: modificar a gestão e a tecnologia. Se não é mais possível acumular como antes *é necessário mudar a política na produção: a gestão, o comando*. Trata-se, obviamente, de responder ao velho problema da eliminação dos tempos mortos e da obtenção da disciplina. E, via “revolução” tecnológica, buscar a possibilidade de ampliar a produtividade do trabalho.

A “recriação” do trabalhador torna-se, novamente, uma necessidade estratégica do Capital. Com as chamadas novas tecnologias passa a ser possível obter a disciplina, a incorporação ativa do trabalho vivo ao trabalho morto. O horizonte é então o da quebra da alteridade do trabalho. Para realizar essa tarefa faz-se necessária a introdução de tecnologias mais sofisticadas. Produziu-se uma reterritorialização do trabalho. Após tentar desconstruir os espaços fabris clássicos, produtores da socialização operária ampliada, o neoliberalismo busca “reinventar” as formas tipo trabalho doméstico, qualidade artesanal, etc. Na realidade trata-se da reintrodução do trabalho a domicílio: agora, face a face ao computador, a um só tempo, artesanal, visto como emancipatório. Em suma um criador, um trabalhador “autônomo”. Trata-se, é bom que se diga, de uma “autonomia para o Capital” e não para o Trabalho. Não importa se nesse processo são eliminados postos de trabalho, isto é mero detalhe para os capitalistas. Busca-se destruir não apenas o trabalhador coletivo, mas os coletivos dos trabalhadores. Em suma, quer-se produzir um operário parcelar, descontí-

nuo e, acima de tudo, inteiramente subordinado ao Capital. Um trabalhador que, por medo de perder o emprego, defende não apenas a produtividade do capital mas, até mesmo, a demissão dos seus companheiros. O caso das ilhas de produção é exemplar: faz-se com que um trabalhador vigie o outro, dispensando assim a vigilância do patrão. Diminuí-se o número de capatazes explícitos, cria-se um crescente quadro de “servos voluntários”.

O processo assume a aparência da positividade: o trabalho passa a ser limpo, *clean*, autônomo, criativo. Não mais o operário de macacão. O que se vê agora é o produtor “independente”: alguém que, face ao seu computador, é capaz de produzir sem estar submetido ao poder dos chefetes. A tecnologia, e o fetichismo por ela imposto, é aqui fundamental. O trabalhador se torna um “associado” ao capital, reconhecido por este. O trabalhador-patrão, dono muitas vezes de pequenas empresas, aparece como responsável pela produção e pela satisfação dos desejos e interesses dos clientes. Nessa operação, “desaparecem” as contradições entre esses trabalhadores e seus antigos patrões, entre eles e os consumidores. “Vive-se” o melhor dos mundos.

Esta é a situação paradisíaca pintada. Na realidade por trás dessa impressão fetichizada, o que ocorre, de fato, é o desemprego estrutural, a eliminação dos postos de trabalho e dos direitos. Aqui está o nó da questão. Como é possível eliminar trabalho vivo, limitar benefícios sociais e construir essa realidade tão apetitosa à primeira vista? Em grande parte, isto foi possível pela crise dos chamados regimes socialistas. Estes não conseguiram elaborar uma proposta diferenciada de sociabilidade e nem mesmo de construção de uma outra forma de materialidade, em sentido mais restrito. Prisioneiros da mesma crise geral da Ordem do Capital, optaram também pela tecnologia, só que inadequada às necessidades da população. Eliminou-se, assim, a possibilidade da construção de uma sociabilidade alternativa. E, também, a referência classista internacional, vale dizer o horizonte antagonista do Capital. Desconstruído esse horizonte, despolitizado o debate, reduzia-se a política à administração. A modernidade passa a ser o horizonte.

Para criar as condições desta nova face da dominação capitalista, é preciso liquidar as antigas identidades de classe e as vigentes relações de trabalho. No que se refere à quebra das identidades, o discurso é o da identificação entre

barbárie e socialismo, da liquidação da totalidade como procedimento metodológico, o da negação de qualquer racionalidade que não seja a do mercado, isto é, do Capital. “Eliminadas” as contradições, como erro teórico, como dogmatismo, resta a noção do individualismo. Mesmo a educação, no seu sentido clássico, é eliminada e substituída pela brutalidade dos meios de comunicação de massa. Tudo é mero espetáculo: os dramas, a miséria, a fome... Tudo é detalhe, fragmento.

No referente às relações de trabalho, as garantias, arrancadas pelas grandes lutas sociais, são transformadas meramente em corporativismo. Fundamentalmente propõe-se a sua flexibilização, vale dizer sua precarização. Busca-se eliminar-se dos textos legais as garantias ao trabalho; reduz-se consistentemente os empregos de tempo integral, promovendo-se as jornadas de tempo parcial; terceirizam-se atividades, etc. Generaliza-se, universaliza-se, a idéia da crise do taylor-fordismo e do trabalhador coletivo. As novas formas de gestão – de tipo japonês – são colocadas como as únicas alternativas, exige-se mais e mais a incorporação passiva dos trabalhadores à ordem. O trabalho vivo parece diminuir mais e mais. Fala-se mesmo em crise do trabalho abstrato. Mas, de fato, o que se está criando – processo não isento de contradições – é um novo tipo de trabalho. Um trabalho inteiramente subordinado, objetiva e subjetivamente, à sociabilidade do mercado.

Carente de referências classistas a maioria do movimento social organizado, em escala planetária, tende, cada vez mais, a integrar-se passivamente à ordem, ou seja: permanece prisioneiro de concepções econômico-corporativas, reduzindo suas intervenções nas lutas sociais, privilegiando o campo corporativo, para tentar articular uma defesa no plano do emprego, de melhores salários, etc. E, no campo da política, o atual é (e deve ser, do ponto de vista do Capital) tomado como o único horizonte possível. Negociar a qualquer preço passa a ser a idéia dominante, a idéia “moderna”.

O Trabalho deve ser a *persona* do Capital. A modernidade passa a ser o horizonte. O Estado – os práticos da Ordem do Capital – busca dar aparência de universal ao que é particular: o predomínio localizado das formas capitalistas. O uso ideológico da tecnologia permitiu então a maximização do fetichismo, do qual os trabalhadores tornaram-se prisioneiros, vendo como capa-

cidade operativa das máquinas aquilo que era a sua capacidade como força de trabalho. Velha ilusão, velho espetáculo. A tecnologia aparece agora como a salvação. A reestruturação produtiva colocada como uma necessidade para além das lutas de classe se apresenta como inexorável. Para criar as condições desta nova face da dominação capitalista é preciso liquidar as antigas identidades de classe e as vigentes relações de trabalho.

A tecnologia, e o fetichismo por ela imposto, é aqui fundamental. O trabalhador se torna um “associado” ao capital. O trabalhador-patrão, dono muitas vezes de pequenas empresas, aparece como responsável pela produção e pela satisfação dos desejos e interesses dos clientes. Nessa operação “desaparecem” as contradições entre esses trabalhadores e seus antigos patrões, entre eles e os consumidores. Eliminado o horizonte antagonista do Capital, a referência classista internacional, desconstruído esse horizonte, despolitizado o debate, tudo se reduz à administração. A reestruturação produtiva, fórmula privilegiada de resposta capitalista à sua crise, necessita-se cada vez mais limitar os direitos sociais e os gastos estatais correlatos. Transformar em objeto mercantil a previdência, a saúde e a educação. O estado deve abandonar o campo do social, deve transformá-lo em terreno de caça mercantil.

Os movimentos sociais acabam, muitas vezes, por impotência e incapacidade de escreverem seus projetos e identidades, tornando-se partidários acriticamente de uma democracia. De uma democracia que, se antes os incluía relativamente, hoje revela a quase nula possibilidade de acesso, real, efetivo, ao mundo da política e do bem estar social quando não abertamente a pura sobrevivência. Tendemos a ser, na realidade, pouco mais que figurantes na luta de classes, e damos legitimidade a Parlamentos que se submetem, em maior ou menor medida, aos Executivos que tendem a governar por medidas provisórias. O fetiche é brutal e passa pelo controle monopólico dos meios de comunicação de massa.

Para que tudo isso se realize, é, no entanto, necessário dar outro passo: re-fundar a própria cidadania capitalista. Realiza-se uma revolução passiva, no sentido gramsciano. Se no início do capitalismo, a cidadania se pretendia expansiva, agora ela é *necessariamente restritiva*. Cortam-se, destroem-se direitos sociais, asfixiam-se possibilidades de organização sindical, produzem-se muta-

ções no processo partidário e, acima de tudo, trata-se de desideologizar, de despolitizar a luta. Tudo se passa como se ideologias, etnias, nacionalidades, culturas, nada mais fossem do que peças de museu ou filme de Spielberg, como se fôssemos todos dinossauros, habitantes do *Jurassic Park*.

Revolução tecnológica ou apropriação do saber e do trabalho?

O impacto da revolução científico tecnológica, vista como a nova panacéia, está colocado. A crença, muitas vezes expressada por partidos e sindicatos, de que a ciência e a técnica criam condições ininterruptas de progresso e aumentam a possibilidade de pleno emprego é contraditada pela clara tendência estrutural ao desemprego nos países capitalistas avançados.

Falabella chama a atenção para o fato de que as novas tecnologias fragmentam

“os mercados de trabalho, a relação entre empregados e desempregados e entre trabalhadores não-qualificados e superqualificados, afetando assim a base da unidade trabalhista. Assim inicia-se uma nova era de relações entre operários e técnicos, pois estes passam a substituir na vida diária da fábrica computadorizada – com o beneplácito gerencial –, o feitor tradicional (...) sua substituição (das chefias de seções – efd) pelo controle eletrônico e por uma característica mais técnica das relações trabalhistas oferece maior segurança à gerência, uma vez que evita conflitos entre supervisão e o controle humano no processo de trabalho.”¹⁹²

O problema é múltiplo. Do ponto de vista salarial, longe

“de gerar pleno emprego, a revolução científica e tecnológica elimina ocupações, desloca outras, subdivide e simplifica processos de trabalho,

¹⁹² Gonzalo Falabella, *Microeletrônica e Sindicatos: a experiência européia*, in Hubert Schimitz e Ruy de Quadros Carvalho (orgs.) – *Automação, Competitividade e Trabalho: a experiência internacional*, p. 185.

cria novas ocupações. O saldo é favorável ao capital, mas desfavorável ao trabalhador.”¹⁹³

Do ponto de vista da qualificação, o problema é mais grave. A introdução da microeletrônica gera

“uma clara perda de controle dos trabalhadores sobre o seu trabalho. (...) empobrece o conteúdo do trabalho, fazendo-o menos criativo e transformando-o em uma operação de simples supervisão do processo que anteriormente o trabalhador realizava em sua totalidade.”¹⁹⁴

A introdução das novas tecnologias afeta desde o conteúdo, a importância e o significado do trabalho até ao salário e o tempo livre fora do trabalho, passando pelo processo de aprendizagem, ambiente de trabalho, segurança, contato social entre os próprios trabalhadores.

A própria idéia de qualificação está em questão: “Se antes esta se baseava na experiência, a nova tecnologia exige uma qualificação baseada em capacidades lógico-analíticas.”¹⁹⁵ O procedimento tecnológico desqualifica o trabalhador, apropria-se do seu saber e lhe declara a desnecessidade. Tenta-se assim eliminar o especificamente operário do processo de trabalho. O resultado desse processo é, simultaneamente, a desqualificação “em termos do conteúdo do trabalho” e “do seu significado”:

¹⁹³ Peliano, em 1983, argumentava que, para a micro-eletrônica aplicada na indústria norte-americana, os dados apontavam que o desemprego poderia atingir, até 1990, de 800 mil a 2,4 milhões de operários. Para os escritórios, seriam eliminados provavelmente 1,75 milhões de postos de trabalho e alterados outros 1,25 (total: 3 milhões). E entre 48 e 69% de empregos diretos na indústria seriam perdidos pela automação por máquinas de controle numérico. J. C. P. Peliano, *Automação, emprego e qualificação da mão de obra na indústria brasileira*. Documento preliminar. Brasília, IPEA/CNRH, 1983, *apud* Gaudêncio Frigoto, *Trabalho – Educação e Tecnologia: Treinamento polivalente ou formação politécnica*, in Tomaz Tadeu da Silva (org.) - *Trabalho, Educação e Prática Social*, p. 263.

¹⁹⁴ Falabella, *op. cit.*, pp. 197-8.

¹⁹⁵ *idem*, p. 198.

“O módulo pode estar organizado com operários que tenham sido expropriados de sua qualificação, que foi transcrita na fita ou programa. Neste caso, os operários têm uma maior visão do processo, um conhecimento mais variado do produto e de distintas destrezas. Mas, por sua vez, essas destrezas podem exigir conhecimentos parciais e superficiais, na medida em que cada fase de seu trabalho já tenha sido desqualificada.”¹⁹⁶

Lembremos nossa afirmação anterior sobre a qualificação. Na produção capitalista ela é entendida como capacidade de os trabalhadores realizarem com mais “competência” uma série de processos técnicos. Ela é vista, portanto, como máximo de adestramento para o Capital. Para nós, e por isso relembramos os Conselhos de Fábrica de Turim, a qualificação supõe fundamentalmente o controle do processo produtivo e a capacidade de realização desse processo independentemente do aparelho técnico do Capital (gerentes, técnicos, especialistas, etc). Estamos agora nos referindo à uma qualificação real, uma qualificação (autonomia) para o Trabalho, síntese de uma nova forma de sociabilidade.

Processo contraditório, a introdução das novas tecnologias expressa um efeito desqualificador real. Implantada inicialmente em locais e condições altamente danosas para a saúde do trabalhador ela ganha inicialmente a sua simpatia. Sua generalização, contudo, leva a uma crescente expropriação do saber operário. A relação entre o mecânico e o conjunto da produção, por exemplo, se altera. Se antes ele participava desde o desenho da peça até a realização do produto, passando pelo conhecimento do material, o controle da velocidade da máquina; se antes ele se relacionava com o desenhista e com o engenheiro, agora tudo isso é apropriado e através do trabalho computadorizado tudo isso passa a esfera do analista de sistemas. De operador, o mecânico, se torna “monitor” da máquina. Esse processo tem uma continuidade e o CAD acaba por eliminar a

“relação entre mecânico e desenhista (...) (e) elimina o desenhista industrial. O próprio trabalho do programador pode ser substituído, desqualificando o desqualificador.”¹⁹⁷

¹⁹⁶ *idem*, p. 199.

¹⁹⁷ *idem*, p. 201.

Falamos em eliminação do componente operário do processo produtivo e também da autonomia para o capital que se choca fundamentalmente contra a autonomia do trabalho. O processo das novas tecnologias tem ainda outras utilidades do ponto de vista do capital:

“O controle do software permite à empresa depender muito menos do trabalhador qualificado. O trabalho pode ser reorganizado na fábrica de maneira a se estabelecer uma nova hierarquia e autoridade mais invisível – por exemplo, sem feitores – e, no entanto, mais efetiva, devido à informatização da folha funcional de cada trabalhador”¹⁹⁸,

isto é absolutamente vital. Se o processo de trabalho se flexibiliza, permitindo descentralizar a produção e dar-lhe uma aparência (necessária) de autonomia, se se eliminam os feitores e se multiplicam as utilidades dos equipamentos, contudo

“a inteligência do processo em seu conjunto e em cada fase permanece a nível central. Aumenta o conhecimento empresarial e a sua capacidade de normatizar o processo produtivo em seu conjunto.”¹⁹⁹

Se assim é faz-se necessário retomar uma questão que se refere à capacidade que os sindicatos terão de propor alternativas em relação à introdução das novas tecnologias. Referimo-nos ao “grau de união sindicato-técnicos, ou pelo contrário, o grau em que os técnicos aceitem a hegemonia e racionalidade empresarial”²⁰⁰ Trata-se, sem dúvida, de uma experiência já vivida pelo movimento operário internacional (ver a história dos Conselhos de Fábrica de Turim).

Pode o capitalismo agir de outro modo? Pode manter suas concepções de cidadania e o ideal olímpico de indivíduo omniconsciente, atualização do ideal renascentista? Não, seguramente não. Para que o capitalismo possa, hoje, continuar sua carreira ascensional precisa negar a plenitude das formas democráticas, tem de passivizá-las. A “liberdade” econômica (o domínio total do mer-

¹⁹⁸ *idem*, p. 211.

¹⁹⁹ *idem*.

²⁰⁰ *idem*, p. 189.

cado) leva à ampliação do desemprego, da recessão, da fome. A liberdade política, sem restrições extra-legais (mídia, ação dos tribunais), permitiria a organicidade dos subalternos. É necessário impedi-lo.

A cidadania é, aqui e agora, em todo o planeta, o fetiche decisivo. Desprovido de ideologias e de antagonismos o cidadão é, na prática, pouco mais que um depositador de voto nas urnas. Esse é o projeto neoliberal. Isso é extremamente claro no Brasil e na América Latina onde a democracia tem sido afirmada nos discursos dominantes, mas negada na prática cotidiana. Esse fetiche é fundamental para o ocultamento da dominação. Sem ele, a violência estaria escancarada. Basta um exemplo: ao mesmo tempo em que FHC anistiou senadores e deputados, no momento em que estes congressistas aumentaram seus próprios salários em cerca de 150%, que se concederam 15 salários anuais, foi afirmado, sem maior escândalo, que a passagem do salário mínimo de 75 para 100 reais poderia rebentar a previdência pública, poderia promover uma "explosão de consumo" (*sic*)²⁰¹ e, portanto, deveria ser vetada. Repito: sem maior escândalo e sem grande resistência à vista. E quando alguém se opõe à alguma idéia, FHC repete: "há um fato novo! um governo eleito por 34 milhões de votos". Esse fetiche eleitoral apaga "democraticamente" qualquer diferença, como se uma simples eleição apagasse diferenças e projetos. Exatamente como dizia Collor. FHC é sociólogo e sabe, em tese, muito mais do que se trata.

Qual o significado dessas afirmações e como ficam as questões política e sindical? A tese neoliberal, hoje dominante, tem como pressuposto fundamental a perpetuidade do capitalismo. Para os neoliberais, o papel da gestão empresarial, com seu tradicional cortejo de arbitrariedades, estaria superado. Volta, assim, à baila a "organização científica" do trabalho. Essas modificações propostas não aliviam o trabalho. Mais do que nunca teremos a ampliação das taxas de opressão e de exploração. Nesse processo de recriação da institucionalidade, é preciso eliminar a idéia da totalidade. É preciso afirmar o fragmento, o cotidiano, o mínimo. Sob a acusação de totalitarismo, o discurso da

²⁰¹ Ver no mesmo sentido a alteração do salário mínimo (em 1997) de R\$ 112,00 para R\$ 120,00.

totalidade é estigmatizado. O pósmodernismo, a nova história, passam a “ser” discursos científicos, desideologizados, por excelência. O neoliberalismo encontra seu discurso, sua forma teórica solidária.²⁰²

O discurso do Banco Mundial transforma os opositores ao projeto neoliberal, em adversários do progresso e da modernidade, ou seja, em irracionais. A intelectualidade, em grande medida, assume o discurso do fragmento, do detalhe, como única forma científica correta. A categoria marxista de análise da totalidade é transformada em algo totalitário. Todo e qualquer processo macro parece ser destituído de significado. O micro, identificado com o atual, com a verdade, se torna elemento de denúncia da politização e da ideologização ambas, necessária e solidariamente, irracionais. Esta é a aparência que se passa para as classes subalternas. Muitos dos intelectuais dessas classes acabaram por aceitá-la e isso é decisivo. O mesmo, contudo, não se dá na prática e na teorização dos dominantes. Mais do que nunca, lição velha de século e meio²⁰³, o capitalismo é globalizante.

No plano do social, ao se dar ênfase à revolução tecnológica, tudo se passa como se não existisse privilégios de classe. O trabalhador, a partir desta nova visão, e de suas práticas, não é mais antagonico ao Capital, mas seu par-

²⁰² Não estamos afirmando, é óbvio, que todo pensamento pós-moderno seja, pura e simplesmente, produto do neoliberalismo. Essa relação merece um aprofundamento que logica e infelizmente escapam aos limites deste texto. Contudo devemos levar em consideração as palavras de Ellen Meiksins Wood: “Estruturas e causas foram substituídas por fragmentos e contingências. Não existe uma coisa chamada sistema social (por exemplo, o sistema capitalista) com sua própria unidade sistêmica e suas ‘leis de movimento’. Há somente muitos tipos de poder, opressão, identidade e ‘discurso’. Não apenas temos de rejeitar as antigas ‘grandes narrativas’, como os conceitos iluministas de progresso, mas devemos renunciar a qualquer idéia de processo e causalidade histórica inteligível e, com isso, evidentemente, a toda idéia de ‘fazer história’. Só existem *diferenças* anárquicas, desconectadas e inexplicáveis. Pela primeira vez, estamos diante de uma contradição em termos: uma teoria da mudança de época histórica, baseada na negação da história.” (1996, 121-122) Mais precisamente: “Em resumo, forte ceticismo epistemológico e profundo derrotismo político.” (*idem*, 124)

²⁰³ Esse processo já está anunciado na *Ideologia Alemã* (1845), de Marx.

ceiro. A ideologia da criatividade permitirá acelerar sua integração ao capitalismo. Uma parcela de antigos operários, de confiança do empresariado, tem-se transformado nos novos patrões: os chamados operários proudhonianos ou operários patrão. O sindicato passaria de necessário a inútil e irracional.

Os atuais liberais relêem aos primeiros liberais. Hobbes e, em especial, Locke, partem do suposto da igualdade natural à desigualdade social, passando pelo conflito e pelo contrato (pacto) social. Nas palavras de Locke, a diferença está na realização ou não da lei do trabalho. A liberdade, produto do trabalho, identificando propriedade e direito, expressa essa lei social do mercado. Contrariamente a isso, o neoliberalismo passa do conflito regulado (considerado normal) à supressão do conflito: o mercado iguala todos os indivíduos. E a vitória do mercado implica claramente na demonstração da racionalidade e da liberdade. Da "liberdade" do mercado à "liberdade" do mercado, passando pela "supressão dos antagonistas". O conflito visto como inerente à sociedade, tal como foi aceito por Adam Smith e Max Weber, é agora considerado um não problema. Da legitimidade do conflito se passa à afirmação da sua desnecessidade. A cidadania efetiva e real volta a ser domínio de poucos e o conflito, maldito.

Como complemento dessa trajetória, se tenta redefinir as condições gerais do trabalho. O objetivo é a chamada desregulamentação: a redução ao mínimo da legislação de proteção ao trabalho, abrindo caminho ao pleno domínio do mercado. É esse discurso que se generaliza, é essa prática que se aprofunda. O sentido da Revisão Constitucional que está sendo realizada no Brasil é o mesmo nos demais países capitalistas: tragédia e farsa. A miséria, a destruição dos serviços públicos, a perda da cidadania, enfim a legitimação da opressão é vista como uma decorrência do mercado. A violência não escandaliza mais: está inteiramente banalizada. É pena... mas é assim mesmo. O neoliberalismo revela-se, então, no pior dos sentidos, um darwinismo social. O mercado é aquele onde os melhor adaptados, os racionais, triunfam. Os outros? Ora, os outros...

Entregue a si mesmo o capitalismo aprofundará a miséria e o apartheid social não declarado. Cabe ao movimento social organizado trabalhar em uma perspectiva de reafirmação dos direitos sociais. Mais do que nunca, a constru-

ção do Projeto Democrático-Popular permitirá articular nossa agenda social. A Educação, a Saúde, a Seguridade Social, a Ciência e a Tecnologia, entre tantas outras coisas, não podem ser submetidas ao “livre” jogo do Mercado. Mesmo no chamado primeiro mundo, não é isto que ocorre. O neoliberalismo quer transformar nossas sociedades em sucata, em produto descartável.

Tudo que é sólido desmancha-se no ar. Aparentemente isto ocorre, também, com o trabalho. Na realidade nos defrontamos com um antagonismo crescente entre, por um lado, o desemprego estrutural e a ampliação da extração da mais valia, extração que combina sobredeterminadamente a mais valia relativa e a mais valia absoluta e, por outro, com as formas mais e mais abstratas do capital e do estado. Este último embora mantenha a forma nacional já perdeu, faz muito tempo, essa natureza. Mais do que um Estado como articulação particular das classes em luta, com seu aparelho institucional próprio e capacidade real de soberania, eles se transformam, mais e mais, em simples esferas de influência de um Capital que se internacionalizou. Este Capital não (re)conhece mais as fronteiras nacionais. Pelo contrário, consegue, graças a articulação dos seus intelectuais (no fundamental no interior do sistema financeiro internacional), seus práticos e dirigentes, criar em todos os países um mesmo terreno de absoluta liberdade institucional. Este capital internacionalizado constrói e destrói políticas econômicas, sociais, de emprego, enfim, exerce sua cidadania sem limitações. Por isso é necessário que a reforma política do Estado se faça em todos os países (abstração jurídico-política) e em todas as partes. A destruição dos limites é sua condição máxima de existência.

CONCLUSÃO?

O desconhecimento da política

As “análises”, estratégias e táticas tanto dos estalinistas quanto da social-democracia não levavam na devida consideração as formulações já elaboradas por Marx na metade do século passado. A análise marxista é a mais radical crítica da economia política capitalista e da sua institucionalidade e não uma pura teoria econômica. Marx analisara o capitalismo como uma totalidade articulada pelos processos de trabalho e de valorização sob o comando deste último e que o segredo de toda dominação era explicado pela forma pela qual se extraía a mais-valia. A redução da totalidade social à pura contradição Capital-Trabalho como se esta, em si mesma, fosse capaz de desvendar o real é, em suma, uma forma mistificada/alienante, que desarma a militância.

Nunca é demasiado ressaltar que as leis de desenvolvimento capitalista não se dão no vazio, mas no solo fecundo da historicidade do real. Poder-se-ia argumentar que essas mesmas esquerdas já tinham, na prática, abandonado a compreensão dessa totalidade contraditória, do conjunto das demais contradições classistas, ao aceitar a visão distributivista-aliancista. O fato de colocar a imediatividade das conquistas materiais como elemento estratégico central levava necessariamente à desqualificação de esse todo um conjunto de questões. Discursos e práticas que essas análises esquerdas não conseguiam capturar. A negação do antagonismo classista é a característica essencial do pensamento reformista: e é a partir disto que ganha significação o privilegiamento da atuação no campo institucional²⁰⁴ e a conseqüente desqualificação do antagonismo no processo de politização (dentro da ordem) da luta. Não queremos

²⁰⁴ Sobre os limites da ação institucional ver o debate com as posições de Bobbio na 1ª parte deste texto.

negar que o plano da institucionalidade possa e deva ser usado desde que seja colocado sob a égide do antagonismo classista e de suas práticas políticas.

Marx, no famoso *Capítulo inédito* afirmou que o capitalismo era produtor e reproduzidor das relações sociais capitalistas, vale dizer, das classes sociais. Mostrou que a determinação do processo de valorização era essencial para a compreensão de como se realizava o próprio processo de produção. Para sua existência, o capitalismo requeria a presença/fusão dessas condições. Em *O Capital* ele mostrou que o processo histórico da luta de classes conformou o modo capitalista de dominação: o Estado Moderno e sua institucionalidade, entendida essa como o *locus* onde se realiza a dominação classista e não como espaço civilizatório neutro. As instituições são formas da condensação da luta de classes. E, obviamente, as transformações que ocorrem no cotidiano capitalista embora criem contradições e conjunturas sempre renovadas, não alteram essencialmente a natureza de classe dessa forma societária. O fato, por exemplo, da redução numérica dos trabalhadores fabris de tipo fordista não implica o desaparecimento do trabalho nem como prática nem como categoria central para a compreensão da sociabilidade capitalista. Não suspende os efeitos da Teoria do Valor (da condensação de exploração/opressão) nem muito menos elimina os efeitos fetichistas da ordem mercantil. É preciso ter sempre em mente uma conhecida afirmação de Marx segundo a qual toda ciência seria desnecessária se essência e aparência coincidissem.

A clara compreensão da determinação dos processos reais sob a aparência fenomênica é vital para não cair nem em erros teóricos nem nos eternos cantos de sereia do pensamento liberal. As análises – inclusive as das esquerdas no plano internacional – passaram a focar a possibilidade de regular o capitalismo como alternativa.²⁰⁵ Pretendia-se, com isso, impedir que as famosas contradições capitalistas atingissem um nível superior de deterioração da vida social. Predominava, nessa concepção “distributivista”, a idéia de que era possível, dentro do capitalismo alterar a correlação de forças em favor do operariado e das demais classes trabalhadoras. Confundia-se o plano – necessário mas não

²⁰⁵ Sobre isso ver as teses dos regulacionistas, alguns dos quais se proclamaram marxistas durante algum tempo.

suficiente – das reformas com o processo de transformação a longo prazo. Abandonava-se a idéia da revolução socialista. Não se levava em conta a capacidade do capitalismo de superar suas próprias crises. Isso aparecia claramente tanto na ideologia estalinista da crise final do capitalismo quanto nas análises social-democratas da auto-superação do capitalismo pelas liberdades já realizadas pelo Estado Moderno.

Elaborando suas táticas e estratégias a partir dessa concepção, setores amplos da esquerda, dos mais diferentes matizes, não percebiam que o mecanismo de regulação era um dos elementos fundamentais de saída da crise capitalista. Isso pode ser claramente demonstrado pela compreensão estalinista de que na década de 30 o capitalismo estava atravessando um momento de declínio²⁰⁶ exatamente no momento em que ele vivia o seu grande momento de ofensiva material e ideológica: o fordismo generalizava-se nos USA e avançava sobre a Europa.

A identificação entre planificação e socialismo corria paralela à impossibilidade, afirmada por esses teóricos e práticos, de conciliar planificação e mercado. A história do século vinte cansou de mostrar o erro dessa tese – apesar dos ultra liberais – e demonstrou que, muito pelo contrário, isso não só era possível como era a lógica da resposta capitalista à sua crise. Reduzia, além dos seus erros anteriores já citados, o fio da navalha crítica do marxismo a uma mera apologia da planificação, com o que se negava o seu caráter de construtor da racionalidade emancipatória das classes trabalhadoras. E, pior ainda, transformou-o em teoria apologética do Estado estalinista.

O modelo “soviético” generalizou esse conjunto de equívocos e os transformou em palavra de ordem internacional. O estalinismo apagava não apenas suas oposições internas (ver em especial a trotskista) mas toda e qualquer oposição em qualquer lugar onde existisse um partido comunista. E, perversamente, ao negar a questão da socialização das forças produtivas e a consequente questão da democracia dos trabalhadores, o estalinismo atuava como o braço esquerdo do revisionismo social-democrata. Com uma diferença fundamental: para estes últimos o projeto era bastante claro e coerente.

²⁰⁶ Sobre isso ver a obra clássica do economista E. Varga: *L'économie de la période de déclin du capitalisme après la stabilisation*, Paris, Bureau d'Éditions, s.d.

A crise capitalista e a integração passiva à ordem

A década de setenta vai mostrar uma crise mais global: não era apenas a sociedade capitalista que estava em crise mas toda a Ordem do Capital. Ou seja, o “socialismo” de corte estalinista que reintroduzira práticas capitalistas, estava também em crise. Contudo é necessário dizer que ao não colocar a questão da socialização das forças produtivas e ao reduzi-la, pura e simplesmente, à tese da estatização a esquerda oficial – nacional e internacionalmente – abandonava não apenas a perspectiva da revolução mas acabava por ser capturada pelas teses deterministas do avanço da tecnologia. Ou seja, a tecnologia passou a ser vista como a saída para a crise, como a “ante sala do socialismo”. Reforçava-se, ainda uma vez, a eliminação das identidades e das lutas das classes trabalhadoras. Mais do que tudo: a esquerda passava a ser hegemônica pelo pensamento liberal.

Com isso o Capitalismo passa a “aparecer” cada vez mais não apenas como vitorioso, mas como a única forma societária possível. Aqui relembramos a diferença entre essência e aparência. Relembramos, também, que a aparência é um elemento decisivo da legitimação da dominação classista, das ideologias como constituidoras do real. As “pátrias” socialistas começam a produzir um processo de reconstrução do capitalismo. A “primavera de Praga”, analisada com cuidado, já indicava uma série de reformas econômicas não contraditórias com algumas formulações russas e com as que vão predominar mais tarde. O problema, para a burocracia russa, residia em como evitar a quebra do seu monopólio de poder sobre os países de sua área de influência. Não era tanto uma questão de manter o princípio socialista – ainda que esse fosse o “mote” – mas de continuar a controlar politicamente àquelas sociedades. As experiências russa e chinesa de transição ao capitalismo o demonstram claramente²⁰⁷.

²⁰⁷ Este ponto merecerá, em outro momento, um aprofundamento mas seria relevante sinalizar a questão dos tempos diferenciais nessas duas conjunturas. A forma russa unificou reforma econômica e reforma política em um único momento. A chinesa separa os dois momentos e produz o que poderia parecer, aos não iniciados, uma aberração: a transição ao capitalismo se faz sob o comando do velho Partido Comunista.

Da integração passiva à aceitação do possível

Que lições as esquerdas retiraram desses eventos? Elas trabalharam com a perspectiva da inviabilidade do socialismo e, assim, reduziram o leque de possibilidades às formas societárias capitalistas. Na realidade, realizava-se uma ironia perversa: os “derrotados” social-democratas vingam-se dos “vencedores” comunistas. O projeto que passa a ser, na prática, hegemônico entre os que se declaram socialistas – o nome comunista é rapidamente abandonado²⁰⁸ – é o da *possibilidade realizável*, da *utopia possível*, vale dizer, a perpetuação do projeto capitalista ainda que *tendencialmente controlado*. Essa é a ilusão, ou melhor, o fetiche dominante na política das esquerdas atuais. O projeto da democracia formal e seu componente fundamental – a cidadania – passam a dominar o seu imaginário e as suas *ideologias*.

Pensar o projeto de transformação social no interior do capitalismo implica a afirmação da neutralidade das instituições ou pelo menos no seu caráter de democracia radical. Trata-se de aceitar a possibilidade de que, nessas e por essas instituições, seja possível alterar a natureza de classe do Estado. O sonho que em Bernstein já era ilusório apesar de ser vivenciado no período da *belle époque* criada pela exploração do mundo colonial e, portanto, da capacidade do Estado burguês e de suas classes dominantes, de fazer concessões, é agora grosseira contrafação. Gramsci afirmou que “o reformismo é a política dos bons tempos”. Com possibilidades amplíssimas, o Estado capitalista pôde assimilar as classes trabalhadoras, principalmente a partir do momento em que partidos e sindicatos não colocavam rigorosamente a Ordem do Capital em questão. Discutir a distribuição de benefícios sociais sem questionar a exploração capitalista é aceitá-la na prática.

A crise capitalista que se acentua nos anos 70 coloca essas ilusões em xeque. Livre do fantasma comunista, o capitalismo pode reinventar formas pretéritas de exploração, articulá-las com as formas mais modernas e ampliar sua

²⁰⁸ Desde o debate sobre o eurocomunismo até o processo de transformação do *Partito Comunista Italiano* no *Partito Democratico della Sinistra*.

dominação. Para tanto, há que silenciar as classes trabalhadoras, há que tornar clandestino o trabalho, há que expulsá-lo do campo legal, desconstitucionalizá-lo. Há que reconstruir a unidade economia-política capitalista. Assim, neoliberalismo e reestruturação produtivas são irmãos siameses. O problema está, centralmente, na assunção pelas formas organizativas dos trabalhadores (partidos e sindicatos), da inevitabilidade da ordem do Capital.

Aceita essa inexorabilidade, resta acabar de subsumir o trabalho ao Capital. Do coletivo dos trabalhadores, de suas famílias, enfim, do conjunto da sociedade. Aqui entra em jogo a forma de intervenção do conjunto das esquerdas nas conjunturas. Hegemonizadas pelo pensamento liberal, elas sacrificam o *aqui e agora* das classes trabalhadoras à ordem do Capital. Não conseguem, e em muitos casos sequer o desejam, perceber que sob o domínio do privado não pode haver liberdade real para os dominados. A agenda da esquerda, repetimos, é pautada pelo capitalismo, seus teóricos e práticos.

Os movimentos sociais passaram, já na década de 80, em grande medida, a substituir as organizações formais das classes trabalhadoras. Muitas vezes cometeram o suicídio de se colocarem como não políticos, voltando as costas para o Estado. Os sindicatos e os partidos de esquerda passaram a assimilar a ideologia da cidadania e da sociedade civil. Chegaram mesmo a falar em organizar a sociedade civil contra o Estado, como se fosse possível separá-los organicamente. Tomando essa perspectiva, aprofundaram sua inserção nessa Ordem ao invés de concebê-la como *locus* privilegiado da luta de classes. O capitalismo ao implementar os irmãos siameses, coloca como projeto sua "auto-reforma"²⁰⁹

A estratégia burguesa da reforma do Estado, em especial nos países capitalistas da periferia, mas não só neles, passou a implicar a eliminação progressiva de direitos sociais, as limitações aos direitos políticos – ver sobretudo o mecanismo das Medidas Provisórias e o da liberdade incontrastada da mídia capitalista paralelamente a proibição ou quase da mídia das classes trabalhadoras -, a quebra das organizações sindicais, etc. Progressivamente entram em

²⁰⁹ Em um filme clássico existe uma reflexão que deve ser feita por quem pretende transformar a sociedade. Giordano Bruno, condenado pela Igreja como herético afirma: "Pensei que o poder poderia reformar o poder. Que ingenuidade!".

crise todas as formas democráticas de participação e de representação: as acusações variam do corporativismo ao estatismo.

Apesar disso, a esquerda hegemônica continua a afirmar que esse é o único caminho, já que a revolução é coisa do passado. Identificando estalinismo com socialismo, ela passa a aceitar o capitalismo como a única forma societária possível. A um só tempo se reafirma, contra toda e qualquer evidência – salvo nos momentos mais agudos da crise – que esta é a única forma organizativa possível: os partidos na ordem parlamentar. Ainda que todos saibamos os limites do Parlamento nesse momento.

Reinventando a política: as possibilidades estratégicas

Passamos, assim, ao plano das estratégias possíveis. Limita-se – ou melhor, se auto-limita – o horizonte das possibilidades estratégicas. O fetiche da cidadania cumpre sua função. Trata-se, aqui e agora, de reduzir partidos e sindicatos à Ordem. Da mesma forma, trata-se de reduzir o alcance e a força dos movimentos sociais. Que fazer? Aceitar a incorporação ao horizonte capitalista ou articular um novo campo de possibilidades estratégicas?

Aqui se coloca a centralidade da questão. Faz-se necessário cada vez mais lutar pela liberdade das classes trabalhadoras. E isso passa necessariamente pela construção da identidade dessas classes. Para que se altere a correlação de forças no conjunto da sociedade capitalista é vital que os trabalhadores – nas suas diferentes formas – assumam seu protagonismo e construam suas formas de luta. Sem essa clareza caminhamos para a aceitação do *possível*, isto é, do *atual*. Subordinar-se passivamente à institucionalidade capitalista, em especial em sua forma parlamentar, significa aceitar a derrota. Trata-se, portanto, de pensar e articular socialmente uma unidade dos diversos setores da classe organizados em sua múltipla inserção.

Sabemos todos que a construção da hegemonia das classes trabalhadoras passa, necessariamente, pela invenção histórica do comunismo. Recusar o economicismo e construir a democracia dos trabalhadores, construir a nova socia-

bilidade implica na eliminação das classes pelo desaparecimento do horizonte da exploração-opressão. Não se trata de um problema teórico, mas essencialmente prático. Reinventar as formas de organização/expressão das classes trabalhadoras implica construir, ainda sob a dominação capitalista, os elementos da nova sociedade. Uma hegemonia se constrói na luta contra as formas institucionais da anterior, na crítica das formas de conceber o mundo, de atualizar suas possibilidades de transformação.¹

Não há, evidentemente, modelos prontos e acabados para tal. Várias possibilidades estão hoje colocadas para nós desde a construção de um fórum dos companheiros da esquerda combativa, independente da forma partidária, até mesmo a construção de uma nova forma partidária que unifique esse campo. A necessária reconstrução das formas sindicais para uma efetiva perspectiva classista, comunista é uma tarefa inadiável. Com a radicalização da conjuntura está no horizonte a possibilidade de se pensar um Congresso de lideranças sindicais combativas, dos companheiros que se colocam no campo partidário de forma intransigente em defesa do comunismo, dos sem-terra, dos desempregados, dos sem-teto, etc. para construir uma manifestação orgânica dessas classes na constituição de um projeto que coloque a superação da Ordem do Capital. Trata-se de um projeto que reivindique os elementos necessários à liberdade tais como a questão do controle social dos meios de comunicação de massa, a organização livre e soberana dos trabalhadores, a educação pública e gratuita e a construção de um projeto de saúde sob controle dos trabalhadores, entre outras tantas.

Atuando nesse sentido estaremos construindo ativamente a perspectiva da hegemonia das classes trabalhadoras e abandonando os vagos apelos à cidadania, da participação desqualificada e desqualificadora na ordem parlamentar. Todo espaço institucional tem que ser transformado em espaço de luta pelo socialismo. Estes são elementos que permitirão lutar pela superação do malfadado limite da utopia possível. Romper com esse plano implica em construir socialmente novas possibilidades estratégicas. Neste sentido, a reconstrução da forma partidária das classes trabalhadoras ganha uma dimensão crucial. Em suma, este é o projeto que se coloca para nós: sair dos limites do aqui e do agora, da limitação da imediaticidade, reconstruir a política como

atividade fundadora de uma nova ordem social para além do Capital. Por fim, colocar na ordem do dia a negação da ordem do Capital e afirmar os direitos da liberdade para o conjunto dos trabalhadores. Trata-se de “acelerar o futuro”, sonhando o sonho juntos.

Reapropriação do saber e projeto de uma nova cidadania

Está colocada, portanto, a questão da construção de uma nova hegemonia. Tem que resolver-se, a um só tempo, a (re)apropriação do saber das classes trabalhadoras e a construção de uma nova hegemonia, um projeto de sociabilidade para além da Ordem do Capital.

Duas grandes questões se colocam. A primeira se refere ao efeito do impacto da tecnologia sobre as condições de vida (“facilitadora da vida humana, libertadora do mundo da fadiga e da necessidade”²¹⁰ “negatividade, que se expressa pela exclusão da maior parte da humanidade dos seus usos benéficos”²¹¹ A segunda sobre que tipo de trabalhador se faz necessário: o unilateral ou o omnilateral.

O primeiro deles está diretamente vinculado ao uso capitalista das máquinas e da força de trabalho. A tecnologia e a ciência não sendo neutras, obviamente, implementam projetos e racionalidades classistas. A máquina é a máquina mais o conjunto das relações sociais que ela traz consigo. Um exemplo disso é a gestação da desqualificação generalizada do trabalho. Mas mesmo aí, não há ação unilateral. Gramsci salienta que no

“mundo moderno, a educação técnica, estreitamente ligada ao trabalho industrial, mesmo ao mais primitivo ou desqualificado, deve construir a base do novo tipo de intelectual.(...) O modo de ser do novo intelectual não pode consistir mais na eloquência, moto exterior e momentâneo

²¹⁰ Frigoto, *op. cit.*, p. 261.

²¹¹ *idem.*

das paixões, mas num imiscuir-se ativamente na vida prática, como construtor, organizador, ‘persuasor permanente’ (...) – e, todavia, superior ao espírito matemático abstrato. Da técnica-trabalho, chega-se à técnica-ciência e à concepção humanista histórica, sem a qual se permanece ‘especialista’ e não se torna ‘dirigente’ (especialista + político).”²¹²

Resta saber se a tendência à mecanicidade é inelutável, se o gorila amestrado será necessariamente o destino do trabalhador.

“Quando o processo de adaptação ocorreu, verifica-se que, na realidade, o cérebro do operário, ao invés de mumificar-se, atingiu um estado de completa liberdade. Mecanizou-se completamente apenas o gesto físico; a memória dos ofícios, reduzida a gestos simples repetidos com ritmo intenso se ‘aninhou’ nos feixes musculares e nervosos, deixando o cérebro livre para outras ocupações.”²¹³

Coloca-se, assim, a necessidade de se partir de um processo educativo que privilegie a idéia de politecnia e rejeite a idéia de formação polivalente. A politecnia está associada a uma concepção de homem omnilateral; ao trabalho produtivo sem a cisão manual/intelectual e ao desenvolvimento científico-tecnológico.

“A concepção de omnilateralidade do homem centra-se na apreensão do homem enquanto totalidade histórica que é, ao mesmo tempo, ‘natureza’, individualidade e, sobretudo, relação social. Uma unidade na diversidade física, psíquica e social; um ser de necessidades imperativas (mundo da necessidade material) em cuja satisfação se funda suas possibilidades de crescimento em outras esferas (mundo da liberdade).”²¹⁴

Racionalizar a produção significa racionalizar o modo de viver: “os novos métodos de trabalho são indissolúveis de um determinado modo de viver, de pensar e de sentir a vida: não se pode obter sucessos em um campo sem obter

²¹² QC, p. 1551 e IOC, p. 8.

²¹³ *idem*, pp. 2170-1 e MPE, p. 404.

²¹⁴ Frigoto, *op. cit.*, p. 268.

resultados tangíveis no outro".²¹⁵ (Faz-se necessário, então, criar um trabalhador que seja capaz de dar conta dos novos processo de trabalho. Quando se coloca, do ponto de vista capitalista, a questão da qualificação para o controle dos processos autônomos e informatizados de produção o que ocorre é a potencialização da alternância e da polivalência dos trabalhadores. Para o capitalismo, é necessário o treinamento polivalente, que crie operários de olho vivo e mão forte; mas com uma capacidade relativa de adequar-se rapidamente à diversidade de funções. Não se necessita de um homem omnilateral, educado politeticamente, sem a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual.

Será preciso recriar "um novo nexos psicofísico de um tipo diferente dos precedentes e indubitavelmente de um tipo superior. Ocorrerá inelutavelmente uma seleção forçada, uma parte da classe trabalhadora será desapidadamente eliminada do mundo do trabalho e talvez do mundo *tout court*."²¹⁶

Quando falamos de trabalhador, estamos falando de um membro das classes trabalhadoras, no plural, para indicar a complexa articulação do mundo do trabalho. O mito do operário fabril como síntese da sociedade nunca correspondeu efetivamente à complexidade da sociedade. Falar em classes trabalhadoras significa recolocar, complexa e contraditoriamente, a riqueza das classes subalternas e a centralidade da questão do trabalho do qual o operário fabril é uma das determinações fundamentais, não a única. É a partir da diversidade das classes trabalhadoras, de suas histórias, tradições e culturas diferenciadas, que podemos pensar então a questão da hegemonia. Esta supõe a existência do trabalhador com capacidade autônoma de elaboração, o que nos permite examinar a imensa diferença entre os trabalhadores omnilaterais e unilaterais.

A experiência histórica dos conselhos de fábrica, em Turim, 1920, na Itália, permite mostrar com clareza a riqueza do trabalho omnilateral, que Gramsci sintetiza na expressão produtor:

"O operário pode conceber a si mesmo como produtor, apenas se se concebe como parte indissociável de todo o sistema de trabalho, que se sinte-

²¹⁵ QC, p. 2164 e MPE, p. 396.

²¹⁶ *idem*, p. 2164-5 e p. 397.

tiza no objeto fabricado; apenas se vive a unidade do processo industrial que pede a colaboração do trabalhador manual, do qualificado, do funcionário administrativo, do engenheiro, do diretor técnico. O operário pode conceber a si mesmo como produtor se, depois de ter-se inserido psicologicamente no processo produtivo particular de uma fábrica, p. ex., em Turim, de uma fábrica automobilística, e depois de se ter pensado como um momento necessário e insuprimível da atividade de um complexo social que produz o automóvel, supera essa fase, a vê toda a atividade turinesa da indústria produtora de automóveis. Concebe então Turim como uma unidade de produção que é caracterizada pelo automóvel, e concebe uma grande parte da atividade geral do trabalho turinês como existindo e se desenvolvendo apenas porque existe e se desenvolve a indústria do automóvel. Concebe então os trabalhadores destas múltiplas atividades gerais também como produtores da indústria do automóvel, porque criaturas das condições necessárias e suficientes para a existência desta indústria. O operário, movendo-se a partir desta célula, a fábrica, vista como unidade, como ato criador de um determinado produto, se elevasse à compreensão de unidades sempre mais vastas, até a nação, que é, no seu conjunto um gigantesco aparelho de produção (...). Agora o operário é produtor porque adquiriu consciência de sua função no processo produtivo, em todos os seus graus, da fábrica à nação, ao mundo; agora ele percebe a classe e tornar-se comunista, porque a propriedade privada não é função da produtividade e torna-se revolucionário porque concebe o capitalista, proprietário privado, como um ponto morto, como um obstáculo, que ele precisa eliminar. Agora ele concebe o 'Estado' concebe uma organização complexa da sociedade, uma forma concreta da sociedade, que reflete a vida da fábrica, com todas as relações e as funções, novas e superiores, exigidas pela sua imensa grandeza e que representa o complexo, harmonizado e hierarquizado, das condições para que a sua indústria, a sua fábrica, a sua personalidade de produtor viva e se desenvolva."²¹⁷

Esse processo de domínio técnico sobre a produção liberta progressivamente o operário da necessidade do técnico, dá-lhe maior autonomia, maior autoconfiança, disciplina-o melhor. E esse domínio sobre a produção é em, suma, um processo de educação constante, de instauração de uma prática

²¹⁷ Gramsci, *Sindicalismo e Consigli*, ON, 8-11-1919, in ON, pp. 298-299.

nova que modifica as consciências operárias. Isto requer não mais doutrinas elementares, simples repetições de palavras de ordem, mas estudos, por vezes difíceis. Os trabalhadores, o mais poderoso instrumento de produção, devem tomar consciência de sua situação de classe. Devem perceber-se como produtores, e apenas como assalariados.

Apresentam-se, então, agora, na sua determinação mais complexa. Concretiza a percepção do trabalhador coletivo e, portanto, só ao conceber-se como tal, eles podem conceber-se como classe, fundamental e subalterna, e pode ultrapassar as determinações de assalariado e de cidadão. Agora eles podem se perceber como solidários e não como concorrentes. A distinção entre assalariados e produtores é fundamental. O assalariado é o proletário considerado do ponto de vista da relação jurídica do trabalho, e o produtor é o proletário enquanto classe e não apenas instrumento de trabalho. No pensamento liberal, existe uma cisão entre cidadão e assalariado, entre política e economia, no pensamento socialista essa cisão desaparece na figura do produtor, representação plástica da classe.

Na visão burguesa, que lhes é imposta pelo conjunto das ideologias dessa sociedade, os trabalhadores são soldados de uma imensa guerra civil. Lutam contra o conjunto das classes, dominantes e subalternas. Um contra todos, todos contra todos. Se eles rompem com essa visão, se eles se percebem como soldados de uma classe e, mais ainda, como soldados do conjunto das classes subalternas, podem perceber sua diferença em relação aos proprietários como diferença efetiva e não como azar ou destino. Podem subtrair-se à dominação ideológico-política da burguesia e, então, colocar a questão do seu poder, da sua hegemonia, do seu Estado.

Romper a unilateralidade significa colocar em um patamar superior a sua atividade. Significa exercer uma capacidade de controle do processo produtivo na perspectiva da gestão social. Significa ser capaz não apenas de exercer a fiscalização do cumprimento dos pactos de trabalho existentes, mas até a vigilância sobre os capitalistas, passando pelo estudo das condições de trabalho, das inovações tecnológicas. O trabalhador deve não apenas estudar, mas, também estimular o estudo dos demais operários. Todos devem capacitar-se para o domínio da produção.

O processo de constituição dos intelectuais das classes subalternas significa criar quadros com capacidade de análise e intervenção. Processo que deve ser realizado na perspectiva gramsciana da superação da relação entre dirigentes e dirigidos. Isto sem dúvida nos convida, cada vez com maior urgência, a aprofundar nossa capacidade de compreensão da realidade brasileira para podermos constituir uma nova cidadania: a das classes trabalhadoras. Mas é preciso fazê-lo a partir de outro postulado gramsciano: de construir a verdade com a classe e não sobre ela. Isto significa abrir e aprofundar um amplo debate democrático, no interior dos partidos, dos sindicatos, no qual e pelo qual se compreenda a necessidade de combater uma postura de que basta a experiência da luta imediata para resolver toda e qualquer questão. Combater o anti-intelectualismo ainda vigente em setores partidários e sindicais significa realizar, por fim, um esforço radical de clarificação ideológica.

Os movimentos sociais acabam, muitas vezes, por impotência e incapacidade de escreverem/reescreverem seus projetos e identidades, tornando-se partidários acriticamente dessa democracia que, se antes os incluía relativamente, hoje revela – na prática – a quase nula possibilidade de acesso, real, efetivo, ao mundo da política e do bem estar social quando não abertamente a pura sobrevivência. Relembremos, contudo, que o discurso sobre a liberdade e a igualdade permanece produzindo efetivamente seus efeitos ideológicos de conservação. É preciso deixar constante, com toda serenidade e energia, o papel dos intelectuais (assessores ou não!) desses movimentos. Cabe a eles um papel importante de formação político-ideológica, com e não sobre as classes subalternas, para evitar a aceitação do “inevitável”. Sem ignorar que, graças aos problemas desses movimentos, os assessores acabam por, muitíssimas vezes, “dar a linha” ao ponto de, na prática, serem a direção não eleita, não escolhida, desses movimentos. E, na sua maioria, esses intelectuais absorvem o discurso “modernista” e afirmam a inevitabilidade da globalização ao mesmo tempo em que reafirmam uma fé cega nos poderes demiúrgicos da democracia.

O fetiche – somos todos homens livres, racionais, conscientes – oculta a realidade efetiva. Tendemos a ser, na realidade, pouco mais que figurantes na luta de classes, e damos legitimidade a Parlamentos que, pouco a pouco, dei-

xam de ser personagens reais porque a maioria dos Executivos tende a governar por decreto, por medidas provisórias, obstaculizando ao máximo a intervenção da cidadania. Mesmo que seja através de um Parlamento fragilizado. Lutamos para buscar construir alternativas de poder e de projeto para o conjunto da sociedade. Mas o fetiche é brutal e passa pelo controle monopólico dos meios de comunicação de massa. A tarefa de construção das identidades das classes trabalhadoras passa necessariamente por esse processo. Criar as condições de unificação da luta social, recusando a separação de luta política e luta ideológica, significa criar ainda na situação de subalternidade as condições de uma nova hegemonia. Mas, para tal, é necessário aprofundar o poder de crítica e de intervenção consciente na luta: lutar contra todo e qualquer fetiche despolitizador.

Terminemos por onde começamos. É necessário, vital mesmo, criar as condições de ruptura com a subordinação das classes subalternas. Construir ativamente sua identidade é condição mínima de existência. Romper com a fragmentação, com a segmentação que as formas mercantis – políticas e econômicas – impõem é vital. Subtrair-se a isso significa dar o primeiro passo para um processo de liberdade, de autonomia popular. Cabe aos movimentos sociais impedi-lo. E construir um projeto realmente democrático, classista, que tenha a marca do conjunto das classes subalternas, que traga a virtualidade do fim do Estado e das classes. Projeto de sociedade, radicalmente distinto. E esses movimentos devem fazê-lo mesmo correndo o risco de confundir o projeto das classes subalternas com o projeto de um determinado partido. Risco a ser evitado: não podemos mais cair na identificação pura, simples, mecânica, entre projeto de sociedade e partido único.

A resistência dos trabalhadores supõe hoje a compreensão desses limites, supõe a necessidade de superar as determinações econômico-corporativas que o Capital lança sobre eles. Novamente devemos dar razão a Marx: ele estava fundamentalmente correto quando disse que o Capitalismo simplificou a história. As enormes complexidades da luta e da existência cotidiana e contemporânea revelam claramente o divisor de águas: Barbárie ou Civilização. E o Capitalismo já fez sua escolha: renega diariamente a Civilização. Colocar-se a tarefa de construir o socialismo, como modo de produção e de vida, implica em

romper a imagem romântica e ingênua do trabalhador como um revolucionário nato. Aceitar essa imagem é negar a totalidade da teoria e da prática marxistas. Seria negar a possibilidade, dolorosa e atual, de que a ideologia transforme o trabalhador em um militante da Ordem do Capital.²¹⁸ Transformá-lo em socialista significa negar, praticamente, o capitalismo e as formas mercantis, fetichizadas, da Ordem do Capital.

²¹⁸ Esta é a melhor formulação prática do que temos chamado a integração passiva à ordem.

Bibliografia

ALTHUSSER, Louis

1965.

"*Sur le Jeune Marx. Questions de théorie*", *La Pensée*, mars-avril 1961, reeditado em *Pour Marx*, Paris, François Maspero.

ANDES-SN

1994.

Memória da Luta, Cadernos ANDES n° 13, ANDES-SN, Brasília.

1996.

Memória da Luta II, Cadernos ANDES n° 15, ANDES-SN, Brasília.

Anderson, Perry

1986.

The Antinomies of Antonio Gramsci, *New Left Review*, n° 100, Londres, 1976, traduzido por Juarez Guimarães e Félix Sanchez sob o título "As antinomias de Antonio Gramsci", Crítica Marxista, Editora Joruês, São Paulo.

Anderson, Perry et alii

1993.

Socialismo, Liberalismo, Socialismo Liberal, Editorial Nueva Sociedad, Caracas.

Balzac, Honoré de

1978.

As Ilusões Perdidas, Editor Victor Civita, São Paulo.

Baratta, Giorgio e Andrea Catone

Modern Times. Gramsci e la critica all'americanismo, Diffusioni '84, Milão
Barcelona, Pietro

1994.

Diario Politico. Il vento di destra e le ragioni della sinistra, Datanews editrice, Roma.

Barco, Oscar del

1977.

Essencia y apariencia en el Capital, Universidad Autonoma de Puebla, Puebla.

Basso, Lélío

1976.

Le origini del fascismo, in Basso, et alii, 1976.

Basso, Lélío et alii

1976.

Fascismo e antifascismo (1918-1936). Lezione e testimonianza. Feltrinelli Editore, Milano.

Bobbio, Norberto

1976.

Quale Socialismo?, Einaudi Editore, Torino.

1984.

Il futuro della democrazia, Una difesa delle regole del gioco, Einaudi Editore, Torino.

Edmundo Fernandes Dias

1986.

"*Reformismo, Socialismo, Igualdade*", *Novos Estudos CEBRAP*, n° 19, dezembro de 1987, traduzido por Rodrigo Naves, *Leviatan*, n° 23-24, primavera-verão de 1986.

Carr, Edward Hallett

1979.

The Russian Revolution from Lenin to Stalin 1917-1929, The MacMillan Press, Londres, traduzido para o português por Waltensir Dutra sob o título *A Revolução Russa de Lenin a Stalin 1917-1929*, 1981, Zahar Editores, Rio de Janeiro.

CHÂTELET, François

1968.

"*A propos des 'erreurs' de Marx*", in *En partant du "Capital"*, Editions Anthropos, Paris, 1968,

Chesnaux, Jean

Le mode de production asiatique. Quelques perspectives de recherches, in Chesnaux, 1967.

Chesnaux, Jean et alii

1967.

Le mode de production antique, Éditions Sociales, Paris.

Châtelet, François

1962.

Logos et Praxis, Société d'Éditions d'Enseignement Supérieur, Paris.

1975.

Le Capital. Profil d'une œuvre, Hatier, Paris.

Deutscher, Isaac

1950.

Soviet Trade Unions, Londres, traduzido do inglês por José Luiz González sob o título *Los Sindicatos Soviéticos*, 1971, Ediciones Era, México.

Dias, Edmundo Fernandes

1987.

Democracia Operária, Editora da Unicamp, Campinas.

1992.

"*Classes e Racionalidades. Contribuição para o debate sobre a relação educação-trabalho*", *Cadernos da ANDES*, n° 10, outubro, Brasília.

1998.

"*Reestruturação Produtiva' forma atual da luta de classes*, in *Outubro*, ano 1, n° 1, maio, São Paulo

1999

O Possível e o Necessário: As Estratégias das Esquerdas, in *Outubro*, ano 2, n° 3, outubro, São Paulo.

Dias, Edmundo Fernandes et alii

1996a.

O Outro Gramsci, Xamã Editores, São Paulo.

1996.b.

A Ofensiva Neoliberal, a reestruturação produtiva e a luta de classes. Brasília

Dobb, Maurice et alii.

1970

Estudios sobre el Capital, Editorial Signos, Buenos Aires.

Falabella, Gonzalo

1988.

"Microeletrônica e sindicatos: a perspectiva européia", in Schmitz e Carvalho, 1988.

FOUCAULT, Michel

1971.

L'Ordre du discours, Éditions Gallimard, Paris.

Frigoto, Gaudêncio

1991

"Trabalho – educação e tecnologia: Treinamento polivalente ou formação politécnica", in Silva, 1991.

Gramsci, Antonio

1970.

L'Ordine Nuovo (1919-1920), Einaudi Editore, Torino.

1975.

Quaderni del Carcere, Einaudi Editore, Torino.

1975a.

Lettere dal Carcere, Einaudi Editore, Torino.

1980.

Cronache Torinese (1913-1917), Einaudi Editore, Torino.

1982.

La Città futura (1917-1918), Einaudi Editore, Torino.

1984.

Il Nostro Marx (1918-1919), Einaudi Editore, Torino.

1987.

L'Ordine Nuovo (1919-1920), Einaudi Editore, Torino. (edição crítica).

1988.

Forse rimarrai lontana, Editore Riuniti, Roma.

Laranjeira, Sonia (org)

1990.

Classes e Movimentos Sociais na América Latina, Editora Hucitec, São Paulo.

Linhart, Robert

1976

Lenin, les paysans, Taylor, Éditions du Seuil, Paris, traduzido do francês por Daniel Aarão Reis e Lúcia Aarão Reis sob o título *Lenin, os camponeses*, Taylor, 1983, Editora Marco Zero, Rio de Janeiro.

Lipset, Seymour Martin

1967.

O Homem Político, Zahar Editores, Rio de Janeiro.

Machiavelli, Nicolò

1971.

Tutte le opere, Sansoni Editore, Firenze.

Edmundo Fernandes Dias

Macpherson, C. B.

1962.

La théorie politique de l'individualisme possessif. De Hobbes à Locke, traduzido do inglês *The Political Theory of Possessive Individualism*, Oxford University Press, 1962, por Michel Fuchs, 1971, Éditions Gallimard, Paris.

Magalini, A. D.

1975.

Lutte de classes et dévalorisation du capital, François Maspero, Paris.

Marx, Karl

1928.

Le 18 Brumaire de Louis Bonaparte, Editions Sociales Internationales, Paris.

1957.

Introduction a la critique de l'Economie Politique, in *Contribution a la critique de l'Economie Politique*, Éditions Sociales, Paris.

1959.

El Capital, Traduzido do alemão *Das Kapital*, por Wenceslau Rocés, Fondo de Cultura Económica, México.

1968.

Manuscrits de 1844. Apresentação, Tradução e Notas por Emile Bottigelli, Éditions Sociales, Paris.

1971.

El Capital. Libro I. Capítulo VI (inédito), tradução de Pedro Scaron, apresentação de José Aricó, Ediciones Signos, Buenos Aires.

1972.

Misère de la Philosophie. Réponse à la Philosophie de la Misère, Éditions Sociales, Paris.

Mota, Ana Elizabeth

1991.

"*A Cidadania do Fordismo*", *História & Perspectivas*, 5, julho-dezembro, Uberlândia.

Nettl, J. P.

1972.

La vie et l'œuvre de Rosa Luxemburg, François Maspero, Paris, traduzido do inglês *Rosa Luxemburg*, Oxford University Press, 1966, por Irène Petit e Marianne Rachline.

Paulo Neto, José

1993.

Crise do Socialismo e ofensiva neoliberal, Cortez Editores, São Paulo.

Portantiero, Juan Carlos

1987.

Los usos de Gramsci, Folios, México.

Prado Júnior, Caio

1964.

A Revolução Brasileira, Editora Brasiliense, São Paulo.

Przworsky, Adan e M. Wallersten

1988.

O capitalismo na encruzilhada, Novos Estudos CEBRAP, n° 22, outubro, São Paulo.

Oliveira, Francisco de

1990.

"Os Protagonistas do Drama: Estado e Sociedade no Brasil", in Laranjeira, 1990.

Rieser, Vittorio

1970.

"L'apparenza del capitalismo nell'analisi de Marx", Quaderni di Sociologia, Torino, vol. XV, 1966. in Dobb et alii.

Salm, Cláudio

1980.

Escola e Trabalho, Editora Brasiliense, São Paulo.

1992.

"Os sindicatos, as transformações tecnológicas e a educação", in Trabalho e Educação, Papyrus, Campinas.

Salvadori, Massimo L.

1977.

Gramsci e il problema storico della democrazia. Feltrinelli Editore, Milano.

Schmitz, Hubert e Carvalho, Ruy de Quadros (org.)

1988.

Automação, Competitividade e Trabalho: a Experiência Internacional, Editora Hucitec, São Paulo.

Semedo, José Antonio Vaz

1995.

Elementos da Crise Contemporânea do Sindicalismo Europeu. O Caso Francês. Unicamp, Campinas.

Silva, Tomaz Tadeu da (org.)

1991.

Trabalho, Educação e Prática Social, Editora Artes Médicas Sul, Porto Alegre.

Vacca, Giuseppe

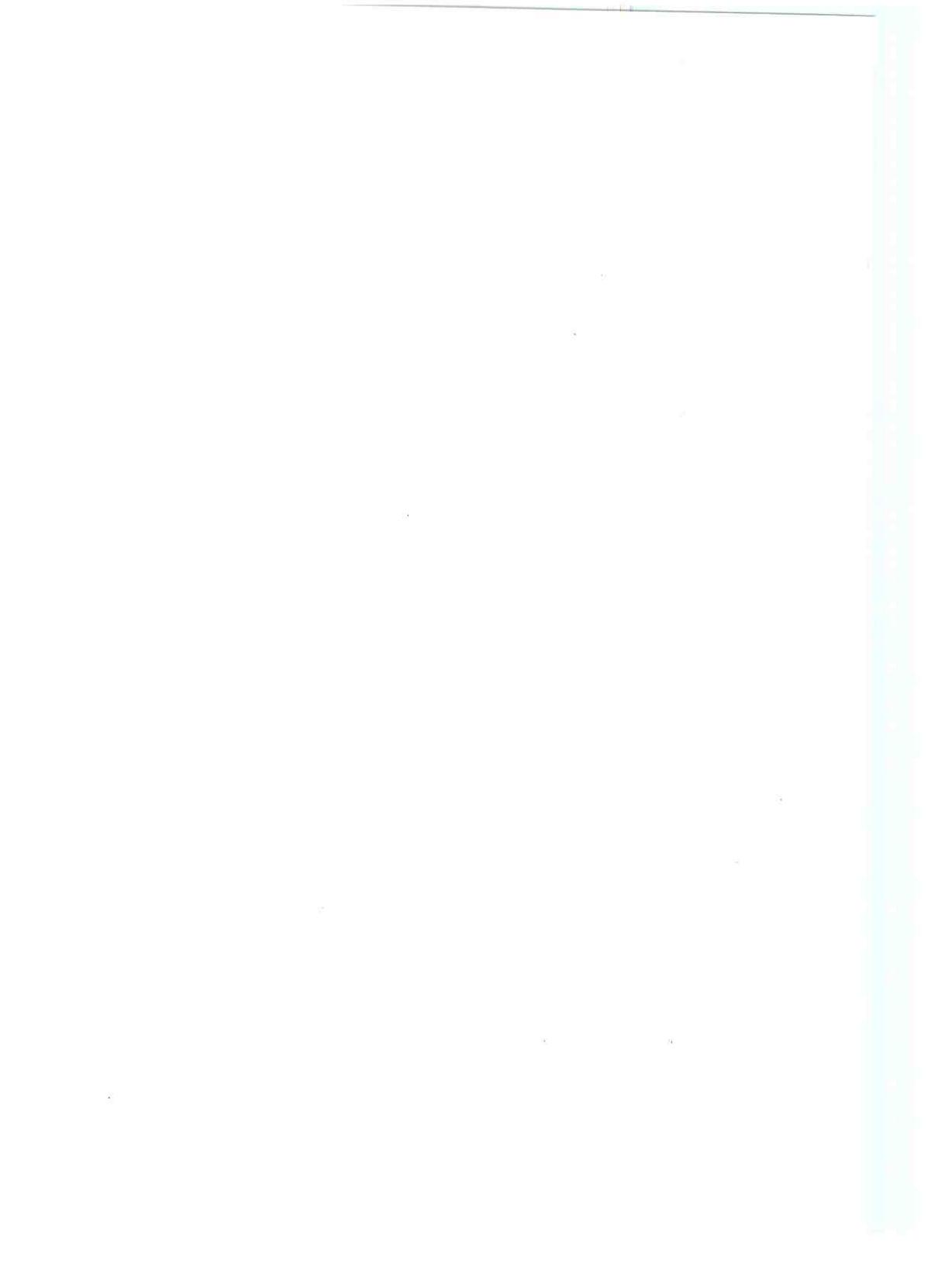
1991.

"Americanismo e rivoluzione passiva. L'URSS staliniana nell'analisi dei 'Quaderni del Carcere'", in Giorgio Baratta e Andrea Cotone, 1991.

Wood, Ellen Meiksins

1995.

"What is the 'postmodern' agenda? An Introduction", Monthly Review, 47 (3), julho-agosto. Traduzido para o português por João Roberto Martins Filho sob o título: "Em Defesa da História: o Marxismo e a Agenda Pós-Moderna", Crítica Marxista, nº 3, São Paulo, 1996.



NOME: _____

Name: _____

ENDEREÇO: _____

Address: _____

RECEBEMOS: _____

We have received: _____

FALTA-NOS: _____

We are lacking: _____

ENVIAMOS EM PERMUTA: _____

We are sending in exchange: _____

DATA: _____

Date: _____

ASSINATURA: _____

**A NÃO DEVOLUÇÃO DESTE IMPLICARÁ NA SUSPENSÃO DA
REMESSA**

Non-acknowledgement of receipt will indicate that further publications are not wanted.

À
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - IFCH
SETOR DE PUBLICAÇÕES

Cidade Universitária "Zeferino Vaz"

Caixa Postal 6.110

13081-970 - Campinas - São Paulo - Brasil

Tel.: (019) 788.1604 / 788 1603

Telefax (019) 788 1589